

SC11069

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115-
517844

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima - Quarta Sessão Ordinária

21 - 28 de Janeiro de 2014

Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/814 (XXIV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE POPULAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO E DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
AFRICANA DE POPULAÇÃO (APC), ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 30 DE
SETEMBRO - 4 DE OUTUBRO DE 2013**

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE POPULAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO E DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO AFRICANA
DE POPULAÇÃO (APC), ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 30 DE SETEMBRO - 4 DE
OUTUBRO DE 2013**

1. Abertura

1. A 9ª Sessão da Comissão Africana sobre a População (APC) realizou-se a 2 de Outubro de 2013 à margem da ICPD Além de 2014 – Conferência Regional Africana sobre a População e o Desenvolvimento cujo Tema foi: “Aproveitamento do Dividendo Demográfico: O futuro que Queremos para África” de 30 de Setembro a 04 de Outubro de 2013, em Adis Abeba, Etiópia.

2. A Reunião foi presidida pelo Representante da República do Togo na sua qualidade de Presidente cessante da Comissão Africana sobre a População (APC). Enquanto presidiu a Sessão de abertura, ele informou à Reunião sobre algumas das actividades empreendidas pela Mesa cessante da APC, incluindo a activa participação no processo de revisão da ICPD Além de 2014. Ele informou ainda à Reunião que a Mesa convocou uma Reunião durante o seu mandato à margem da Reunião do Comité Directivo da ICPD Além de 2014. Ele apelou a todos os Estados Membros da UA para participarem activamente nos processos da ICPD.

3. A Representante do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP) agradeceu a APC pelo apoio e da activa participação nos processos que conduziram a ICPD Além de 2014 – Conferência Regional Africana sobre a População e o Desenvolvimento. Ela destacou que a APC tem um importante papel a desempenhar nos assuntos ligados à população, relativamente a África. Após ter explicado o significado e os processos de revisão do funcionamento da ICPD, ela informou a Reunião que África está atrasada apesar de ter boas políticas. Ela apelou ainda a APC para catalisar o desenvolvimento da África através da utilização dessas políticas, e, finalmente, ela assegurou a APC o apoio da FNUAP.

4. O Representante da Comissão da União Africana (CUA) salientou ainda o papel da APC e apelou para o seu envolvimento na elaboração da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015. Ele apelou para que a APC fosse mais ambiciosa e contribua significativamente para que a África atinja os ODM, pois que os ODM foram formulados principalmente para os Países em Desenvolvimento, incluindo os da África. Após destacar o significado do aproveitamento do dividendo demográfico, ele informou a APC que o seu papel na Nona Sessão, foi o de moldar de acordo com os procedimentos, os resultados da ICPD Além de 2014 – Conferência Regional Africana sobre a População e Desenvolvimento que são destinados para a Conferência da UA. Ele apelou ainda a APC para assegurar a implementação dos resultados da Conferência da UA.

2. Procedimentos

i. Apresentação dos objectivos

5. A CUA apresentou os objectivos da Reunião como se segue:

- Reforçar consultas sobre o processo regional ICPD Além de 2014;
- Explorar os processos legislativos da UA num esforço para facilitar a análise da ICPD Além de 2014 – Conferência Regional Africana sobre a População e o Desenvolvimento pela Conferência da UA;
- Criar sistemas para que o Gabinete possa facilitar a apresentação dos relatórios e a monitorização.

ii. Eleição da Mesa

6. Foram realizadas eleições da Mesa da 9ª Sessão. O Presidente cessante com o apoio da CUA explicou os procedimentos para as eleições e deu outras informações pertinentes. A Mesa da 8ª Sessão da APC foi composta dos seguintes Países:

Presidente:	República do Togo (África Ocidental)
1.º Vice-presidente:	República do Uganda (África Oriental)
2.º Vice-presidente:	República da Zâmbia (África Austral)
3.º Vice-presidente:	República do Chade (África Central)
Relator:	República do Egipto (África do Norte)

7. Após consultas foram eleitos os seguintes membros da Mesa da 9ª Sessão da APC:

Presidente:	República do Quénia (África Oriental)
1.º Vice-presidente:	República do Botswana (África Austral)
2.º Vice-presidente:	República do Congo Brazzaville (África Central)
3.º Vice-presidente:	República da Mauritânia (África do Norte)
Relator:	República do Gana (África Ocidental)

8. O Representante da República do Quénia assumiu imediatamente o papel de Presidente da Reunião e agradeceu a Mesa anterior pelas suas realizações.

3. Relatório sobre a Situação da População Africana, 2012

9. O Relatório sobre a Situação da População Africana destaca a relação entre a mudança da população e a oportunidade económica em África. Finalmente, ele analisou a miríade de variáveis estruturas que pode afectar o grau em que o dividendo demográfico pode ser aproveitado. O Relatório fornece a base de provas para a diminuição da população dependente em África nos próximos anos. O Relatório declara ainda que o número da população produtiva deverá aumentar e que África tem uma população jovem crescente que representará 29% por cento da população mundial com idade entre 15 e 24 anos até 2050. O Relatório mostrou a projecção da população, indicando que o número da população trabalhadora em África está crescendo até 15.3 milhões de pessoas por ano e espera-se que o número aumente nas próximas décadas.

10. Ao analisar as conclusões, o Relatório declara que o efeito da dimensão da população provoca implicações altamente significativas para o desenvolvimento

económico e social, especialmente as relativas aos cuidados de saúde e governação. Em forma de recomendação, o Relatório declarou que enquanto o rápido crescimento da população nos países pobres impedem o seu desenvolvimento, sugere uma emergente via alternativa de pensamento que capitaliza as estratégias para diminuição do índice da dependência do Continente (índice de idade daqueles que não integram a força de trabalho). Isso foi denominado “Dividendo Demográfico da África”.

4. Comentários sobre o Relatório

11. As Repúblicas da África do Sul, Tanzânia, Senegal, Nigéria, Chade e Libéria usaram da palavra para apresentarem os seus comentários sobre o Relatório sobre a Situação da População Africana, 2012.

12. A APC apelou para que a CUA enriqueça os Relatórios sobre a Situação da População Africana, tomando nota das iniciativas dos Estados Membros que são habitualmente fundadas nos consensos nacionais e nos Inquéritos sobre a Saúde Demográfica. A APC apelou também para a presença de um número básico da população no Relatório e para a necessidade de mais frequentes inquéritos, uma vez que as estatísticas tais como do emprego, mudam rapidamente e, isso foi associado a sugestão para reduzir o tempo entre a recolha dos dados e sua publicação. A APC argumentou que isso faria com que os Relatórios fossem mais utilizados e, assim sendo, facilitaria a publicação das boas práticas africanas. Houve também uma solicitação para haver mais dados qualitativos de modo a explicar a mudança de tendências. A APC também solicitou que os desafios e as lacunas identificadas sejam separados e não agrupados para proporcionar uma maior plataforma de discussão. A APC apelou para um aumento da colaboração com os Estados Membros de forma a obter dados dos países.

13. A APC solicitou também a priorização das questões actuais e emergentes em África, tais como o tratamento das questões da idade para a reforma (não apenas do ponto de vista de dividendo demográfico), casamentos precoces, aborto, integração, migração, redes de segurança social e a definição da “juventude”. A APC lembrou que em 2005 a incidência sobre as actuais questões fez aumentar o diálogo entre os decisores políticos e os intelectuais nos Estados Membros da APC que culminou num programa actualizado de pós-graduação e, por isso apelou pela revitalização de tais iniciativas.

14. Também foi enfatizada a necessidade de harmonizar as estatísticas com outras Agências, tais como as Nações Unidas e o Banco Africano de Desenvolvimento.

5. Declaração de Adis Abeba sobre a População e o Desenvolvimento em África Além de 2014

15. A Declaração de Adis Abeba não foi discutida dado que a equipa de redacção da Conferência Regional estava ainda trabalhando e a Declaração foi agendada para discussão na plenária principal da ICPD Além de 2014 – Conferência Regional Africana sobre a População e o Desenvolvimento.

16. Por isso, a APC resolveu participar activamente nas discussões da Plenária, assegurando que algumas das recomendações-chave da Reunião da APC fossem devidamente tratadas. Consequentemente, a APC solicitou a CUA para assegurar que os resultados da Conferência Regional (Declaração de Adis Abeba) fossem apresentados à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA.

6. Via a Seguir

17. A Mesa da 9ª Sessão da APC deverá reunir-se o mais brevemente possível para elaborar um plano de trabalho orientado para obtenção de resultados, de forma a facilitar a implementação dos resultados, tanto da Reunião das APC como da Conferência Regional.

18. A Mesa da 9ª Sessão da APC deverá trabalhar com a Comissão da UA e os Parceiros, para preparar uma iniciativa continental de aproveitamento do dividendo demográfico para o desenvolvimento económico da África.

EX.CL/814 (XXIV)
ANEXO

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE A POPULAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO**



COMISSÃO ECONÓMICA DAS
NAÇÕES UNIDAS
PARA AFRICA



COMISSÃO DA
UNIÃO AFRICANA



Conferência Africana Regional sobre a
População e Desenvolvimento

Distr: Geral

Adis Abeba, Etiópia
3 e 4 de Outubro de 2013

ECA/ICPD/MIN/2013L
3 de Outubro de 2013
Original: Português

**ICPD pós 2014: Conferência da Região Africana sobre a População e
Desenvolvimento**

**Aproveitar o Dividendo Demográfico: O Futuro que Queremos para a África
Adis Abeba**

4 de Outubro de 2013

Declaração do Consenso Africano

a. Nós, os Ministros Africanos, reunidos em Adis Abeba, Etiópia, de 3 a 4 de Outubro de 2013, na Conferência Regional sobre a População e Desenvolvimento em África, que tem como objectivo rever a implementação do Programa de Acção da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (ICPD), adoptada, em Cairo, em 1994, e as subsequentes actividades para o período após 2014;

b. Aludindo à Resolução 65/234 da Assembleia-Geral da Nações Unidas que dá seguimento à Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento para o período após 2014, a qual decidiu alargar o Programa de Acção e as acções-chaves a serem posteriormente implementadas no período após 2014;

c. Tendo em conta a necessidade de se dar resposta aos novos desafios emergentes e relativos à população e desenvolvimento e às mudanças no ambiente de desenvolvimento e reforçar a integração da agenda de população e desenvolvimento nos processos globais relativos ao desenvolvimento;

d. Recordando ainda os resultados de todas as declarações e resoluções da União Africana, bem como as decisões tomadas pelos Chefes de Estados e de Governos, incluindo as prioridades do programa da NEPAD, as Conferências e Cimeiras das Nações Unidas, realizadas na década 90, bem como os resultados das revisões regionais da ICPD, efectuadas pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África (ECA);

e. Reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outros instrumentos internacionais e regionais sobre os direitos humanos e sobre o direito internacional, incluindo a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e os Direitos dos Povos, o Protocolo sobre os Direitos da Mulheres em África, a Carta Africana sobre o Direito e o Bem-Estar da Criança, e enfatizar as responsabilidades de todos os países de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas sem qualquer tipo de distinção;

f. Reafirmar também o Plano de Acção de Maputo sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e respectivos Direitos, o Quadro de Acção do Continente sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e respectivos Direitos, a Declaração de Abuja sobre o HIV e SIDA, Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas;

g. Reconhecendo que a implementação total do Programa de Acção e as acções-chaves para a sua posterior implementação, incluindo, em particular, o compromisso com vista ao alcance do acesso universal à saúde e o direito à saúde sexual e reprodutiva até o ano de 2015 está integralmente ligada aos esforços globais com vista à redução da pobreza e à garantia dum desenvolvimento sustentável;

h. Reconhecer ainda as interligações críticas entre a população, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável e a importância em nos debruçarmos sobre os desafios e sobre as prioridades da região, mais concretamente no que toca ao melhoramento da qualidade de vida de todas as pessoas, particularmente das crianças, das raparigas, dos adolescentes, dos jovens, das mulheres, dos idosos, dos grupos populacionais marginalizados devido às suas diferenças culturais, das populações indígenas, das pessoas portadoras de deficiência física, dos refugiados e dos deslocados de guerra, na erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, atingir as metas preconizadas universalmente e relativas ao acesso à

formação primária e secundária, atingir os objectivos preconizados em relação à igualdade de género, melhorar a saúde materno-infantil, promover o direito à saúde sexual e reprodutiva, combater as doenças de transmissão sexual, incluindo o HIV e SIDA e eliminar a violência baseada no género, bem como todas as formas de discriminação;

i. Tomando nota em relação às constatações e conclusões da revisão de implementação do Programa de Acção e as suas acções chaves para a posterior implementação do Programa de Acção para o período após 2014;

j. Reconhecer os progressos alcançados no domínio do desenvolvimento de políticas, na programação, na criação de estruturas institucionais, na mobilização e alocação dos recursos necessários e na implementação de todas as áreas do Programa de Acção e suas contribuições com vista ao alcance das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas;

k. Reconhecendo que existem ainda lacunas consideráveis na implementação do Programa de Acção e que essas lacunas devem ser tidas em conta na implementação do Programa de Acção da ICPD para o período após 2014 e no Agenda de Desenvolvimento após 2015;

l. Reafirmando a contínua relevância e a importância das metas e objectivos do Programa de Acção da ICPD e das acções chaves para a consecução dum crescimento inclusivo, dum desenvolvimento sustentável, da paz e segurança;

m. Conscientes da necessidade de implementação de políticas, programas, instituições e parcerias, bem como a necessidade de alocação dos recursos necessários de forma a se atingir muito rapidamente as metas e os objectivos da ICPD para o período após 2014, bem como da agenda do desenvolvimento global para o período após 2015;

n. Anotando os princípios do Programa de Acção, incluindo o direito à soberania de cada país de implementar as recomendações de forma consistente com as leis nacionais e prioridades de desenvolvimento nacional e em respeito às várias religiões e aos valores étnicos e culturais dos seus povos e em conformidade com os direitos humanos universalmente consagrados;

Declaramos:

Dignidade e Igualdade

a. Reconhecer que apesar dos enormes ganhos alcançados, nos últimos 20 anos, no que toca aos direitos humanos, são necessários mais esforços para combater a pobreza e alcançar os direitos e liberdades fundamentais sem qualquer tipo de distinção e que possibilite os povos de participarem activamente na sociedade e de se beneficiarem dos avanços tecnológicos, económicos e sociais;

b. Reconhecer também que a realização dos direitos humanos depende, em grande medida, da garantia do direito à integridade física das pessoas, incluindo a eliminação da mutilação genital feminina, o combate à violência, o direito dos povos

ao desenvolvimento, à saúde, educação, habitação e a meios de sustento decentes e através abordagem da má distribuição de riquezas e da melhoria de oportunidades, garantindo também a plena utilização do capital humano aos avanços alcançados na componente sócio-económico;

c. Reconhecer que a elevada taxa de fertilidade em muitos países Africanos originou um rápido crescimento da população jovem e o aproveitamento dos seus benefícios depende, em grande medida, do elevado cometimento político com vista à implementação das políticas apropriadas e programas relevantes, incluindo o fortalecimento do capital humano dos jovens de forma a garantir as capacidades adequadas e tirar proveito das inovações económicas e sociais;

d. Reconhecendo que os nossos países estão em diferentes fases de transição demográfica e com várias implicações para a transformação rumo ao desenvolvimento;

Comprometemo-nos desta forma a:

1. Desenvolver, fortalecer e implementar legislações apropriadas, políticas e programas nacionais que garantam e que promovam os direitos humanos, a dignidade e a igualdade para um desenvolvimento económico e social inclusivo e sustentável em todos os sectores;

2. Desenvolver, fortalecer e implementar estratégias nacionais eficazes tendo em vista a redução da pobreza, crescimento inclusivo e o desenvolvimento económico sustentável e aonde for aplicável, que tais estratégias visem os grupos populacionais mais desfavorecidos, especialmente as mulheres, os idosos, os jovens e deficientes físicos nas zonas urbanas e rurais;

3. Harmonizar as legislações nacionais aos dispositivos ratificados internacionalmente e acelerar a implementação dos respectivos compromissos nacionais, regionais e internacionais sobre a igualdade do género e o empoderamento da mulher em todos os sectores e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas;

4. Rever, reexaminar, fazer emendas ou revogar todas as leis, políticas, práticas e costumes que tenham um cunho discriminatório sobre as mulheres e sobre as raparigas e sem qualquer tipo de distinção e garantir que as provisões estabelecidas pelos vários sistemas legais se compadeçam com as normas e regulamentos internacionais sobre os direitos humanos;

5. Aumentar e melhorar a igual participação das mulheres, especialmente as mulheres que vivem em zonas de produção de elevados valores acrescidos e através do aumento do acesso destas à formação e ao trabalho decente, incluindo o seu acesso à segurança social, à licença de parto remunerada, à licença médica e a outros benefícios sócio-económicos, através da elaboração e implementação de orçamentos sensíveis ao género com total responsabilização das mulheres;

6. Melhorar e otimizar a participação dos homens e partilha equitativa de responsabilidades, através de programas de apoio que promovam a igualdade de género nos direitos e nas oportunidades;
7. Desenhar e implementar leis e introduzir reformas institucionais que garantam o empoderamento das mulheres e dos jovens, através do acesso igual à posse de bens e ao controle dos recursos económicos, da tecnologia e dos mercados, incluindo a terra, imóveis e o direito à herança;
8. Aumentar e melhorar a participação das mulheres na tomada de decisões e em cargos de liderança a todos os níveis, através da implementação efectiva de políticas apropriadas e de acções afirmativas;
9. Desenvolver e fortalecer a implementação de programas de educação cívica que abordem as questões de equidade de género, igualdade e empoderamento da mulher;
10. Abordar as necessidades das crianças e raparigas portadoras de deficiência física e em relação aos seus direitos à saúde, nutrição e educação a todos os níveis;
11. Abordar as causas do elevando número de estudantes secundários que abandonam as escolas entre os rapazes e raparigas;
12. Criar um ambiente favorável que possa manter as raparigas, incluindo as jovens casadas e grávidas nas escolas a todos os níveis de ensino e assegurar a admissão ou readmissão das mesmas nas escolas após o parto;
13. Desenvolver e assegurar a plena implementação e o cumprimento das normas e regulamentos com vista a prevenir a todos os níveis o abuso contra menores, incluindo a violência nas escolas, a violência contra raparigas, a violência e o assédio sexual e promover programas de ambientes seguros para as raparigas;
14. Decretar e promulgar urgentemente a idade legal do casamento, em conformidade com o Artigo 6(b) do Protocolo da Carta Africana sobre os Direitos Humanos, Direitos dos Povos e Direitos das Mulheres em África;
15. Proteger a dignidade e os direitos da mulher e das raparigas através da erradicação de todos os males e das práticas tradicionais, incluindo casamentos prematuros e forçados, mutilação genital feminina, através da adoção e imposição de normas, regulamentos e leis que proíbem tais práticas e através do aumento da consciencialização em torno das graves consequências, que tais práticas causam à saúde da pessoa que as pratica;
16. Adotar e implementar normas legisladas, políticas e medidas que previnem, que punem e que erradicam a violência baseada no género dentro e fora das famílias, bem como em situações de conflito e pós-conflito;
17. Adotar e proteger os direitos humanos de todos os indivíduos e sem qualquer tipo de distinção e garantir a igualdade das pessoas perante a lei e a não discriminação das pessoas;

18.Em caso de ausência de leis, promulgar e implementar leis que punam qualquer tipo de crimes de ódio baseados na identidade da vítima e tomar medidas de protecção para todas as pessoas contra a discriminação, estigmatização e violência;

19.Proporcionar acesso universal à educação de qualidade, abrangente e acessível e desenvolver programas de formação profissional, incluindo a retenção de estudantes e conclusão dos estudos em ambiente seguros e participativos em todos os níveis de formação, assim como a formação elementar com vista a responder adequadamente às necessidades do mercado de emprego;

20.Dar acesso igual à uma educação de qualidade e acessível a todos os grupos de pessoas desfavorecidas, bem como alcançar as necessidades de aprendizagem das pessoas que necessitam de diferentes tipos ou métodos pedagógicos de ensino;

21.Proporcionar trabalho decente e habilidades adequadas para os jovens, através de normas e políticas efectivas e programas que criam empregos sustentáveis e consistentes com as convecções internacionais e com as declarações regionais e com vista a garantir bons resultados económicos, sociais e humanos do ponto de vista do dividendo demográfico;

22.Maximizar os benefícios do dividendo demográfico investindo na criação de oportunidades e ambiente que estimulam a inovação, a criatividade e o empreendedorismo dos jovens, de forma que eles possam criar e ter acesso ao emprego e possam realizar os seus sonhos;

23.Abordar e melhorar as políticas de bem-estar social, os meios de subsistência e meios de estabilidade das famílias e das comunidades e formas das pessoas terem vidas longas, através de políticas e programas inclusivas e de protecção social;

24.Desenvolver e fortalecer programas para as famílias para que estas possam resolver os desafios enfrentados pelas famílias emergentes, tais como famílias chefiadas por mulheres, famílias chefiadas por crianças e famílias chefiadas por pessoas idosas;

25.Promover uma cultura de respeito e apoio à pessoa idosa de forma a garantir que os idosos possam receber cuidado duradouro e necessário, garantir que os idosos possam ter o mesmo acesso aos serviços sociais e garantir que os idosos possam ser protegidos contra a violência, contra abusos e contra a discriminação social;

26.Introduzir e fortalecer as políticas que promovam uma aprendizagem útil para toda a vida e que facilitam a integração e a participação das pessoas idosas na sociedade e que beneficiem da longa experiência e conhecimentos acumulados ao longo das suas vidas, incluindo em todas as esferas na sociedade;

27.Eliminar o trabalho infantil e todas as formas de exploração de menores, incluindo o tráfico, o abuso e o desprezo aos menores e prestar o cuidado aos mesmos com vista a desenvolver e criar o bem-estar das crianças, incluindo o estabelecimento de unidades de protecção da criança à nível nacional e provincial

28. Proteger e respeitar os direitos de todos os imigrantes, incluindo os emigrantes económicos, os deslocados dentro dos seus países e os emigrantes forçados por crises humanitárias, calamidades naturais, conflitos armados e vítimas de tráfico humano, através de políticas e programas que garantam o acesso destes ao emprego e às condições sociais básicas, bem como melhorar as condições de segurança e capacidades de respostas das autoridades de lei e ordem para protegerem os direitos destas pessoas;

29. Acelerar a implementação das provisões da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Física e garantir que essas pessoas não sejam discriminadas e que tenham o mesmo acesso aos serviços básicos e tenham acesso ao mesmo espaço físico e às infraestruturas sociais.

Saúde

- a. *Reconhecendo* que a saúde é uma pré-condição para o desenvolvimento económico e social do continente Africano e cientes de que os direitos à saúde sexual e reprodutiva não são só essenciais para a realização da justiça social, assim como são um elemento fulcral para a consecução dos cometimentos nacionais, regionais e globais para um desenvolvimento económico sustentável;
- b. *Reconhecendo* ainda que a saúde das mulheres é um elemento chave para o desenvolvimento do continente Africano e que o baixo investimento na saúde das mulheres continua a ser um grande desafio;
- c. *Observar* a fragilidade dos sistemas de saúde em muitos países e o fraco acesso aos serviços e aos cuidados de saúde adequados, incluindo o fraco acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva;
- d. *Preocupados* em relação ao aumento em 40% das infeções/doenças de transmissão sexual (para além do HIV e SIDA) em relação aos últimos dados publicados na Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento realizada, em 1994, em Cairo;
- e. *Reconhecendo* os progressos alcançados na implementação da Declaração de Abuja sobre o HIV e SIDA, Tuberculose e Malária, sobre o Quadro Normativo do Continente em relação à Saúde Sexual e Reprodutiva e os Direitos a ela inerentes, ao Plano de Acção subscrito em Maputo para a sua implementação, à Estratégia Africana da Saúde e Campanha de Redução Acelerada contra a Mortalidade Infantil em África, resultando na redução da mortalidade materno-infantil nas últimas duas décadas, bem como a redução de novas infeções de HIV em alguns países Africanos;
- f. *Observando* a forte ligação entre os cometimentos dos governos e o elevado declínio da taxa da mortalidade materna com vista a salvar a vida das mulheres como resultado de complicações de parto;

- g. *Observando* que a taxa média de prevalência dos contraceptivos (CPR) métodos modernos de controlo da gravidez em África é a mais baixa de todas as regiões do mundo; que a necessidade não satisfeita de planeamento familiar é a mais alta; e que o acesso universal ao planeamento familiar trás mais oportunidades para colher os frutos do dividendo demográfico;

E desta forma nos comprometemos a:

30. Fortalecer os sistemas de saúde até os níveis mais primários dos cuidados de saúde e com vista a garantir o acesso equitativo e universal a uma vasta gama de serviços de saúde elementares, através da garantia, entre outros, do financiamento sustentável aos programas de saúde e resolver a problemática da falta de recursos humanos essenciais e de infraestruturas básicas para o sector da saúde;

31. Operacionalizar o direito aos mais altos padrões de saúde adoptando a teoria de igualdade e os direitos baseados no planeamento e na alocação de recursos, facilitando a participação das comunidades na tomada de decisões sobre as matérias da saúde e fazendo a programação, educando os provedores de saúde e as comunidades sobre o significado do conceito do “direito à saúde” na prestação de serviços e garantindo a provisão de cuidados médicos livres de quaisquer estigmas, livres de coacção, sem discriminação, livres da violência e observando o respeito pelos direitos humanos, incluindo o direito à confidencialidade, à privacidade e o direito ao consentimento bem informado;

32. Criar um ambiente seguro e propício para a eliminação de doenças transmissíveis e preveníveis, bem como doenças não transmissíveis, incluindo o HIV e SIDA, infecções de transmissão sexual, a Tuberculose, a Malária, doença cardíacas e o cancro;

33. Redobrar os esforços tendentes a garantir o acesso universal à prevenção de HIV e, garantir os cuidados de tratamento e o apoio às pessoas que vivem com o HIV e eliminar a transmissão vertical do HIV;

34. Alcançar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, livres de quaisquer formas de discriminação e através do providenciamento de pacotes essenciais e adequados de serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo através do sistema de saúde primário, sistema de cuidados de saúde para homens e mulheres e com particular ênfase nas necessidades dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas, das pessoas portadoras de deficiência física e das populações indígenas e especialmente através de acções desenvolvidas nas zonas mais recônditas;

35. Decretar e fortalecer as leis e políticas que respeitem e que protejam o direito à saúde sexual e reprodutiva de todas as pessoas e sem qualquer tipo de discriminação;

36. Apoiar a integração dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, do HIV e SIDA e do planeamento familiar;

37. Eliminar a mortalidade e morbidade materna, a mortalidade pós-parto passível de ser prevenida garantindo que os partos sejam assistidos por pessoal técnico-clínico formado e garantido o acesso universal aos cuidados e às consultas pré e pós-natal e o planejamento familiar, o cuidado obstétrico de emergência e o controle das complicações resultantes do aborto não-seguro e revendo as restrições impostas pelas actuais leis e normas em relação ao aborto de forma a proteger a saúde a salvaguardar as vidas das mulheres e das adolescentes;

38. Expandir o acesso de todas mulheres e das raparigas adolescentes a um tratamento atempado, humano e carinhoso contra complicações relativas ao aborto não-seguro e de acordo com as normas e leis nacionais, providenciar o acesso a serviços de aborto seguros e de qualidade;

39. Criar condições adequadas com vista a eliminar a morbilidade maternasprevisível, especialmente a fístula obstétrica;

40. Adoptar padrões adequados para a implementação de programas de educação sexual que possam ser aderidos nas escolas e fora das escolas e que estejam interligados aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e com o envolvimento activo dos pais, das comunidades, dos líderes tradicionais e religiosos e dos líderes de opinião;

41. Decretar e implementar políticas e normas relacionadas com a fertilidade e que promovam os direitos dos indivíduos e dos casais de decidirem livremente e de forma responsável o número de filhos que pretendem ter e a diferença de idades entre os seus filhos, o direito à informação e aos meios para poderem tomar tais decisões e tendo em conta a necessidade de tais normas ou políticas estarem baseadas em evidências obtidas através de pesquisas sobre as melhores práticas;

42. Instituir medidas tendentes a prevenir gravidezes não programadas, através da melhoria do acesso à informação, às tecnologias, a bens e serviços, incluindo contraceptivos de emergência que aumentam a capacidade das pessoas e dos casais de tomarem decisões livres e informadas sobre o número de filhos que pretendem ter e o espaçamento entre os filhos;

43. Tomar medidas deliberadas e concertadas com vista a providenciar testes rápidos de diagnóstico de HIV (RDT), acessíveis e eficazes e a outros tipos de testes diagnósticos contra infecções sexualmente transmissíveis e contra infecções reprodutivas, assim como a informação, educação e tratamento para todas as mulheres e homens;

44. Implementar medidas que facilitam o acesso à informação aos homens e rapazes sobre a saúde sexual e reprodutiva e que promovam a participação masculina e uma partilha igual de responsabilidades, tais como o trabalho de cuidar e a partilha na tomada de decisões entre os homens e mulheres em relação à saúde sexual e reprodutiva;

45. Garantir que todas as vítimas/sobreviventes da violência baseada no género tenham acesso imediato e grátis aos serviços de saúde básicos e assistência

psicológica crítica, incluindo 24 horas de linha directa; tratamento contra ferimentos; tratamento após violação sexual, incluindo contraceptivos de emergência e profilaxia de prevenção do HIV pós trauma;

46. Respostas integradas relativas à violência baseada no género em todos os programas ou serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo em situações humanitárias e como parte dum amplo programa de resposta multi-sectorial, resposta coordenada, incluindo saúde materno-infantil, planeamento familiar e serviços relacionados com o HIV e SIDA;

Local e Mobilidade

- a. *Reconhecendo* que as dinâmicas e o crescimento populacional, a mudança da estrutura etária, a urbanização, a emigração e as mudanças na estrutura doméstica influenciam as oportunidades para o desenvolvimento humano e são essenciais para um planeamento familiar eficaz, para efeitos dum crescimento económico inclusivo e para o desenvolvimento social bem como para um desenvolvimento sustentável;
- b. *Reconhecendo* que a urbanização pode criar oportunidades para um desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza e que sem a introdução de políticas adequadas, essas possíveis vantagens poderão se transformar em vulnerabilidades;
- c. *Reconhecendo* que porquanto a região tenha contribuído muito pouco na emissão de gases com efeito de estufa a nível global, o elevado crescimento populacional irá trazer enormes desafios no que se refere à protecção ambiental e na segurança alimentar, incluindo através da degradação do meio ambiente, na desertificação e diminuição dos recursos hídricos, o que vai minar os esforços de aumentar a produção de alimentos e minar os esforços em criar meios de sustento para as pessoas;
- d. *Reafirmando* o direito de cada indivíduo de se beneficiar dos mais altos padrões de vida;

Comprometemo-nos desta forma a;

47. Facilitar a livre circulação de pessoas e bens, de e, para todos os países de forma a encorajar e fortalecer as interligações entre as zonas rurais e urbanas e a integração regional;

48. Adotar políticas migratórias selectivas, maximizar os benefícios e minimizar os custos e repercussões da emigração internacional e gerir da melhor forma possível as irregularidades migratórias;

49. Formular e adoptar políticas migratórias baseadas em evidências, particularmente àquelas que visem grupos de pessoas vulneráveis, especialmente mulheres e jovens; maximizar os benefícios e minimizar os custos e repercussões da emigração internacional e proteger os direitos dos cidadãos e dos emigrantes;

50. Integrar as questões migratórias nos planos e estratégias de desenvolvimento nacional;

51. Dar prioridade às discussões sobre as condições de vida das pessoas nas zonas urbanas e perí-urbanas, através do planeamento e gestão sistemático das cidades, porquanto que garantido um acesso igual aos serviços sociais de qualidade e às condições básicas de saúde que sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo para as pessoas que vivem nas zonas rurais assim como para as populações vulneráveis e para os grupos de pessoas marginalizadas, incluindo as populações indígenas, pessoas com deficiência física e os pobres que vivem nas zonas urbanas;

52. Garantir o igual acesso aos serviços, através duma disponibilização geográfica adequada tanto nas zonas urbanas assim como zonas rurais;

53. Desenvolver planos inovadores para a urbanização e construção de cidades sustentáveis e incorporar esses planos nas políticas de planeamento urbano nacional;

54. Promover o uso social do espaço, através da participação nas campanhas para o acesso e uso da terra e habitação aos mais desfavorecidos e melhorando o funcionamento dos mercados de acesso à terra;

55. Comprometer-se em elaborar planos com a devida antecedência e investir nas zonas urbanas antecipando o futuro crescimento e as futuras necessidades das populações, bem como realizando abordagens e pesquisas regionais e coordenadas, que incluam as zonas perí-urbanas;

56. Desenvolver e fortalecer os planos, os programas e os sistemas que abordam e resolvem as necessidades das pessoas que vivem em ecossistemas frágeis;

57. Promover o uso sustentável do espaço promovendo o crescimento urbano nos valores ambientais sistemáticos e minimizando desta forma a dimensão e o impacto da mácula urbana e favorecendo a poupança de energia e promovendo um sistema de transporte colectivo de passageiros bem integrado e estruturado com a densidade populacional das cidades com um elevado número de habitantes;

58. Comprometer-se em desenvolver as zonas urbanas e rurais de forma a fortalecer as suas relações simbióticas em termos de mercados e remessas;

59. Criar e fortalecer parcerias bilaterais, regionais e internacionais na emigração com vista a reduzir progressivamente as barreiras de circulação porquanto que protegendo os direitos humanos fundamentais de todos os emigrantes e fazer com que a emigração seja um instrumento de desenvolvimento mútuo para o benefício dos emigrantes e dos países;

60. Promover políticas que encorajam a integração e reintegração dos emigrantes e dos emigrantes regressados;

61. Trabalhar tendo em vista garantir a portabilidade ou acessibilidade regional e internacional dos benefícios e direitos adquiridos pela emigração;
62. Garantir que os emigrantes tenham acesso às opções seguras de transferência de valores e a custos baixos;
63. Prever as consequências das emigrações relacionadas com as mudanças climáticas nas zonas vulneráveis, especialmente cidades e zonas costeiras;
64. Financiar os estudos e pesquisas nacionais e regionais de forma a garantir dados migratórios actualizados para fins de estudos migratórios e para o desenvolvimento da região;
65. Reconhecer os direitos dos refugiados e garantir a sua protecção física e a integração social em conformidade com as convenções internacionais e trabalhar com vista ao repatriamento dos refugiados para os seus países de origem;

Governança

- A. *Reconhecendo* que uma governação sensível e que procura soluções para os problemas existentes baseia-se na auto-responsabilização, na participação de todos os actores, na transparência e no estado de direito e que uma governação forte a todos os níveis, a nível local, provincial, nacional, regional e global é um elemento chave e primordial na consecução dos melhores resultados para o desenvolvimento e trás boas implicações para a paz e segurança;
- B. *Reconhecendo* também que ouvir as vozes das outras pessoas e os interesses de todos é uma abordagem crítica para promover e criar um desenvolvimento sustentável e que uma governação sensível e que procura soluções para os problemas do povo e instituições céleres são fundamentais para a inclusão social e económica e para a sustentabilidade;
- C. *Reconhecendo* a necessidade de integrar as dinâmicas populacionais nos planos de desenvolvimento a nível nacional e provincial de forma a dar respostas aceitáveis aos apelos das populações e aos problemas de desenvolvimento, incluindo as dinâmicas populacionais e suas implicações nos direitos humanos, na dignidade humana, na qualidade de vida, na erradicação da pobreza e para um desenvolvimento sustentável;
- D. *Reconhecendo* ainda a necessidade de se tomar acções urgentes nas áreas da saúde, educação, programas de geração de emprego para jovens de forma a transformar o dividendo demográfico em crescimento económico e transformação de desenvolvimento do continente Africano e aproveitar as vantagens da janela da oportunidade demográfica para o período pós 2014;

Comprometemo-nos desta forma a:

66. Remover barreiras à sustentabilidade, inter-alia, através do uso acrescido da tecnologia, incluindo a inovação, uma governação idónea, sábia e prudente, através

da consciencialização sistemática e sensibilização do público e através dum comportamento sustentável que sejam benéficas ao meio ambiente;

67. Integrar mais as dinâmicas populacionais nos planos de desenvolvimento a nível provincial e nacional e de forma a responder positivamente os problemas das populações e as questões relacionadas com o desenvolvimento, incluindo as dinâmicas populacionais e suas implicações para os direitos humanos, para a dignidade humana, para a qualidade de vida, para a erradicação da pobreza e para um desenvolvimento sustentável;

68. Criar e fortalecer instituições relevantes à capacidade necessária com vista a garantir uma integração eficaz às dinâmicas populacionais em planos de desenvolvimento que estejam associados à abordagem dos direitos humanos, bem como a eficiência e auto-responsabilização, incluindo a garantia de uma coordenação efectiva de todas as entidades sociais e relevantes à planificação;

69. Implementar políticas que garantam a participação efectiva dos vários grupos e extractos sociais, incluindo mulheres, jovens e idosos, deficientes físicos, populações indígenas e outros grupos marginalizados ou desfavorecidos em todos os níveis e aspectos de governação;

70. Instituir mecanismos de monitoria e avaliação para avaliar eficientemente o desempenho e de forma garantir a auto responsabilização;

Dados estatísticos

- a. *Observando* com certo constrangimento as grandes lacunas na disponibilização e utilização de dados das políticas relevantes para efeitos de monitoria e avaliação e a falta de dados imediatos sobre a dimensão das distribuições e respectivas características e as tendências das populações em muitos países;
- b. *Observando* ainda que poucos países Africanos possuem sistemas de registo civil robustos e que as potencialidades destas fontes de dados continuam ainda por explorar;
- c. *Reconhecendo* os recentes esforços concertados com vista a melhorar os sistemas de registo civil nacional e os sistemas de recolha de dados estatísticos vitais em muitos países;

Comprometemo-nos desta forma a:

71. Fortalecer a capacidade de produção de dados estatísticos nacionais de forma a efectuar análises baseadas em evidências e em estudos das políticas, bem como na capacidade de execução duma monitoria credível, sábia e idónea e programas de avaliação em simultâneo com o aumento do investimento na recolha, análise e utilização de dados baseados nas populações, incluindo o recenseamento da população e habitação, assim como em inquéritos sociais, económicos e ambientais;

72. Criar um sistema de registo civil funcional a nível nacional, provincial e comunitário, usando as instituições tradicionais existentes localmente e de forma a garantir a disponibilidade de dados relevantes para o planeamento a todos os níveis;

73. Produzir, recolher e usar dados de censos populacionais e de sondagens dos sistemas de registo civil e que sejam de qualidade, que sejam fiáveis e produzidos atempadamente e que estejam desagregados por sexo e por grupos populacionais, para efeitos de planeamento, monitoria e avaliação;

74. Efectuar pesquisas qualitativas e quantitativas e estudos das políticas;

75. Enfatizar a importância da recolha de dados de idosos e das pessoas com deficiência física para efeitos de planeamento e pesquisa;

76. Comprometer-se em realizar recenseamentos populacionais nacionais regulares, que sigam os padrões estabelecidos internacionalmente, de forma a produzir dados de qualidade e atempados e como uma componente essencial dos padrões de desenvolvimento nacional e regional;

77. Efectuar avaliações periódicas aos sistemas de registo civil nacional e aos dados estatísticos vitais e preparar um plano referente à necessidade de se efectuar melhorias na medida das necessidades;

Cooperação e parceria internacional

- a. *Reconhecendo* que com o aprofundamento da globalização, as questões relacionadas com a população e desenvolvimento tornaram-se cada vez mais unidas ou interligadas aos problemas relacionados com a economia global, aos problemas sociais e ambientais e que a abordagem de tais questões requer uma abordagem multi-sectorial e internacional;
- b. *Reconhecendo* ainda que o rápido crescimento do número de pessoas com recursos suficientes e com níveis de consumo significantes irá elevar o impacto dos padrões insustentáveis de consumo e da produção, o que irá requer tecnologias inovadoras e a mudança das medidas, incluindo incentivos do mercado propícios à promoção das inovações para a obtenção duma economia verde;
- c. *Reconhecendo* a contribuição da Comissão da União Africana (AUC), da Comissão Económica das Nações Unidas (ECA), do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o apoio de outros parceiros de desenvolvimento às prioridades regionais, incluindo o apoio dado na implementação e revisão da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (ICPD) para o período após 2014;

Comprometemo-nos desta forma a:

78. Promover parcerias fortalecidas com o sector privado local, nacional e com organizações da sociedade civil na elaboração, implementação, coordenação,

monitoria e avaliação dos programas e políticas de população e desenvolvimento e encorajar a promoção de actividades direccionadas ao aumento da participação e capacitação dessas mesmas organizações;

79.Reconhecer o papel das organizações da sociedade civil, incluindo as ONGs e organizações juvenis, na formulação, monitoria e avaliação de políticas de população e programas de desenvolvimento, incluindo a realização das metas da saúde sexual e reprodutiva e respectivos direitos;

80.Promover parcerias fortalecidas com o sector privado na concepção, implementação, coordenação, monitoria e avaliação de programas e políticas de população e desenvolvimento a implementação, coordenação, monitoria e avaliação da população, programas e políticas de desenvolvimento, particularmente nas áreas de prestação de serviços, produção e distribuição de bens;

81.Promover esforços de cooperação internacional, incluindo o desenvolvimento de programas e iniciativas conjuntas, fortalecimento do diálogo e coordenação de políticas, transferência de tecnologias e conhecimentos, alocação e mobilização de recurso técnicos e financeiros para a cooperação internacional na área da população e desenvolvimento;

Implementação

A Conferência reflecte um elevado cometimento político dos 52 países Africanos presentes na conferência em implementar o Programa de Acção da ICPD no continente; As realizações e os progressos significantes alcançados devem ser sustentáveis de forma a sustentar as nossas realizações como região, e de forma a atingir as metas e os objectivos da Declaração de Adis Abeba comprometemo-nos a:

82.Dar maior ímpeto e transformar a Declaração de Adis Abeba sobre a População e Desenvolvimento em África após 2014 em planos de acção dos órgãos da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas;

83.Impulsionar também a inclusão da Declaração de Adis Abeba na agenda de desenvolvimento pós- 2015;

84.Monitorar regularmente o alcance das metas e objectivos da Declaração de Consenso no contexto da produção de relatórios sobre a agenda da Nações Unidas sobre o desenvolvimento para o período pós- 2014;

85.Levar a cabo uma monitoria e avaliação credível e pormenorizada desta Declaração, baseada em dados populacionais fiáveis, em projecções e tendo em consideração futuros cenários;

89.Melhorar e fortalecer a coordenação e cooperação entre os ministérios e entidades governamentais que lidam com questões relacionadas com a população e desenvolvimento para a harmonização das políticas relativas à população nos sectores da educação, juventude e saúde e trabalhar na necessidade de capacitar as instituições e providenciar fundos aos programas nacionais e regionais;

87. Rever periodicamente os resultados das conferências regionais Africanas sobre o ICPD pós-2014;

88. Ao fazermos este trabalho, temos em conta os constrangimentos de todos os extractos sociais do continente, incluindo o sector público, o sector privado, a sociedade civil, as ONGs, as organizações religiosas, a juventude, as mulheres, os sindicatos de trabalhadores, as instituições académicas, os parlamentares e as instituições sub-regionais de desenvolvimento.

EX.CL/814 (XXIV)

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRICANA
2012**



**RELATÓRIO SOBRE A
SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRICANA
2012**

**Aproveitamento do
Dividendo Demográfico
no Desenvolvimento
Socioeconómico da África**

Dezembro de 2012
Adis Abeba

Índice

Abreviaturas.....	2
Prefácio.....	3
Agradecimentos.....	4
Síntese	5
1. Introdução.....	7
1.1 Estrutura do Relatório	7
1.2 Metodologia e Limitações	8
2. UMA VISÃO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA ÁFRICA	9
2.2 Taxa de Crescimento Populacional.....	12
2.3 Fertilidade	14
2.4 Mortalidade	16
2.5 Estrutura Etária.....	19
2.6 Migração Internacional.....	21
2.7 Urbanização.....	23
3 A RELAÇÃO ENTRE DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO EM ÁFRICA	25
3.1 O Conceito de Dividendo Demográfico	25
3.2 Transição demográfica e factores determinantes em África.....	30
3.3 Factores da População, Rácio de Dependência e desenvolvimento económico em África	31
4 “EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA JUVENIL”, POPULAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO EM ÁFRICA	32
4.1 O impacto da população jovem na organização política africana	34
4.2 A agenda política e jurídica internacional, regional e nacional sobre juventude e desenvolvimento.....	37
4.3 Resposta Nacional para a Optimização da Produtividade	39
5 ESTRATÉGIAS PARA RECOLHER DIVIDENDOS DEMOGRÁFICOS EM ÁFRICA ...	41
5.1 A dimensão do género no dividendo demográfico	41
5.2 Educação Qualitativa	43
5.3 Mão-de-obra Saudável	43
5.4 Segurança Alimentar e Nutricional.....	47
5.5 Coerência das Políticas	48
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	49
6.1 Conclusões.....	49
6.2 Recomendações.....	51
ANEXO: Perfil Demográfico dos Países Africanos	53
Referências.....	55

Abreviaturas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AMISON	Missão da União Africana na Somália
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CERs	Comunidades Económicas Regionais
CIPD/PdA	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento/Programa de Acção
CSW	Comissão das NU sobre a Situação da Mulher
CUA	Comissão da União Africana
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
M&A	Monitorização e Avaliação
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NU	Nações Unidas
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAM	Programa Alimentar Mundial
PAN	Plano de Acção Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
RSS	Reforma do Sector de Segurança
SAPR	Relatório sobre a Situação da População Africana
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TAR	Terapia Anti-retroviral
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TCP	Taxa de Crescimento Populacional
TFT	Taxa de Fertilidade Total
UA	União Africana
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA
UNAMID	Operação Híbrida da União Africana-Nações Unidas em Darfur
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para a África
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNOSAA	Gabinete do Conselheiro Especial das Nações Unidas para a África
UNSCR	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana

Prefácio

O Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da União Africana e parceiros colaborantes têm estado a publicar os relatórios bienais sobre a Situação da População Africana desde 2004. Ao longo dos anos, os relatórios foram estruturados de maneira a reflectir questões que intrinsecamente relacionam o padrão de crescimento económico da África com as suas tendências demográficas. O primeiro relatório incidiu nos desafios da população e pobreza, enquanto o segundo (2006) salientou as implicações da dinâmica da população na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Este relatório demonstra que a população dependente da África deve nos próximos anos reduzir, enquanto que a população produtiva aumentará. A África tem uma população jovem e em crescimento e representará cerca de 29 por cento da população mundial com idade entre 15 e 24 anos até 2050. Além disso, projecções da população indicam que a população em idade activa em África está a crescer 15,3 milhões de pessoas por ano, e este número deverá aumentar nas próximas décadas. Acho que este relatório é particularmente importante, porque destaca as abordagens que a África pode desenvolver para beneficiar deste dividendo demográfico que certamente não vai durar para sempre.

Ter uma população jovem e em crescimento proporciona oportunidades em termos de uma oferta de trabalho abundante com muito potencial criativo, o que significa que os países africanos devem enveredar pelas vias de crescimento que geram empregos em grande escala para absorver o trabalho adicional.

Apesar de um grande número de compromissos assumidos a níveis mundial, regional e nacional em relação às reformas económicas por vários Estados Membros da UA, nota-se que alguns destes países não estão a explorar totalmente a transição demográfica que a África enfrenta neste momento. Este é realmente um momento emocionante para a África. É o momento da África, e por isso exorto todos os intervenientes a conjugarem os seus esforços no sentido de ajudara África a aproveitar eficazmente o dividendo demográfico e a concretizá-lo em desenvolvimento socioeconómico.

**Adv. Bience P. Gawanas,
Comissária dos Assuntos Sociais**

Agradecimentos

O Departamento de Assuntos Sociais atribui muita importância à tomada de decisão baseada em factos. O Departamento de Assuntos Sociais garante, por conseguinte, a publicação bienal do Relatório sobre a Situação da População Africana para permitir que os Estados Membros da União Africana tomem decisões bem fundamentadas sobre questões relacionadas com o desenvolvimento da população.

As publicações só foram possíveis graças ao apoio de vários parceiros. O Departamento gostaria de transmitir os seus sinceros agradecimentos, em primeiro lugar, aos dirigentes da Comissão da UA pela necessária orientação e liderança dedicada.

O Departamento de Assuntos Sociais gostaria ainda de agradecer a AIDS Accountability International e Ford Foundation pelo apoio financeiro e técnico disponibilizado para a produção deste relatório.

Especial apreço é endereçado a todos os Estados Membros da União Africana e às Comunidades Económicas Regionais, pela colaboração contínua na disponibilização de dados à Comissão da UA e seus parceiros.

Síntese

Este Relatório sobre a Situação da População Africana descreve em linhas gerais a relação entre a evolução demográfica e oportunidades económicas em África. Analisa, detalhadamente, o conjunto de variáveis estruturais que podem ter impacto na forma como o dividendo demográfico da África pode ser apreendido.

Este relatório apresenta a base factual para a diminuição da população dependente em África nos próximos anos. Ao mesmo tempo, a dimensão da população produtiva deverá aumentar. A África tem uma população jovem e em crescimento e representará cerca de 29 por cento da população mundial com idade entre 15 e 24 até 2050. Além disso, projecções da população indicam que a população em idade activa em África está a crescer 15,3 milhões de pessoas por ano, e este número deverá aumentar nas próximas décadas.

Este relatório justapõe uma variação de conceitos associados à transição demográfica em África, fornecendo uma visão geral dos dados mais recentes sobre a posição da África no contexto da evolução demográfica mundial, analisando a dimensão da população, taxa de crescimento, fertilidade, mortalidade, estrutura etária, migração e urbanização. O relatório aplica cenários demográficos actuais num modelo para maximizar os resultados económicos concretos que pode produzir. Factores como género, educação, trabalho, segurança alimentar e abordagens políticas podem afectar a capacidade da África de capitalizar a sua vantagem demográfica.

Os efeitos da dimensão da população têm implicações muito significativas no desenvolvimento económico e social, especialmente os relacionados com os serviços de saúde e governação. Isso é demonstrado claramente no facto de a população das Regiões Menos Desenvolvidas (5,7 biliões) ter sido cinco vezes maior do que a população das Regiões Mais Desenvolvidas (1,2 biliões) em 2010. Embora o rápido crescimento populacional nos países pobres dificulte o seu desenvolvimento, este relatório apresenta uma outra forma alternativa de pensar que desenvolve estratégias para capitalizar a diminuição do rácio de dependência do continente (escalão etário dos que não trabalham). Isso foi denominado 'Dividendo Demográfico' da África.

Uma série de factores deverá influenciar o aproveitamento do dividendo demográfico da África, se o posicionamento global previsto da África for orientado para o aumento do desenvolvimento de África como um todo, o que significa que a variação regional, dentro do continente, pode também afectar o modo como este crescimento se desenvolve. As taxas de mortalidade desempenham igualmente um papel importante no dividendo demográfico. Por conseguinte, a evolução da estatística de mortalidade em África é fundamental para compreender o futuro do continente, e o que se exige de todos os intervenientes para o aproveitamento do dividendo demográfico e, assim, demonstrar responsabilidade e melhor governação no continente.

A África também surgiu como uma fonte importante de emigrantes nas últimas décadas, em que a maioria das razões da migração resulta de factores impulsionadores nos seus países de origem. Esses factores são nomeadamente guerra, pobreza e perseguição que levam as pessoas a tornarem-se refugiados e trabalhadores migrantes. Além disso, a África tem actualmente uma das taxas de crescimento urbano mais elevadas no mundo, o que contribui para níveis extraordinários de desemprego urbano. Este nível de desemprego obriga homens e mulheres africanos a abandonarem os seus países, muitas vezes incorrendo em grandes riscos pessoais, para a procura de melhores perspectivas económicas. O papel dos governos em tempo de paz deve ser a responsabilidade da criação de emprego para os seus cidadãos, contendo deste modo o fluxo de pessoas que pretendem sair. A urbanização em África, embora se situe abaixo da média global, é extremamente importante na recolha dos benefícios potenciais do dividendo demográfico.

As tendências futuras na migração urbana e como se relaciona com o dividendo demográfico são fundamentais para as decisões a serem tomadas pelos dirigentes da África. É um facto que o crescimento populacional e a urbanização caminham a par, e o desenvolvimento económico está estreitamente ligado à urbanização; portanto, a África deve aproveitar essa vantagem. A urbanização é essencial para a realização do crescimento sustentável da África, uma vez que grandes centros urbanos permitem inovação e maiores economias de escala.

Além da urbanização, a África deve igualmente maximizar as suas outras vantagens comparativas, tais como o grande número de jovens inovadores. Mais de 70 por cento da população africana é de idade inferior a 30 anos com uma projecção de uma maior mão-de-obra e diminuição dos encargos de dependência de jovens no futuro. Para os Estados Membros da União Africana, é prioritário que mais jovens entrem no mercado de trabalho para promover a estabilidade e reduzir a taxa de desemprego no continente. A CUA estabeleceu vários objectivos centrados na juventude para reduzir o desemprego juvenil em 2 por cento por ano de 2009–2018, e proporcionar financiamento adequado para avançar a agenda da juventude. A realização desses objectivos ajudaria os dirigentes africanos a determinar as competências que os seus jovens precisam para obter emprego, tornar-se melhores empresários ou agricultores mais bem sucedidos. No entanto, essas grandes decisões políticas continuarão a ser um discurso vazio, se não forem transformadas em acção pelos dirigentes. Todas estas iniciativas de desenvolvimento são importantes, porque os jovens podem facilmente considerar as oportunidades limitadas como uma negação de justiça, aumentando assim a possibilidade de instabilidade.

O bónus demográfico que se destina à África deve ser aproveitado para melhorar o desenvolvimento sustentável no continente. Para capitalizar o seu dividendo demográfico, os países precisam de líderes para elaborar e implementar políticas eficazes em áreas essenciais. A juventude africana deve associar-se à catalisação da transição demográfica e garantir que os líderes são responsáveis. As melhorias na saúde pública, saneamento, programas de imunização e disponibilidade de medicamentos podem levar à diminuição das taxas de mortalidade que, por sua vez, podem contribuir para o aumento da população. Além de melhorar os resultados das estratégias de saúde, há razões económicas para investir na saúde. Uma população saudável pode contribuir para o crescimento económico e reduzir a pobreza, contrariamente à antiga crença de que o desenvolvimento evolui da riqueza para a saúde.

1. Introdução

O Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da União Africana (CUA) tem estado a publicar relatórios bienais sobre a Situação da População Africana desde 2004. O primeiro relatório centrou-se nos desafios da população e da pobreza e a população, enquanto o segundo (2006) salientou as implicações da dinâmica da população na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). O terceiro relatório, publicado em 2008, analisou a relação entre a população e as alterações ambientais/climáticas em África, enquanto o quarto relatório incidiu na relação entre os factores da população e paz e segurança.

Este relatório, embora baseando-se nos quatro Relatórios sobre a Situação da População Africana, apresenta uma outra perspectiva relevante de análise; como a África pode aproveitar de forma eficaz o dividendo demográfico resultante da estrutura etária da sua população contemporânea? Pesquisas anteriores analisaram muito mais pormenorizadamente a forma como a dimensão da população afecta o crescimento e o desenvolvimento do país, negligenciando a principal variável da forma como a população total é partilhada entre diferentes faixas etárias.¹ Este elemento de demografia adquiriu uma grande importância nos últimos anos, porque as tendências da população produziram uma geração de boom, ou um 'exploração demográfica juvenil', que tem o potencial de criar enormes oportunidades para o crescimento económico. Esta perspectiva é especialmente pertinente em África. Para maximizar os ganhos desta transição demográfica e demonstrar responsabilidade completa aos seus povos, é essencial que os líderes e dirigentes africanos compreendam as estratégias ideais para a capitalização da estrutura etária da sua população para vantagens económicas e sociais.

1.1 Estrutura do Relatório

Considerando este contexto, este relatório descreve em linhas gerais a relação entre a evolução demográfica e oportunidades económicas em África. Analisa pormenorizadamente o conjunto de variáveis estruturais que podem ter impacto na forma como o dividendo demográfico da África pode ser apreendido. A Secção I apresenta os conceitos analisados, bem como as suas limitações. A Secção II proporciona uma visão geral dos dados mais recentes sobre a posição da África no contexto da evolução demográfica mundial, analisando a dimensão da população, taxa de crescimento, fertilidade, mortalidade, estrutura etária, migração e urbanização. Com base nestes factores, a Secção III continua a aplicar o cenário demográfico actual a um modelo para maximizar os resultados económicos positivos que pode produzir. A Secção IV concebe as respostas políticas potenciais, bem como a descrição das responsabilidades da União Africana na liderança deste processo. A Secção V discrimina algumas das variáveis de impacto mais significativo que são necessários para otimizar o dividendo demográfico, revelando como os factores como género, educação, trabalho, segurança alimentar e abordagens políticas podem afectar a capacidade da África de capitalizar a sua vantagem demográfica. Por último, a Secção VI apresenta um conjunto de conclusões, descrevendo as principais questões e oportunidades que resultam das discussões nas Secções anteriores deste relatório. Apresenta ainda recomendações para consideração dos líderes dos Estados Membros da União Africana, a Comissão da União Africana e suas iniciativas regionais, organizações da sociedade civil e instituições de investigação.

¹ Bloom, D.E., Canning, D. & Sevilla, J. (2003). *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Santa Monica, California: RAND.

1.2 Metodologia e Limitações

Este relatório baseia-se em várias fontes de informação, incluindo relatórios publicados e não publicados, artigos e livros. Sempre que possível, informações foram recolhidas de organizações, revistas e autores africanos. Os dados estatísticos sobre a situação da população africana são provenientes de várias publicações da Comissão da União Africana, Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (UNAIDS), Organização Mundial da Saúde (OMS), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) e outros. Além disso, documentos relevantes das NU e da UA, bem como literatura secundária sobre questões da população, dividendo demográfico e desenvolvimento económico foram utilizados. Uma vez que este relatório se baseia nos vários relatórios anteriores sobre a Situação da População Africana, os dados e fontes de 2011 e 2012 foram priorizados.

Uma das principais limitações deste relatório é o facto de que não se baseiamos dados primários gerados pela realização da actual pesquisa de campo destinada a recolher directamente os pontos de vista, opiniões, pareceres e perspectivas dos actores e intervenientes nos seus próprios termos. Embora o relatório tenha utilizado várias fontes de informações secundárias, algumas das perspectivas de bases descritas na literatura não convencional podem não ter sido devidamente apreendidas. Além disso, a ampla dimensão deste relatório, que abrange todo o continente, significa que não há nenhuma análise específica de um país. O relatório visa fornecer avaliações regionais para os principais blocos africanos, mas a grande maioria dos documentos é de natureza abrangente.

2. UMA VISÃO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA ÁFRICA

Os efeitos da dimensão da população têm implicações muito significativas no desenvolvimento económico e social, especialmente os relacionados com os serviços de saúde e governação.² Isso é demonstrado claramente no facto de a população das Regiões Menos Desenvolvidas (5,7 biliões) ter sido cinco vezes maior do que a população das Regiões Mais Desenvolvidas (1,2 biliões). Embora haja uma escola de pensamento que sugere que o rápido crescimento populacional nos países pobres dificulta o seu desenvolvimento^{3,4} há uma outra forma alternativa de pensar que desenvolve estratégias para capitalizar a diminuição do rácio de dependência do continente (escalão etário dos que não trabalham). Isso foi denominado 'Dividendo Demográfico' da África. O consenso científico é que o rácio de dependência da África pode ter atingido o seu máximo por volta de 1985, o que significa que África alcançará o seu dividendo demográfico, passando por um crescimento económico rápido de sua grande população activa, de 1985-2025.⁵ Alguns sugeriram que a trajetória da população da África deve seguir muito de perto a da Ásia, apenas com um atraso de 20 anos. Em outras palavras, há especulações de que essa diminuição do rácio de dependência conduzirá a um crescimento económico semelhante.^{6,7}

Demógrafos falam frequentemente da alteração das características demográficas em três fases. Fase 1 é quando há um aumento do rácio de dependência devido ao aumento do número de jovens (i.e. que não trabalham). Fase 2 é quando os países começam a testemunhar esta diminuição do rácio de dependência, uma vez que os jovens passaram a desenvolver um trabalho produtivo, estão empregados. Fase 3, em seguida, é caracterizada por um aumento do rácio de dependência mais uma vez, porque o rácio de dependência aumenta devido à dependência das pessoas idosas.⁸ Na expectativa da população africana, entrar na Fase 2, é fundamental que haja uma compreensão detalhada da análise da população do continente, se o dividendo demográfico for eficazmente aproveitado para melhor benefício económico.

Esta secção proporciona informações estatísticas necessárias para o aproveitamento adequado do ganho potencial da África a partir da evolução da sua identidade demográfica. Esta informação é crucial para maximizar esta oportunidade para recompensas económicas africanas.

2.1 Dimensão Populacional

² Bongaarts, J. & Sinding, S. (2011). Population Policy in Transition in the Developing World. *Science*, 333(6042), 574-576.

³ UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations

⁴ Birdsall, N., Allen, K. & Sinding, S. (Eds.). (2001). *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*. Oxford: Oxford University Press.

⁵ Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in sub-Saharan Africa: How big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65(1), 9-35.

⁶ Bloom, D. & Williamson, J. (1998). Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. *World Bank Economic Review*, 12(3), 419-456.

⁷ Bloom, D., Canning, D. & Malaney, P. (2000). Population dynamics and economic growth in Asia. *Population and Development Review* 26(Suppl), 257-290.

⁸ Lee, R. (2003). The demographic transition: three centuries of fundamental change. *Journal of Economic Perspectives*, 17(4), 167-190.

De 1950 a 2010, a população africana total cresceu de 234 milhões para 1,02 bilhões.⁹. A maior parte da população do continente e o crescimento populacional está a ocorrer na África ao Sul do Sahara, que durante esse mesmo período, cresceu de 186 milhões para 856 milhões. Este crescimento deverá continuar, com a população estimada da África ao Sul do Sahara em 2050 em 1,7 bilhões de pessoas. Em termos de presença da África no mercado mundial, estes números são altamente relevantes. Este imperativo é claramente demonstrado no quadro a seguir, onde figuram os 30 países mais populosos do mundo, comparando os dados a partir do ano 2000 com projecções para o ano 2100. Nesse quadro, 5 dos 30 maiores países no ano 2000 são países africanos. Estima-se que o continente deve crescer e integrar 14 dos 30 países mais populosos até ao ano 2100. Isto significa que a África representará metade dos países mais populosos do mundo, no próximo século.

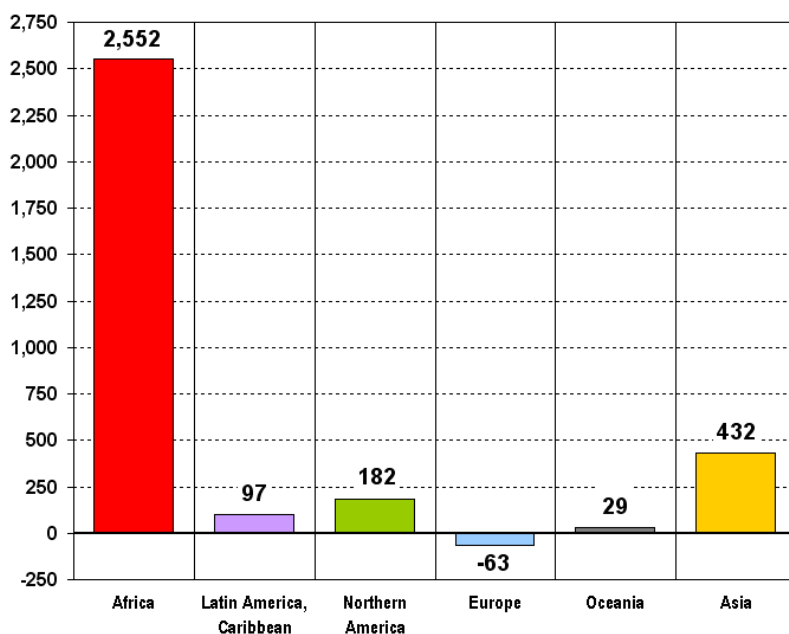
Quadro: Países Africanos entre os 30 Países Mais Populosos do Mundo no ano 2000 e 2010¹⁰

2000	2100
#10 Nigéria	#3 Nigéria
#15 Egipto	#5 Tanzânia
#16 Etiópia	#8 Congo
#23 República Democrática do Congo	#11 Uganda
#27 África do Sul	#12 Quénia
	#14 Etiópia
	#16 Zambia
	#17 Niger
	#18 Malawi
	#19 Sudão
	#21 Egipto
	#25 Burkina Faso
	#26 Madagascar
	#29 Mali

Uma outra maneira de entender o crescimento da população da África comparado a outras regiões do mundo, é analisar a evolução demográfica projectada ao longo do tempo. Na Figura 2, é evidente que a população africana deve crescer a uma taxa que excede largamente qualquer outra região do mundo. A evolução demográfica entre 2000 e 2100 deverá aumentar em 2,5 bilhões em África, em comparação com 432 mil na Ásia, o continente que se segue à África em termos de crescimento. Por outro lado, prevê-se que deve haver uma redução de 63.000 na população europeia nesse momento.

⁹UN Population Division. (2011). World Population Prospects: The 2010 Revision. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations.

¹⁰UN Population Division. (2012). *United Nations Department of Economic and Social Affairs: Population Division, Population Estimates and Projections Section*. New York, New York: United Nations.



Evolução Demográfica, por Região, entre 2100 e 2100¹¹

Ciente da presença projectada de África nas esferas da população global, é igualmente importante ponderar e compreender as formas mais subtis em que o continente está a crescer e a evoluir. A diversidade dentro das regiões e, na realidade, dentro dos países, afecta os resultados de transição.¹² Isso ocorre porque cada fase transitória (ver Fases 1, 2 e 3 da secção anterior) necessariamente chega mais cedo e avança mais rapidamente em alguns lugares. Acontece sobretudo nas áreas mais urbanizadas, com maior integração económica e igualdade de género. Se o posicionamento global previsto da África deve ser orientado para o desenvolvimento crescente da África em geral, deve-se considerar como a variação regional, no continente, pode também afectar a forma como este crescimento se manifesta.

Distribuição da Dimensão da População Africana por Região 1950–2050 (em milhares)¹³

Região	1950	1975	2000	2010	2025	2050	2100
África Oriental	65 milhões	124 milhões	252 milhões	324 milhões	501 milhões	1.1 biliões	5.6 biliões
África Central	26 milhões	46 milhões	96 milhões	127 milhões	197 milhões	442 milhões	2.8 biliões
África do Norte	53 milhões	99 milhões	176 milhões	209 milhões	272 milhões	401 milhões	917 milhões
África Austral	16 milhões	29 milhões	51 milhões	58 milhões	65 milhões	81 milhões	136 milhões

¹¹UN Population Division. (2012). *United Nations Department of Economic and Social Affairs: Population Division, Population Estimates and Projections Section*. New York, New York: United Nations.

¹²Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in sub-Saharan Africa: How big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65(1), 9-35.

¹³UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nation.

África Ocidental	70 milhões	122 milhões	236 milhões	304 milhões	464 milhões	998 milhões	5.5 bilhões
------------------	------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Por último, para otimizar os resultados da dinâmica da população da África, é também muito relevante romper os padrões de mudança dentro de determinadas estruturas etárias. A África está a enfrentar actualmente o que Heller chama uma ' explosão demográfica juvenil', em que grandes proporções da população africana são jovens, prestes a entrar no mercado de trabalho¹⁴. Por exemplo, na África ao Sul do Sahara, em 2011, cerca de 42 por cento de toda a população tem idade inferior a 15 anos (Banco Mundial, 2011). Quando este grupo entrar no mercado de trabalho, haverá uma oportunidade para grandes ganhos económicos em muitos países africanos. No entanto, também é pertinente ter em conta os efeitos potencialmente negativos que devem ser mitigados para que os resultados mais concretos sejam realizados. Por exemplo, segundo as estimativas das NU para cada dólar gasto no planeamento familiar, entre dois e seis dólares podem ser economizados em intervenções destinadas a alcançar outros objectivos de desenvolvimento.¹⁵ Por outro lado, outros sugerem que, dado o conjunto adequado de instrumentos, essa evolução demográfica pode transformar-se num mecanismo benéfico do ponto de vista económico. Eastwood e Lipton estão inclinados a persuadir que se o conjunto adequado de redução na fertilidade e mortalidade for combinado com políticas úteis para maximizar os resultados da produção laboral através da educação e igualdade de género, a África será capaz de absorver esses trabalhadores extras a nível produtivo.¹⁶

2.2 Taxa de Crescimento Populacional

As NU definem a taxa de crescimento populacional (TCP) como um aumento (ou diminuição) do número de pessoas da população durante um determinado período de tempo expresso em percentagem da população no início do período de tempo¹⁷. A TCP da África é estimada em (2,2 por cento) e continua a ser a maior em comparação a outras regiões; Ásia (1,28 por cento), América Latina (0,99 por cento), América do Norte (0,91 por cento) e Europa (0,03 por cento). A elevada TCP no continente encobre a heterogeneidade das TCPs por país e região. A elevada população da África tem sido predominantemente afectada pela presença de 33 dos 48 países menos desenvolvidos do mundo. Apesar disso, a TCP do continente tem registado uma diminuição desde que atingiu o seu valor máximo de 2,82 por cento entre 1975 e 1980. Isso foi em grande parte atribuído a menores níveis de fertilidade e mortalidade mais elevada devido ao VIH/SIDA, fome e guerra. Perante esta situação, prevê-se que a população africana terá uma TCP de 1,4 por cento em 2015.

Tendência da taxa de crescimento populacional do mundo e grandes regiões¹⁸

¹⁴ Heller, P. (2011). Connecting the dots of a Global Economic Crisis and Coming Demographic Change: Implications for development policy. In N. Birdsall & F. Fukuyama (Eds.). *New Ideas in Development after the Financial Crisis* (pp. 288-310). Baltimore, Maryland: John's Hopkins University Press.

¹⁵ UN Population Division. (2009). What would it take to accelerate fertility decline in the least developed countries? Policy Brief No. 2009/1 by the Department of Economic and Social Affairs. New York, New York: United Nations

¹⁶ Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in sub-Saharan Africa: How big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65(1), 9-35.

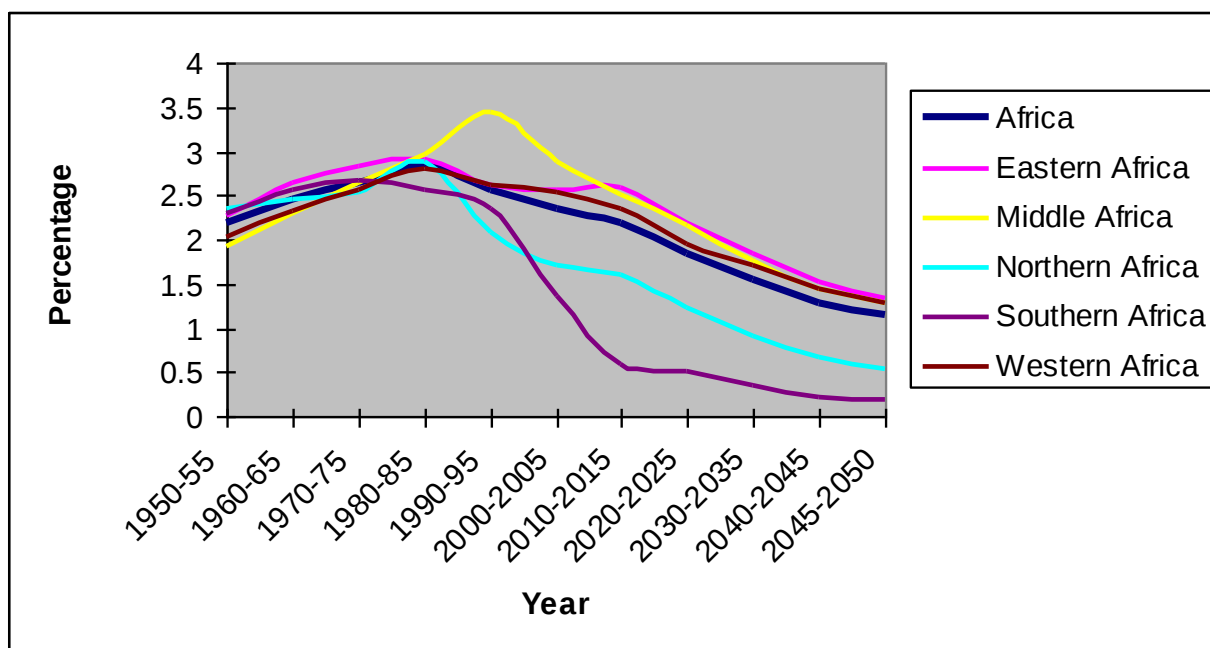
¹⁷ United Nations, (2010). *World Population Ageing 1950-2050*. New York, United Nations.

Grande região	1950–1955	1975–1980	2000–2005	2010–2015	2025–2030	2045–2050
Mundo	1.77	1.77	1.26	1.11	0.73	0.34
Regiões mais desenvolvidas	1.21	0.66	0.36	0.28	0.07	-0.07
Regiões menos desenvolvidas	2.03	2.15	1.47	1.28	0.85	0.41
África	2.18	2.82	2.34	2.20	1.70	1.14
América Latina e Caraíbas	2.71	2.30	1.31	0.99	0.60	0.10
Ásia	1.89	1.95	1.25	1.05	0.60	0.15
Europa	1.00	0.49	0.08	0.03	-0.16	-0.26
América do Norte	1.71	0.95	1.01	0.91	0.63	0.37
Oceania	2.15	1.50	1.48	1.23	0.95	0.59

A figura abaixo apresenta uma tendência da TCP no continente africano de 1950 a 1955. Pode-se verificar que a TCP da África Central continuou a subir e atingiu o seu valor máximo em 3,43 por cento (1990-1995), enquanto a TCP de outra região tinha começado a diminuir ainda no período entre 1980 e 1985. A falta de uma diminuição significativa na TCP na África Oriental pode justificar uma série de problemas que inclui o acesso deficiente ao planejamento familiar.¹⁹

Além disso, a África Austral registra uma redução brusca na TCP em comparação com outras regiões; isto é devido aos dados da TCP segundo o padrão de mortalidade que é atribuído ao impacto da SIDA na região.²⁰ Portanto, o crescimento da população previsto na África resultará em grande parte da África Oriental, Central e Ocidental.

Tendência da taxa de crescimento populacional da África e suas sub-regiões²¹



¹⁸ UN Population Division. (2011). World Population Prospects: The 2010 Revision. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations.

¹⁹ Jacobstein, R., Ndong, I., Betamariam, W., & Pile, J. (2012). Fragile, Threatened, and in Great Need: Family Planning Programmes in Sub-Saharan Africa. Retrieved from <http://uaps2007.princeton.edu/download.aspx?submissionId=70868>

²⁰ McDevitt, T. (2012). The Impact of AIDS Mortality on Indirect Estimates of Fertility. U.S. Census Bureau. 30 April, 2012. Retrieved from <http://paa2012.princeton.edu/download.aspx?submissionId=120979>

²¹ UN Population Division. (2011). World Population Prospects: The 2010 Revision. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations.

2.3 Fertilidade

Fertilidade total, como uma medida de fertilidade, é definida como o número total de filhos que uma mulher poderia ter, se a taxa de fertilidade se mantivesse a mesma durante a sua vida.²² Uma TFT igual ou superior a 2 significa que as mulheres asseguram a sua própria substituição, enquanto uma TFT inferior a 2 implica que uma população está abaixo da taxa de substituição.²³ A taxa de fertilidade total da África manteve-se consideravelmente mais elevada do que a dos outros continentes em 6,67 e 4,64 em 1970-1975 e 2005-2010, respectivamente, contrariamente à Europa com uma TFT de 2,17 e 1,57 durante os respectivos períodos (ver Quadro abaixo).

Estimativa e Projecção de Fertilidade Total do Mundo referentes a 1970-1975, 1990-1995, 2005-2010 e 2045-2050 de acordo com diferentes Variantes²⁴

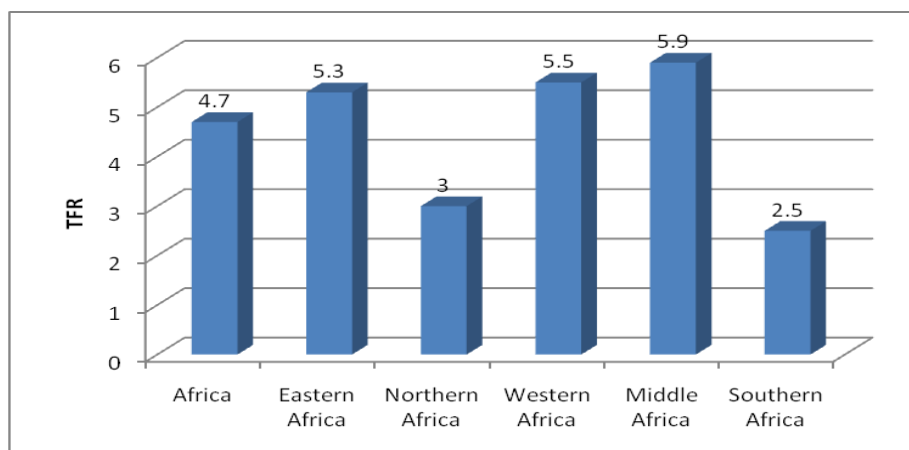
Região	Fertilidade total (média do número de filhos por mulher)						
	1970-1975	1990-1995	2005-2005	2045-2050			
				Baixa	Média	Elevada	Constante
África	6.67	5.62	4.64	2.42	2.89	3.37	5.07
Ásia	5.00	2.97	2.28	1.39	1.88	2.37	2.64
Europa	2.17	1.57	1.53	1.41	1.91	2.41	1.55
América Latina & Caraíbas	5.02	3.02	2.30	1.29	1.79	2.28	2.44
América do Norte	2.05	1.96	2.03	1.57	2.07	2.57	2.04
Oceania	3.30	2.49	2.49	1.72	2.21	2.71	2.80

Quando a TFT foi discriminada por regiões africanas, a África Central teve a TFT mais elevada em 2010 de 5,9 e a África Austral teve a menor de 2,5, como se indica na Figura a seguir. Apesar desta diferença, todas as regiões da África têm uma TFT acima dos níveis de substituição. Historicamente, a TFT mais elevada foi observada na África Oriental (7) e África do Norte (6,8) em 1950. No final da década de 80, a TFT da África Central ultrapassou a de todas as outras regiões na África. Em meados do século XXI, estima-se que a África Ocidental terá maior TFT de 5,9 e regiões como Norte e Austral chegarão a taxas abaixo dos níveis de substituição.

²² UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York: United Nations

²³ Bongaats, J. (1982). The Fertility- Inhibiting Effects of the Intermediate Fertility Variables. *Studies in Family Planning*, 13(6/7), 179-189.

²⁴ UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York: United Nations



Taxa de fertilidade total da África e suas sub-regiões²⁵

Os padrões africanos de fertilidade continuarão a diminuir nas várias regiões de forma lenta, tardia e/ou desigual ²⁶. A diminuição é mais evidente no que diz respeito a alguns grupos da população (e.g. residentes urbanos, pessoas com formação, etc.).²⁷ Além disso, a fertilidade começou a baixar primeiro na África do Norte e África Austral e depois nas outras sub-regiões, e a diminuição foi mais rápida nessas regiões. Assim, há países africanos onde a transição de fertilidade está bem estabelecida (por exemplo Tunísia, Marrocos e África do Sul), países onde começou, mas entrou numa situação de impasse (por exemplo, Quênia); e países onde a transição ainda não foi iniciada.

A tendência de diminuição alta, mas lentamente das taxas de fertilidade em África atribui-se a vários factores, nomeadamente casamentos precoces, uso limitado de contraceptivos modernos, elevada procura de filhos (por causa da tradição, religião e alta taxa de mortalidade infantil), falta de governação eficaz em torno de coordenação na implementação das políticas e dos programas sobre população, e persistência de costumes e crenças ancestrais que favorecem famílias numerosas. Outros factores são a poligamia, a necessidade de ter mais filhos para ajudar na produção de alimentos e pecuária, baixo nível de formação, acesso limitado aos serviços de saúde devido à infra-estrutura inadequada e falta de integração dos factores da população no planeamento do desenvolvimento.^{28,29}

Além disso, os níveis elevados de fertilidade em África podem ser atribuídos à baixa situação socioeconómica da mulher em África. Algumas destas disparidades socioeconómicas são traduzidas através do acesso limitado à educação, recursos da saúde e oportunidades económicas³⁰, o que por sua vez enfraquece a situação socioeconómica da mulher e o poder de tomada de decisão sobre assuntos relacionados com a sua saúde e direitos reprodutivos, incluindo o número de filhos a gerar, o espaço de tempo entre os nascimentos, etc. A subordinação das mulheres em África pode ser ainda complicada por

²⁵ Population Reference Bureau, (2010). *2010 World Population Data Sheet*, Washington, DC.

²⁶ Caldwell, J. C. & Caldwell. (2002). Africa: The new family planning frontiers. *Family Programmes in the Twenty-First Century*, special issue, *Studies in Family Planning*, 33(1), 76-86.

²⁷ Vimard, P. (2008). Africa and its demographic challenges: An uncertain future. AFD (Agence Française de Développement). Working Paper No. 62. Retrieved from <http://www.afd.fr/jahia/Jahia/lang/en/home/publications/documentsdetravail>.

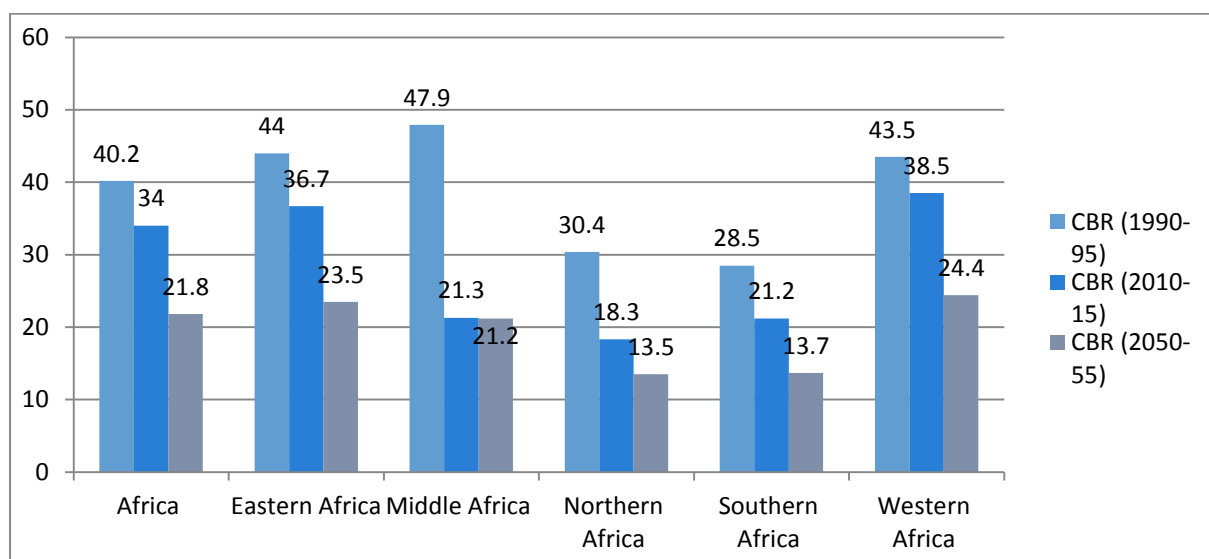
²⁸ United Nations, ECA. (2001). *The State of Demographic Transition in Africa*. United Nations Economic Commission for Africa, Food Security and Sustainable Development Department. Addis Ababa, Ethiopia.

²⁹ Caldwell, J. C. & Caldwell. (2002). Africa: The new family planning frontiers. *Family Programmes in the Twenty-First Century*, special issue, *Studies in Family Planning*, 33(1), 76-86.

³⁰ Serbessa, D., D. (2008). Differential Impact of Women's Educational Level on Fertility in Africa: The Case of Ethiopia.

estereótipos de género que as confina apenas às actividades domésticas e reprodutivas, implicando uma relação bidireccional entre o nível de fertilidade e a autonomia da mulher. A tentativa dos líderes de todos os domínios de reduzir a fertilidade no continente está, portanto, relacionada com a abordagem do problema da desigualdade de género e promoção dos direitos humanos e reprodutivos da mulher.

Entre outros dados de fertilidade tomados em consideração figura a taxa bruta de natalidade (TBN), que é o número de nados-vivos de mães residentes de uma área geográfica específica (nação, estado, país, etc.) durante um determinado período (geralmente um ano civil) dividido pela população total (normalmente semestre) dessa área e multiplicado por 1.000. A TBN da África continua a ser predominantemente mais elevada do que a média de todos os outros continentes.³¹



Taxa bruta de natalidade por região e África: 1990-2055³²

De um modo geral, a TBN da África continuou a diminuir ao longo dos anos. Os dados da TBN da Figura 1 acima mostram que uma região da África Ocidental tem actualmente a TBN mais elevada na região africana com uma TBN de 38,2 (2010-2015) e a África do Norte tem a TBN mais baixa, de 18,3. A TBN da África e de todas as regiões dentro do continente continuará a diminuir, mas continua a ser significativamente mais elevada do que a de outros continentes.³³

2.4 Mortalidade

A mortalidade desempenha um papel fundamental no dividendo demográfico. “Transição demográfica” refere-se à alteração de taxas de mortalidade e de fertilidade elevadas e imprevisíveis para taxas de mortalidade e de fertilidade baixas e estáveis e taxas de fertilidade,³⁴ e as alterações nas estatísticas de mortalidade em África são fundamentais

³¹Population Reference Bureau.(2010). 2010 World Population Data Sheet. Population Reference Bureau, Washington, DC.

³²UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York: United Nations

³³UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York: United Nations

³⁴Lee, R.D. and Reher, D.S. (2011) Introduction: The Landscape of Demographic Transition and Its Aftermath, *Population and Development Review*,37(Suppl 1), 1-7.

para compreender o futuro do continente, e o que é exigido de todos os intervenientes para o aproveitamento do dividendo demográfico.

Quatro principais indicadores estatísticos são relevantes para esta secção: taxa de mortalidade infantil (TMI), taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos (U5R), taxa de mortalidade materna (TMM) e esperança de vida.

Taxa de Mortalidade Infantil: A definição geralmente aceite de Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é o número de mortes de bebés com menos de um ano de idade por 1.000 nados-vivos. Os dados de 2012 variaram de 2 no seu melhor ou mínimo para 114 no seu pior ou máximo, com uma mediana de 18, e uma média global de 40 de acordo com o *Relatório de Estatística Mundial da Saúde de 2012* da Organização Mundial da Saúde.³⁵ A África teve reduções significativas da TMI desde 1990, passando de 172 (1990) para 154 (2000) e 119 (2010). Isso significa uma redução de trinta por cento ao longo de 20 anos, a única região que está a melhorar significativamente quando considerada como uma proporção é a região do Sudeste Asiático.

Taxa de Mortalidade de Crianças com idade inferior a cinco anos: De acordo com o *Relatório sobre Níveis & Tendências na Mortalidade Infantil* (2011), elaborado pelo Grupo de Interagências das NU para a Avaliação da Mortalidade Infantil, "desde 1990 a taxa mundial de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 anos diminuiu 35 por cento, de 88 mortes por 1.000 nados-vivos em 1990 para 57 em 2010. A África do Norte, Ásia Oriental, América Latina e Caraíbas, Sudeste Asiático, Ásia Ocidental e as regiões desenvolvidas reduziram a sua taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos em 50 por cento ou mais."³⁶

No entanto, a carga global que ainda paira na África ao Sul do Sahara com "as taxas mais elevadas de mortalidade infantil, em que 1 em 8 crianças morre antes de 5 anos de idade, mais de 17 vezes a média para regiões desenvolvidas (1 em 143) — e Ásia Meridional (1 em 15)."³⁷ Contudo, embora a África esteja ainda aquém de outras regiões, a taxa anual de redução é melhor do que outras regiões, significando uma abordagem dedicada e impacto significativo na realização do ODM 4 (Reduzir a mortalidade infantil). Na verdade, "seis dos catorze países com melhores resultados estão na África ao Sul do Sahara, assim como quatro dos cinco países com as maiores reduções absolutas (mais de 100 mortes por 1000 nados-vivos)."³⁸

Mortalidade Materna: De acordo com as *Tendências da Mortalidade Materna: 1990 a 2010* por OMS, UNICEF, FNUAP e Banco Mundial, "a taxa de mortalidade materna em África ao Sul do Sahara caiu em 41% em 20 anos. A taxa de 1990 de 850 mortes por 100.000 nados-vivos diminuiu para uma média regional de 500 mortes por 100.000 nados-vivos até 2010. A TMM é considerada alta, se for superior a 300 mortes por 100.000 nados-vivos e extremamente elevada se for superior a 1.000 mortes por 100.000 nados-vivos"³⁹. Vários países africanos formularam políticas e implementação eficazes devido à orientação de liderança eficaz que reduziu drasticamente a sua TMM, sendo um dos exemplos a Guiné

³⁵ World Health Organization (2012) *World Health Statistics Report of 2012*, World Health Organization, Switzerland.

³⁶ United Nations Children's Fund (2011). *Levels & Trends in Child Mortality Report (2011)*, developed by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. Page 1.

³⁷ United Nations Children's Fund (2011). *Levels & Trends in Child Mortality Report (2011)*, developed by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. p 1

³⁸ United Nations Children's Fund (2011). *Levels & Trends in Child Mortality Report (2011)*, developed by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. p 1

³⁹ World Health Organization, (2012). *Trends in maternal mortality: 1990 to 2010* by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank. Geneva, World Health Organization.

Equatorial, que realizou o ODM 5, alcançando 240 por 100.000 de 1200 em 1990, uma redução de 81 por cento.⁴⁰

O relatório prossegue a informação que 16 países ao Sul do Sahara reduziram a TMM em 50 por cento ou mais desde 1990: Guiné Equatorial (81 por cento), Eritreia (73 por cento), Etiópia (64 por cento), Ruanda (63 por cento), Angola e Madagáscar (62 por cento), Cabo Verde (61 por cento), Malawi (59 por cento), Burkina Faso (57 por cento), Benin (55 por cento), São Tomé Príncipe (54 por cento), Níger (53 por cento), Mali e Togo (51 por cento), Guiné e Gâmbia (50 por cento).⁴¹ "Mais uma boa notícia é que enquanto cinco países na África ao Sul do Sahara registaram um aumento de mortalidade materna entre 2000 e 2005 devido ao VIH (são Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia), as suas taxas estão todos a diminuir mais uma vez devido à crescente disponibilidade de tratamento anti-retroviral."⁴²

Todos os países foram avaliados de acordo com os seus progressos na melhoria da saúde materna, quer em curso, fazendo progressos, progressos insuficientes ou nenhum progresso, como mostra o gráfico adjacente.

Esperança de Vida: A esperança de vida aumentou significativamente em África nas últimas décadas; é o resultado directo da diminuição das outras taxas de mortalidade mencionadas acima, bem como melhoria em outras áreas de desenvolvimento, como igualdade de género e acesso à educação. "A esperança de vida à nascença é o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade prevalecentes no momento do seu nascimento permanecessem os mesmos ao longo da sua vida."⁴³ Os dados a seguir do Relatório sobre os Indicadores do Desenvolvimento Africano de 2011, pelo FMI e Banco Mundial demonstram a esperança de vida em todos os países africanos da mais elevada à mais baixa. Estes números são de 2009, ou do ano mais recente antes de 2009, onde os dados estavam disponíveis. A esperança de vida à nascença dos africanos era apenas de 38,7 anos entre 1950 e 1955 (em comparação com 48 e 66 respectivamente das regiões globais e as regiões desenvolvidas) que aumentou para 52,9 no começo do século XXI (66 e 76 para as regiões globais e desenvolvidas).⁴⁴ Nos meados do século XXI, deve atingir 67,4 anos. Embora todas as sub-regiões da África mostrem tendências cada vez maiores neste sentido, algumas delas (e.g., África Austral e África Central) também mostram uma diminuição no final do século XX e início do 21 que foi em grande parte devido à mortalidade por SIDA.⁴⁵

⁴⁰ World Health Organization, (2012). *Trends in maternal mortality: 1990 to 2010* by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank. Geneva, World Health Organization.

⁴¹ World Health Organization, (2012). *Trends in maternal mortality: 1990 to 2010* by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank. Geneva, World Health Organization.

⁴² World Health Organization, (2012). *Trends in maternal mortality: 1990 to 2010* by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank. Geneva, World Health Organization.

⁴³ International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank (2011). *African Development Indicators*, New York, The World Bank.

⁴⁴ United Nations (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*, Population Division, New York, United Nations.

⁴⁵ Adetunji, J and Bos, E.R (2006). Levels and Trends in Mortality in Sub-Saharan Africa: An Overview, in *Disease and Mortality in Sub-Saharan Africa*, Second Edition, Jamison, D.T. (Ed), USA, The World Bank.

Esperança de Vida em África⁴⁶

País	Esperança de Vida
Libia, Tunisia	75
Seychelles	74
Argélia, Maurícias	73
Marrocos	72
Cabo Verde	71
Egipto, Rep. Árabe	70
Comores, São Tomé e Príncipe	66
Togo	63
Benin, Namibia	62
Gabão, Madagascar	61
Eritreia	60
Libéria, Sudão	59
Guiné, Côte d'Ivoire	58
Gana, Mauritania	57
Djibouti, Etiópia, Tanzânia, Gâmbia, Senegal,	56
Botswana, Kenya	55
República do Congo, Malawi	54
Burkina Faso, Uganda	53
Niger, África do Sul	52
Burundi, Camarões, Guiné Equatorial, Ruanda	51
Somália	50
Chade, Mali	49
Angola, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Sierra Leone	48
República Centro Africana	47
Swazilândia, Zâmbia	46
Lesoto, Zimbabwe	45
TODA A ÁFRICA	56

2.5 Estrutura Etária

A estrutura etária está cada vez mais a ser reconhecida como um factor determinante no desenvolvimento económico. Nas principais conclusões de *A Forma das Coisas Futuras*, nota-se que a “estrutura etária da população tem impactos significativos sobre a estabilidade, governação, desenvolvimento económico e bem-estar social dos países.”⁴⁷.

O relatório classifica os países em quatro grupos de acordo com a estrutura etária: Estrutura Etária da População Muito Jovem, Estrutura Etária da População Jovem, Estrutura Etária de Transição e Estrutura Etária da População Adulta.

Resumindo, a pesquisa indica que "estruturas etárias da população muito jovem e da população jovem podem prejudicar o desenvolvimento e a segurança dos países, como se

⁴⁶ IMF and World Bank, *African Development Indicators Report of 2011*

⁴⁷ Leahy et al. (2011). *The Shape of Things To Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Population Action International, 2007, updated 2011. P. 10

demonstrou nos exemplos de provas como “durante a década de 90, os países com uma estrutura muito jovem tiveram três vezes mais probabilidades de passar pelo conflito civil do que os países com uma estrutura etária adulta. Quase 90 por cento dos países com estruturas muito jovens tiveram governos autocráticos ou pouco democráticos no final do século XX.”⁴⁸

No entanto, os países na categoria de transição têm a ganhar com os dividendos demográficos que lhes são disponíveis, se os governos introduzirem políticas e programação que permitem que um país beneficie da sua estrutura etária. Por outro lado, os países com estruturas etárias adultas são estáveis, do ponto de vista económico e político, democráticos e têm geralmente taxas de crescimento económico⁴⁹ lentas mas constantes.

As políticas mais comuns que afectam a estrutura etária incluem as que abordam o planeamento familiar e saúde e direitos sexuais e reprodutivos, a educação (especialmente maior acesso para as meninas), e que proporcionam melhores “oportunidades económicas para as mulheres”.⁵⁰

Dos dez principais países com a maior percentagem de população com idade inferior a 15 anos em 2010, nove estão na África ao Sul do Sahara.⁵¹

A estrutura etária pode ser um importante impulsionador do crescimento económico e se políticas correctas forem implementadas pelos governos e líderes, a África poderá colher os benefícios da explosão demográfica juvenil como aconteceu no Sudeste Asiático. Se no entanto não tirar vantagem desta oportunidade, mais sofrimento e conflitos resultarão, afectando a saúde, a segurança e outras perspectivas de futuro do continente.⁵²

A percentagem da população jovem nesses nove países varia de 44,7 na Tanzânia para 50,1 em Níger. Cerca de 42 por cento da população da África tinha idade entre 0–14 anos em 1950, em comparação com 36 por cento na Ásia e 40 por cento na América Latina e nas Caraíbas.⁵³ A proporção referente a 10–24 anos de idade no total da população com idade igual ou superior a 10 anos é um outro indicador importante. Mais uma vez a proporção nos países africanos confirma a juvenilidade da população adulta. Jovens com idade entre 10–24 anos constituem mais de 50 por cento da população com idade igual ou superior a 10 anos em Uganda, Zimbabwe e RDC.

Em contraste flagrante com a situação no mundo desenvolvido, a percentagem de adultos mais idosos (os com idade igual ou superior a 65 anos) em África é insignificante, embora esteja a mudar. Aumentou em todas as sub-regiões, e entre 2000 e 2050 prevê-se que deve aumentar muito ligeiramente. Em 2050, estima-se que apenas 7 por cento da população africana deve abranger pessoas mais idosas, mas a participação será apenas 17 por cento na Ásia e 20 por cento na América Latina e Caraíbas. De acordo com o Bureau de Referência da População⁵⁴, nenhum dos países africanos está incluído na lista dos

⁴⁸ Leahy et al. (2011). *The Shape of Things To Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Population Action International, 2007, updated 2011. P. 10

⁴⁹ Leahy et al. (2011). *The Shape of Things To Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Population Action International, 2007, updated 2011. P. 10

⁵⁰ Leahy, E et al. (2011). *The Shape of Things To Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Population Action International, 2007, updated 2011. P. 10

⁵¹ Population Reference Bureau, (2010). *2010 World Population Data Sheet*, Washington, DC.

⁵² Mubila, M, (2012). *Briefing Note 4: Africa's Demographic Trends* - Briefing Notes for AfDB's Long-Term Strategy, African Development Bank, P. 9.

⁵³ UN Population Division, (2009). *International Migration, 2009*. Wall chart. New York: UN Population Division, Department of Economic and Social Affairs.

⁵⁴ Population Reference Bureau. (2010). *2010 World Population Data Sheet*. Washington, DC.

principais dez países com maior percentagem de adultos idosos.⁵⁵ Assim, a tendência mais elevada mas em declínio nos rácios de dependência da África parece estar associada ao grande número de jovens. O padrão de alteração no rácio de dependência segue o rácio de dependência das crianças. Essa estrutura etária jovem da população da África implica o aumento futuro da sua população, embora a fertilidade seja reduzida para ou abaixo do nível de substituição.

2.6 Migração Internacional

A África emergiu como principal fonte nos últimos 40 anos para as sociedades que recebem imigrantes tradicionais tais como Austrália, Canadá, Estados Unidos e, mais recentemente, Europa.⁵⁶ Em 2000, estimava-se que havia 175 milhões de migrantes em todo o mundo que saem dos países de baixo rendimento para os de alto rendimento, dos quais os africanos representam 9 por cento (19,3 milhões).⁵⁷ Estima-se actualmente que quase 140 milhões de africanos vivem no hemisfério ocidental.

Estimativa da Migração Internacional no Mundo⁵⁸

Região	Migração Internacional
Mundo	213, 944,000
África	19, 263, 000
Ásia	61, 324, 000
Europa	69, 819, 000
América Latina& Caraíbas	7, 480, 000
América do Norte	50, 042, 000
Oceania	6, 015, 000

A figura abaixo apresenta a migração em África por sub-região. A África Ocidental (8 milhões) tem o nível mais elevado de migração internacional, seguido pela África Oriental (5 milhões). Os níveis mais baixos de migração estão na África Central (1 milhão).

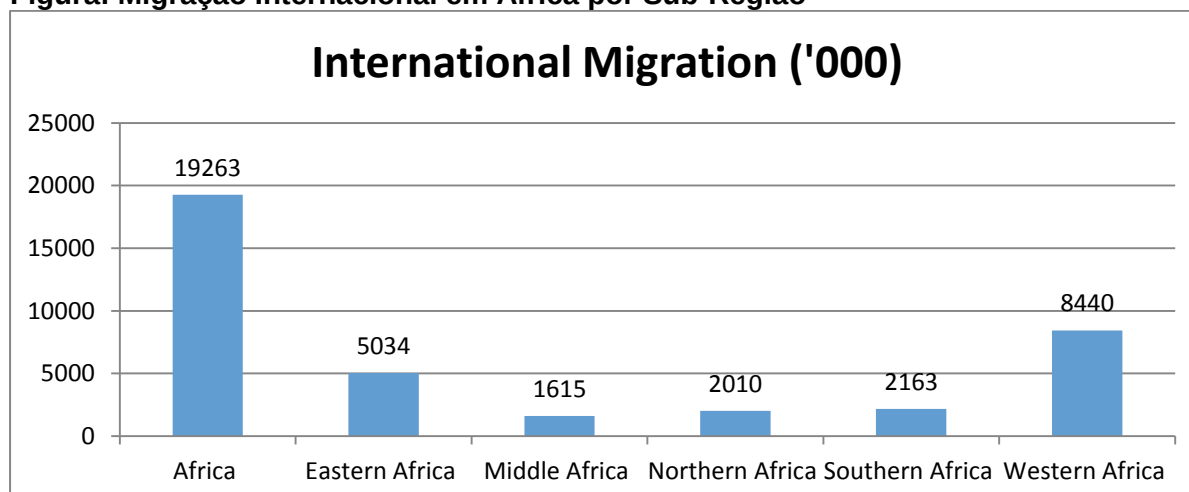
⁵⁵ In absolute numbers, however, the cohort of older Africans is expected to nearly quadruple during the period (Aboderin and Kizito, 2010); the relatively low population share is a function of the continued increase in young populations.

⁵⁶ Massey, D.S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, E. (1993). *Therios of International Migration: A Review and Appraisal*. *Population and Development Review*, 19, 431-466.

⁵⁷ Mutume, G. (2006). *African migration from tension to solutions*, Africa Renewal. 19, United Nations, New York, January 2006, pp. 7-9.

⁵⁸ United Nations (2009). *International Migration Chat*, Department of Economic and Social Affairs Division.

Figura: Migração Internacional em África por Sub-Região



Fonte: NU: Gráfico de Migração Internacional, Departamento da Divisão dos Assuntos Económicos e Sociais

Para muitos africanos, a razão para a migração resulta de factores impulsionadores nos seus países de origem. Esses factores são nomeadamente a guerra, a pobreza e a perseguição que obrigam as pessoas a tornarem-se refugiados, requerentes de asilo e trabalhadores migrantes. Além disso, a África actualmente tem uma das taxas de crescimento urbano mais elevadas no mundo que leva a níveis extraordinários de desemprego urbano. O nível de desemprego obriga homens e mulheres africanos a fazer viagens perigosas através das fronteiras e da via marítima ou fluvial para melhores perspectivas económicas.⁵⁹Cabe, portanto, aos governos em tempos de paz responsabilizar-se pela criação de postos de trabalho⁶⁰ para pôr termo ao fluxo de cidadãos que pretendem partir.

A migração também afecta a saúde dos emigrantes, uma vez que o processo de migração pode levar à propagação de doenças infecciosas, porque as pessoas transportam vírus ao longo de grandes distâncias. As populações migrantes tendem a ser vulneráveis devido à falta de serviços de saúde e, no caso da SIDA, são os que estão mais sujeitos ao comportamento de risco.⁶¹ Além da saúde, as condições políticas e económicas aumentam o número de refugiados no continente. Por exemplo no final de 2008, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) registou um total de 15,2 milhões de refugiados e pessoas em situações de refugiados. A maioria dos refugiados, 13,1 milhões ou 86 por cento, encontrou asilo nos países em desenvolvimento. A Ásia acolheu o maior número de refugiados (10,4 milhões), seguida pela África (2,3 milhões) e Europa (1,6 milhões).⁶²

A migração internacional pode também ter algumas vantagens para o continente africano. Estudos mostram que a migração desempenha um papel significativo na redução dos níveis de pobreza, sobretudo através de remessas. Permite a criação de redes que desempenham um papel importante nos custos e riscos de migração, e podem explicar por que

⁵⁹Byerlee, D. (1974). Rural-Urban Migration in Africa: Theory, Policy and Research Implications. *International Migration Review*, pp. 543-566.

⁶⁰Massey, D.S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, E. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19, 431-466.

⁶¹Mutume, G. (2006). *African migration from tension to solutions*, Africa Renewal, 19, 7-9. United Nations, New York.

⁶²Department of Economic and Social Affairs Population Division, (2009). *International Migration 2009*, United Nations, New York.

determinadas regiões ou comunidades representam uma grande parte dos emigrantes de alguns países.⁶³

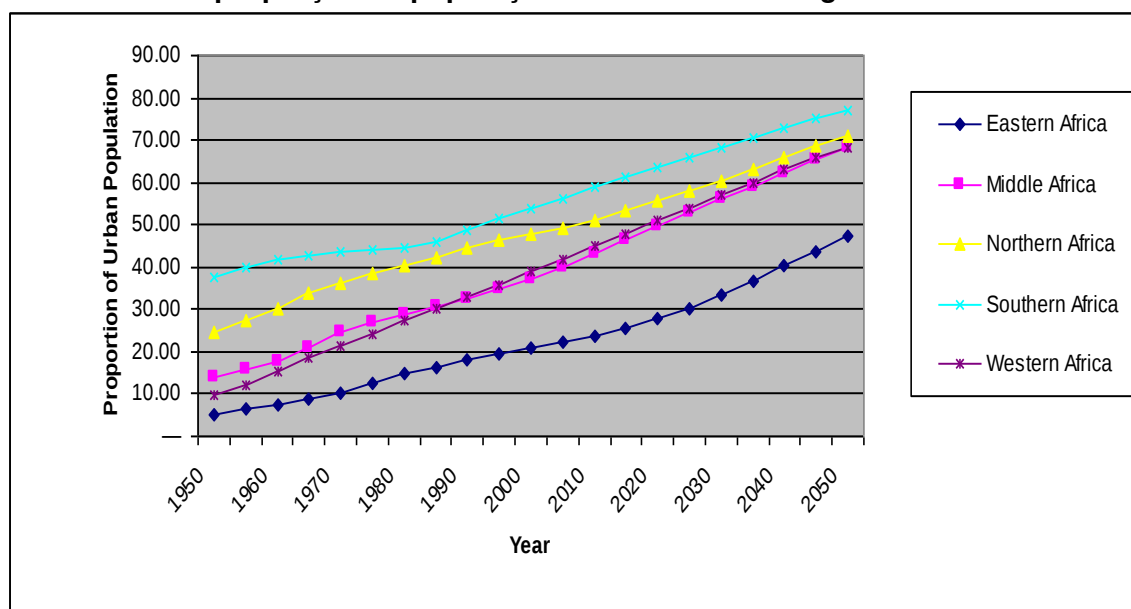
2.7 Urbanização

A urbanização em África, embora permaneça abaixo da média global, é muito importante na recolha dos benefícios potenciais do dividendo demográfico. As tendências futuras na migração urbana e como se relaciona com o dividendo demográfico são fundamentalmente importantes para as decisões a serem tomadas pelos líderes da África.

Actualmente, a população urbana representa 40 por cento da população continental, contudo até 2030 prevê-se que a população rural e a população urbana estarão equilibradas, exercendo maior pressão sobre a infra-estrutura urbana e prestação de serviços, dos quais os mais básicos são água, habitação, educação e cuidados de saúde.⁶⁴

Embora estes números mostrem menores proporções das populações urbanas em comparação com outras regiões, a taxa de aumento para a África é muito significativa. À semelhança da tendência a nível global e outras grandes regiões do mundo, a percentagem da população urbana está a aumentar ao longo do tempo em todas as cinco sub-regiões da África. Uma comparação das sub-regiões indica que a África Oriental tem a menor percentagem da população urbana ao longo dos anos de 1950 a 2050: Apenas 5,3% dos africanos da África Oriental viviam em áreas urbanas em 1950, um número que aumentou para 23,6 por cento em 2010. Estima-se que no ano de 2050, apenas menos de metade dos africanos da África Oriental (47,4 por cento) residirão em áreas urbanas. Por outro lado, após o ano de 2020, mais de metade das populações de todo o resto das sub-regiões serão habitantes das cidades. Neste sentido, a África Austral ocupa o primeiro lugar, seguida pela África do Norte.

Tendências da proporção da população urbana das sub-regiões da África⁶⁵



⁶³Mutume, G. (2006). *African migration from tension to solutions*, Africa Renewal. 19, United Nations, New York, January 2006, pp. 7-9.

⁶⁴Mubila, M. (2012). *Briefing Note 4: Africa's Demographic Trends* - Briefing Notes for AfDB's Long-Term Strategy, African Development Bank. Page 10.

⁶⁵UN Population Division. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York: United Nations

As áreas urbanas historicamente proporcionaram a maior parte do crescimento económico em África. O continente enfrenta deste modo enormes desafios de desenvolvimento nas áreas urbanas. Estas áreas onde “a habitação não planeada prolifera, o acesso aos serviços essenciais é deficiente e a insegurança e a pobreza estão a crescer [embora ainda] gerando cerca de 55 por cento do PIB total do continente. Se forem geridas correctamente, as vilas e cidades africanas podem contribuir para promover a produção económica como em outros lugares do mundo (cerca de 90 por cento do PIB dos países desenvolvidos)”.⁶⁶

Os jovens constituem a maioria dos indivíduos que se deslocam para áreas urbanas para ter acesso a mais oportunidades, relacionadas com trabalho e educação. “De acordo com o Banco Mundial, 200 milhões de pessoas em África inserem-se na categoria de jovens, constituindo 20 por cento da população, 40 por cento da mão-de-obra e 60 por cento dos desempregados no continente. Uma população jovem pode também ser um recurso que contribui para a inovação e apoia a boa governação e reformas políticas. No entanto, uma grande população de jovens que não exerce uma actividade lucrativa pode também ser uma responsabilidade, prejudicando ainda as perspectivas de crescimento.

Os jovens num ambiente urbano proporcionam novas oportunidades para os líderes ou um risco enorme se as suas necessidades básicas não forem solucionadas. As políticas que actuam como barreiras para os jovens nas áreas rurais, que estão a tornar-se proprietários de terras e a entrar na economia do sector agrícola, também devem ser contempladas como uma forma de abordar a disponibilidade de alimentos, habitação, urbanização e emprego colectivamente. Os jovens da África representam um enorme desafio que requer intervenções cuidadosas. Em 2012, a África deve priorizar essas medidas para aproveitar o potencial apresentado pela população juvenil e mitigar os seus riscos.”⁶⁷

⁶⁶ Mubila, M, (2012). *Briefing Note 4: Africa's Demographic Trends* - Briefing Notes for AfDB's Long-Term Strategy, African Development Bank. Page 11.

⁶⁷ Agbor, J., Taiwo, O. & Smith, J. (2012). Sub-Saharan Africa's Youth Bulge: A Demographic Dividend or Disaster? Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2012. The Brookings Institution: Africa Growth Initiative. 8-11.

3 A RELAÇÃO ENTRE DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO EM ÁFRICA

Debates sobre a relação entre o crescimento populacional e a segurança humana têm estado a ser realizados há muitos anos. Apesar do rápido crescimento populacional da África, e uma diminuição da população na Europa, a Europa continua muito mais densamente povoada do que a África. Por exemplo, a Europa Ocidental tem aproximadamente uma média de 170 pessoas a viver em cada km quadrado, em comparação com apenas 70 na África ao Sul do Sahara. Estas disparidades serão reduzidas nas próximas décadas, mas até 2050 a população da África ainda não equipará à da Europa. No passado, o crescimento da população foi orientado por um número crescente de filhos. Hoje, e no futuro, é dirigido por uma maior esperança de vida e o “efeito de base” da explosão demográfica anterior. Actualmente em África, há muitas famílias jovens, mas estão a ter menos filhos do que as famílias nos anos anteriores. Na República do Quênia, por exemplo, entre 1997 e 2012, houve uma diminuição de 15,1 por cento na média de filhos por família e espera-se reduzir ainda mais até 2050. Consequentemente, o grupo com crescimento mais rápido na população na República do Quênia já não é o de crianças – mas sim o de adultos que será aproximadamente três vezes maior em 2050 a partir do seu número actual de 41,6 milhões.

Crescimento populacional e urbanização caminham a par, e o desenvolvimento económico está estreitamente ligado à urbanização. Não se tem conhecimento de nenhum país que tenha alcançado elevados níveis de rendimento com pouca urbanização. O crescimento da população aumenta a densidade e, juntamente com a migração rural-urbana, cria maior aglomeração urbana. E isso é fundamental para alcançar o crescimento sustentável, porque grandes centros urbanos abrem o caminho à inovação e maiores economias de escala, o que permite que as empresas produzam bens em maior número e mais barato, servindo um número maior de clientes de baixo rendimento. As Repúblicas do Quênia e da Nigéria são grandes exemplos de países da África, com empresas que têm estado a beneficiar do aumento do crescimento e densidade populacionais na definição de objectivos para atingir grande número de grupos com rendimentos mais baixos e médios-baixos. O seu modelo empresarial é viável porque pode servir uma base de vários milhões de clientes, que aumentou em 25 por cento nos últimos 10 anos e que continua a crescer rapidamente. Embora a maior população e o aumento da densidade populacional não sejam nenhuma garantia de sucesso, no entanto parece que o padrão actual de crescimento da população não constitui uma restrição para o desenvolvimento da África, podendo ainda ser uma força positiva.

A segurança humana pode ser definida como “segurança contra ameaças persistentes e protecção de súbitas perturbações nocivas nos padrões de vida quotidiana” das pessoas. A segurança humana e a saúde estão intimamente ligados, sendo a segunda intrínseca à primeira, porque a sobrevivência humana e boa saúde são o núcleo da segurança. A saúde é também “fundamental” para a segurança humana, porque a boa saúde facilita toda a actividade humana, como, por exemplo, permitir escolhas humanas, liberdade e desenvolvimento.

3.1 O Conceito de Dividendo Demográfico

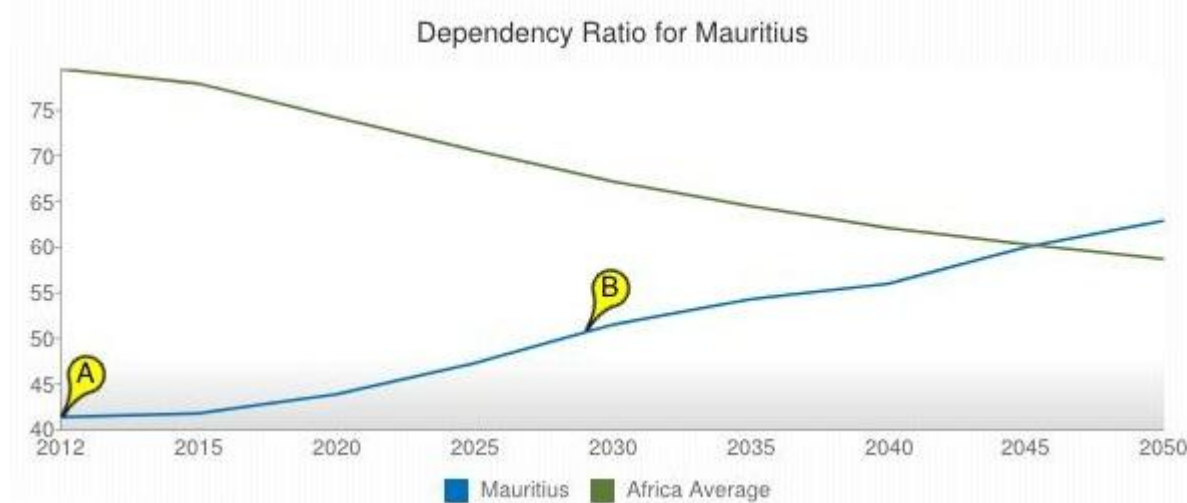
Como o comportamento económico das pessoas varia nas diferentes fases da vida, as alterações na estrutura etária de um país podem ter efeitos significativos no seu desempenho económico. É provável que os países com uma elevada proporção de crianças dediquem uma elevada parte de recursos aos seus cuidados, o que tende a desencorajar o ritmo de crescimento económico. Os efeitos são semelhantes se uma grande parte dos recursos for necessária para um segmento relativamente menos produtivo dos idosos. Por

outro lado, se a maioria da população de um país se enquadrar na idade activa, os resultados per capita serão elevados, sendo o mesmo para todos os outros factores. Como os países passam pela transição demográfica de uma taxa de fertilidade elevada e de uma taxa de mortalidade elevada para um equilíbrio de baixa mortalidade e baixa fertilidade, a dimensão da população em idade activa aumenta mecanicamente. Isso pode criar ciclos virtuosos de crescimento económico, geralmente referidos como o “dividendo demográfico”.

Em média, os países africanos estão a aproximar-se de um quadro demográfico favorável onde a dimensão da mão-de-obra é o dobro da população dependente (população de crianças e idosos). Há cinco países em África, que demonstram sinais de realização desta vantagem demográfica nos próximos 30 anos:

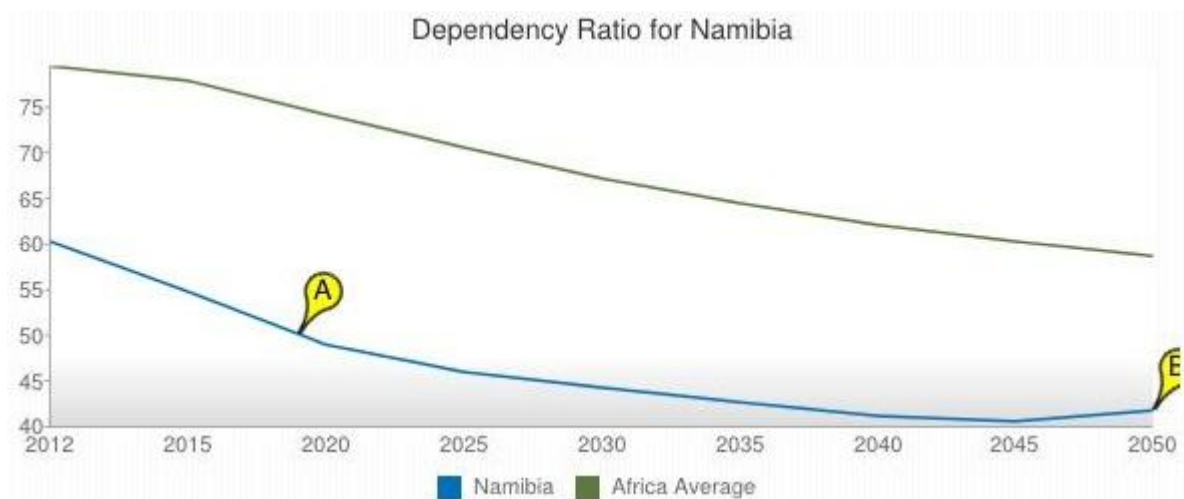
i. Maurícias

A República das Maurícias está em plena época de ouro. Iniciou o dividendo demográfico há cerca de 15 anos. Desde então, ela transformou-se numa história de sucesso africano. Os seus cidadãos estão entre os mais saudáveis, os mais instruídos e os mais ricos do continente – e, provavelmente, entre os mais felizes, considerando o facto de que habitam um paraíso tropical. Mas a República das Maurícias pode não ser capaz de manter isso, uma vez que as taxas de natalidade caíram realmente bem abaixo do nível de substituição. Assim, não só o país poderá sair desta posição em 15 anos (marcado pela letra "B" no gráfico abaixo), sua mão-de-obra irá reduzir até o ano de 2050, se a taxa de natalidade não aumentar ou o governo não atrair imigrantes para as suas costas arenosas.



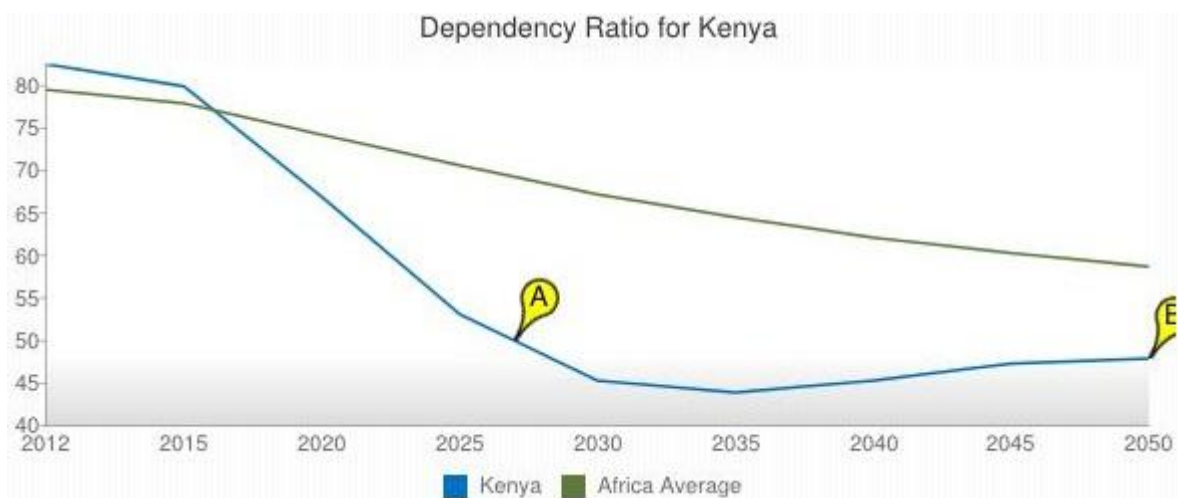
ii. Namíbia

O país da África Austral famoso pelas suas dunas de areia gigantes está a aproximar-se de décadas prósperas. Após uma diminuição constante das taxas de fertilidade, o rácio de dependência da República da Namíbia poderá situar-se abaixo de 50 ainda antes de 2020. Esta evolução positiva coincide com grandes descobertas de petróleo e gás e um enorme aquífero que poderá satisfazer 40 por cento da população durante centenas de anos.



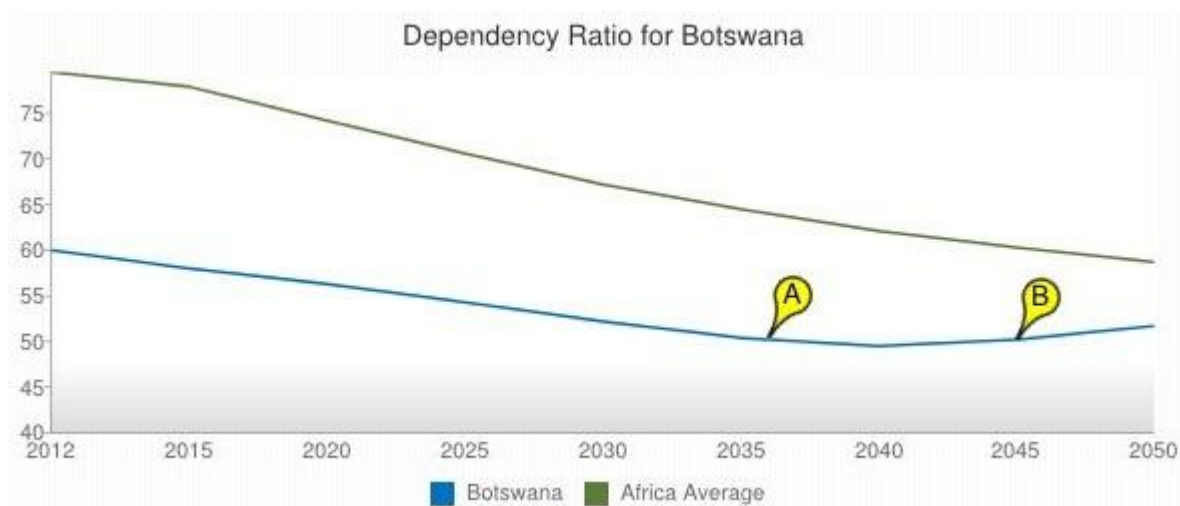
iii. Quênia

Há quinze anos, 112 em cada 1000 bebês nascidos na República do Quênia morriam antes de completarem 5 anos de idade. Hoje, esse número foi reduzido para 59. Esta melhoria drástica contribuiu para a redução também drástica no número de nascimentos por mulher. Se essas tendências persistirem, os quenianos entre 15 e 64 anos de idade representarão dois terços da população em aproximadamente 15 anos a partir de agora. A dimensão da mão-de-obra será mais do que o dobro até 2050, e os rácios de dependência baixos poderão ser mantidos de forma sustentada nos finais do século.



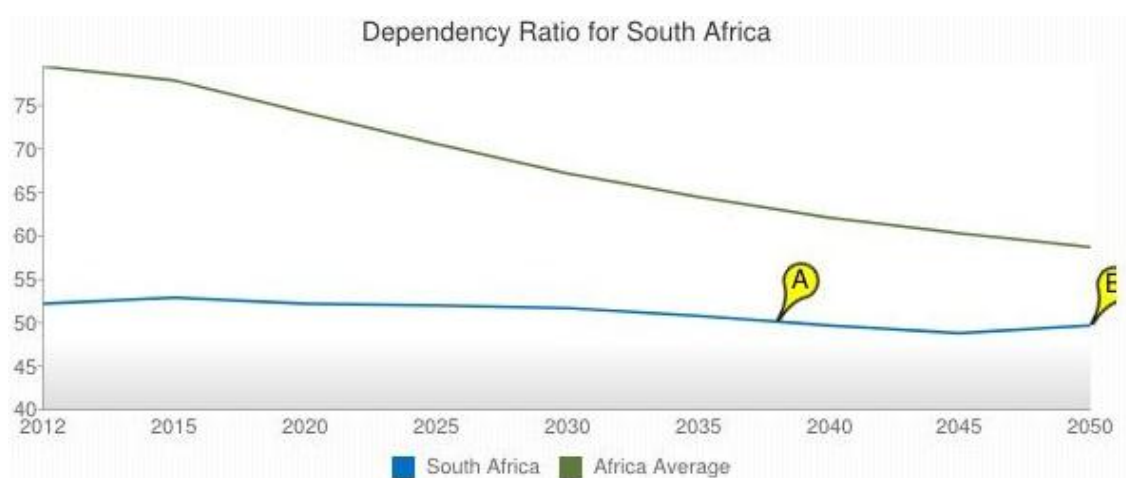
iv. Botswana

Uma luta implacável contra o VIH ajudou a República do Botswana a reduzir a mortalidade infantil que colocou o país na via do bônus demográfico. A sua mão-de-obra também foi também reforçada pelos emigrantes dos países vizinhos como a República do Zimbábue. Estima-se que aproximadamente 10.000 migrantes entraram em Botswana em 2011, conferindo-lhe uma das mais taxas líquidas de migração mais elevadas do mundo nesse ano.

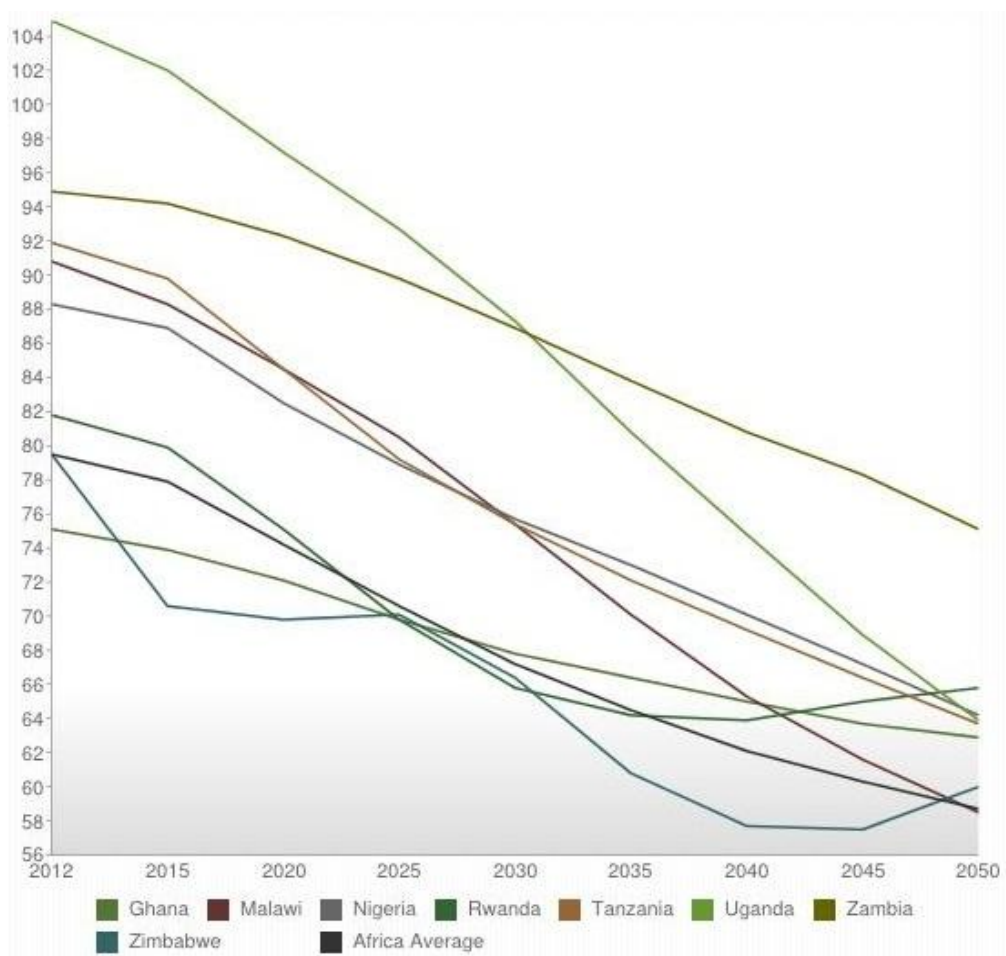


v. África do Sul

O crescimento da mão-de-obra da República da África do Sul foi atrasado por uma combinação de factores, incluindo VIH/SIDA e um grande problema de fuga de cérebros do ponto de vista económico. Assim, a população da maior economia da região continua a ser jovem. Os rácios de dependência poderão pairar nos meados da década de 50 durante os próximos anos.



A maioria dos países africanos não vão alcançar o dividendo demográfico até a segunda metade do século. Mas, como ilustra o gráfico abaixo, os seus ratios de dependência estão claramente numa trajectória descendente.



O dividendo demográfico é bastante arbitrário. Evidentemente, as economias africanas receberão um benefício suplementar para cada redução do rácio de dependência. O importante a considerar nesta análise é a tendência geral.

Para os Estados Membros da União Africana, é prioritário que mais jovens entrem no mercado de trabalho para promover a estabilidade e reduzir a taxa de desemprego no continente. Estabeleceram vários objectivos centrados na juventude: reduzir o desemprego juvenil em 2 por cento por ano de 2009 – 2018, desenvolver um quadro de Formação e Ensino Técnico e Profissional (TVET), e conceder financiamento adequado para avançar a agenda da juventude. Este quadro ajudará os decisores políticos africanos a responsabilizar-se pela determinação das competências que os seus jovens necessitam para obter emprego, tornar-se melhores empresários, ou agricultores mais bem sucedidos. Contudo, essas grandes decisões políticas continuarão a ser um discurso vazio, se não forem transformadas em acção.

Os países africanos devem determinar, a nível de cada país, os sectores com potencial de crescimento e desenvolver as capacidades da juventude que servirão a procura de mão-de-obra. O plano da Visão do Governo Queniano 2030 identificou sectores em que se deve concentrar como uma estratégia de crescimento económico de médio prazo. Por exemplo, a tecnologia da informação (TI) capacitou os serviços que devem proporcionar 20.000 empregos em cinco anos. Para preencher esses cargos, a República do Quênia concebeu uma cidade em Konza para servir como uma incubadora para o investimento nos serviços apoiados na TI. Segundo o website de Visão 2030 do Quênia, o local da incubadora foi adquirido e o plano director do estudo de viabilidade é completo. A incubadora apresenta um plano paralelo para fornecer centros de especialização da educação nos serviços

apoiados na TI. Embora o sucesso do plano ambicioso do Quênia esteja ainda por realizar, o conceito é correcto; a boa governação determina que decisores políticos devem determinar os sectores com potencial de crescimento do emprego e simultaneamente desenvolver as competências necessárias na população jovem.

3.2 Transição demográfica e factores determinantes em África

De acordo com a teoria de transição demográfica, a mudança para baixas taxas de mortalidade e fertilidade ocorre quando há um processo de modernização global resultante da industrialização, urbanização, educação, autonomização da mulher, bem como o desenvolvimento socioeconómico global. Essa mudança conduz inicialmente a uma redução da taxa de mortalidade através de progressos na higiene e medicina e, posteriormente, a uma redução da taxa de fertilidade provocada pelo crescimento económico. A diminuição da taxa de mortalidade, como um pré-requisito para a diminuição da taxa de fertilidade forma o pilar da teoria. Estipula que à medida que as mulheres se tornam mais instruídas e financeiramente independentes, as taxas de fertilidade globais continuarão a diminuir, uma vez que as mulheres (1) terão menos filhos, (2) adiarão a maternidade, ou (3) não quererão ter filhos. As baixas taxas de natalidade associadas às baixas taxas de mortalidade (devido a melhores cuidados de saúde e nutrição) resultarão num número crescente de pessoas idosas dependentes de planos de pensões. Também é designada como Evolução Demográfica.

Os níveis relativamente elevados de fertilidade ainda observados em África principalmente na África ao Sul do Sahara têm mais a ver com a combinação de factores culturais e socioeconómicos que determina as atitudes e comportamentos das pessoas no sentido da procriação. A alta incidência da taxa de fertilidade geralmente reflecte as condições em que a reprodução começa numa idade jovem e os contraceptivos não eram usados de forma generalizada e eficaz.

Nas Repúblicas de Camarões, Mali e Nigéria, por exemplo, a taxa de fertilidade é ainda maior do que 5 filhos por mulher, e é um pouco menor na República Árabe do Egipto. Essas taxas de fertilidade elevadas são causadas pelos casamentos precoces; uso limitado de contraceptivos, grande procura de filhos devido à tradição, religião e elevada taxa de mortalidade infantil, formulação e implementação de uma variedade de programas, bem como o envolvimento de um grande número de instituições em actividades ligadas à população sem coordenação eficaz, a persistência de costumes e crenças ancestrais, que favorecem famílias numerosas, casamentos precoces e poligamia, a necessidade de ter mais filhos para ajudar na produção de alimentos e da pecuária, baixo nível de educação e o acesso limitado aos serviços de saúde devido a infra-estrutura inadequada e a falta de integração dos factores populacionais no planeamento do desenvolvimento.

A África passou certamente por uma fase inicial de diminuição da taxa de mortalidade, mantida por mais de meio século. A diminuição da taxa de mortalidade causada pelo progresso económico e social também foi relacionada com os avanços na ciência médica, melhorias na higiene e redução da mortalidade infantil. As conclusões, no entanto, são menos consistentes com a evolução da fertilidade. A fertilidade não diminuiu significativamente na maioria dos países africanos. A elevada taxa de crescimento populacional observada em África durante mais de meio século é, portanto, o resultado de uma redução progressiva da taxa de mortalidade e taxa relativamente elevada de fertilidade. Na ausência de uma diminuição significativa da taxa de fertilidade, a África é a última região do mundo a dar início à transição demográfica. Tendo em conta que o continente está a enfrentar uma diminuição da taxa de mortalidade (as prováveis reversões devido ao VIH/SIDA e o ressurgimento da malária e da tuberculose), a pergunta que surge é como a transição pode ser facilitada em África pela diminuição acelerada da taxa de

fertilidade. O quadro a seguir mostra a média do número de filhos por mulher entre 1997 e 2012 em alguns países africanos.

Alteração da Taxa de Fertilidade em África de 1997 to 2012⁶⁸

País	Taxa de Fertilidade por Mulher (1997)	Taxa de Fertilidade por Mulher (2012)	Varição da Percentagem
Botswana	3.64	2.46	-32.4 per cent
Cabo Verde	4.15	2.44	-41.2 per cent
Cote d'Ivoire	5.42	3.82	-29.5 per cent
Gana	4.89	4.15	-15.1 per cent
Quênia	4.51	3.98	-11.8 per cent
Malawi	6.46	5.35	-17.2 per cent
Maurícias	2.03	1.78	-12.3 per cent
Namíbia	4.35	2.41	-44.6 per cent
Nigéria	6.09	5.38	-11.7 per cent
Ruanda	6.28	4.81	-23.4 per cent
África do Sul	2.95	2.28	-22.7 per cent
Tanzânia	5.78	5.08	-12.1 per cent
Uganda	7.18	6.14	-14.5 per cent
Zâmbia	6.00	5.85	-2.5 per cent
Zimbabwe	4.03	3.61	-10.4 per cent

Do acima exposto, verifica-se que quase todos os países indicados na lista reduziram as suas taxas de fertilidade em mais de 10 por cento. E Namíbia quase a reduziu a metade! Outros, como as Repúblicas de Maurícias e África do Sul, agora têm taxas de fertilidade inferiores ou próximas da taxa de substituição do mundo desenvolvido. Para países como as Repúblicas de Maurícias e da Tunísia, isso é devido a uma série de factores tais como, rápida transição nos padrões de casamento (adiamento de casamento), provisão de educação básica, especialmente para as mulheres, coexistência pacífica entre as religiões e os líderes religiosos e sua flexibilidade nas questões de planeamento familiar e melhores esforços de planeamento familiar com base num amplo consenso e activamente apoiado pelos governos responsáveis, implementação de um programa de saúde e de planeamento familiar claro, bem concebido e bem planeado; apoio dado à política demográfica, pela legislação pertinente (proibição da poligamia e legalização do aborto) e melhoria geral dos padrões de vida.

3.3 Factores da População, Rácio de Dependência e desenvolvimento económico em África

Os rácios de dependência são as principais influências no crescimento económico. Os países com índices de dependência elevados gastam grandes proporções dos seus recursos, cuidando de dependentes, enquanto os países com rácios mais baixos são capazes de dedicar mais recursos para investimento no capital físico, progresso tecnológico e educação. Quando os países diminuem as suas taxas de fertilidade, eles reduzem a

⁶⁸UN Population Division. (2012). *United Nations Department of Economic and Social Affairs: Population Division, Population Estimates and Projections Section*. New York, New York: United Nations.

componente voltada para crianças do rácio de dependência, que alivia os encargos financeiros nos assalariados e facilitam mais entrada de mulheres no mercado de trabalho.

Os países que reduzem as taxas de fertilidade têm uma importante oportunidade para tirar proveito de um dividendo demográfico. Como as taxas de mortalidade diminuem antes das taxas de natalidade, o crescimento da população inicialmente acelera, adicionando um grande grupo de jovens à sociedade. Este grupo por sua vez terá filhos, embora provavelmente menos por família do que os seus pais tiveram, e porque este grupo de pessoas em idade fértil é grande, a população continuará a crescer em números absolutos, ainda que numa base per capita as taxas de natalidade diminuam. A transição demográfica produz uma geração de “explosão demográfica”. Muitos países africanos estão nesta fase, com um grande número de pessoas em ou perto de idade activa e relativamente poucos dependentes mais velhos.

O padrão actual do crescimento económico da África é particularmente preocupante, considerando o facto de que a região tem uma população jovem e em crescimento e representará cerca de 29 por cento da população mundial com idade entre 15-24 anos até 2050. Além disso, as projecções da população indicam que a população em idade activa em África está a crescer em 15,3 milhões de pessoas por ano, e este número deverá aumentar nas próximas décadas. Embora uma população jovem e crescente represente oportunidades em termos de ter uma abundante oferta de mão-de-obra com muito potencial criativo, isso também significa que os líderes da África deverão assegurar que os seus países seguirão vias de crescimento que geram empregos em larga escala para absorver o trabalho adicional. Em particular, deverão mudar de estratégias de crescimento sem criação de empregos e para vias de crescimento inclusivo que são de mão-de-obra intensiva e criam oportunidades de aprendizagem para os jovens. Recentes acontecimentos na África do Norte mostraram que uma via de desenvolvimento que gera crescimento sem melhorias significativas no emprego tem o potencial de criar agitação social e política, com consequências desastrosas para os esforços que promovem o desenvolvimento sustentável. A África precisa repensar as suas estratégias de crescimento e encontrar formas e meios para as tornar mais compatíveis com o objectivo de desenvolvimento sustentável. Em particular, exige que os responsáveis políticos tenham em conta as consequências das suas escolhas e decisões sobre as gerações futuras e que assistência social seja maximizada de forma intemporal mais do que actualmente.

4 “EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA JUVENIL”, POPULAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO EM ÁFRICA

Convém notar que o bónus demográfico se encontra na juventude. Mais de 70 por cento da população africana é de idade inferior a 30 anos de idade. Projecções prevêem uma maior população activa e redução do fardo de dependência dos jovens no futuro. Isso irá criar uma janela de oportunidades para aumentar a produção e o desenvolvimento socioeconómico. Este cenário proporciona esforços sustentados para atender as necessidades dos jovens, incluindo a oferta de postos de trabalho e emprego, saúde reprodutiva e boa educação que é relevante para a mão-de-obra.

A África é uma das regiões de crescimento mais rápido no mundo, depois de escapar do pior da crise financeira global, mas o fenómeno de crescimento sem emprego associado à população mais jovem do mundo pode ameaçar o progresso, se não for bem gerido.⁶⁹. Os

⁶⁹The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment; Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

jovens da África são uma oportunidade para o crescimento económico futuro. Entre 2000 e 2008, apesar das taxas de crescimento económico mais elevadas do mundo, e uma juventude com melhor educação, a África criou apenas 16 milhões de postos de trabalho para jovens com idade compreendida entre os 15 e 24 anos. Hoje, a população jovem representa 60% dos desempregados do continente, e destes 40 milhões de jovens, 22 milhões desistiram de procurar trabalho, dos quais as mulheres são em maior número. Alguns descrevem que o continente está a passar por um crescimento sem emprego que é uma realidade inaceitável num continente com uma impressionante combinação de juventude, talento e criatividade.⁷⁰

Com o número de jovens no conjunto da África a duplicar em 2045, a falta de postos de trabalho para os jovens é um “imenso desafio” mas também a chave para a prosperidade futura. Referido como “o continente sem esperança” por alguns jornais, alcançou a sua nova marca como o continente “esperançoso” após a repercussão da crise global com o crescimento do PIB de 5 por cento em 2010. Esta evolução no entanto não ocorreu sem alguns desafios; os efeitos económicos da primavera árabe reduziu o crescimento para 3,4 por cento em 2011, registou-se que a África do Norte aumentou apenas 0,5 por cento no ano passado, uma queda de 3,6 pontos de 2010, enquanto as economias da África ao Sul do Sahara expandiram mais de 5 por cento.

Muitos jovens africanos são economicamente activos, alguns motivados pela necessidade de ajudar as suas famílias. Em Nairobi, Lagos e Dakar, os jovens empresários demonstram criatividade e imaginação, com uma gama de empresas, tais como a criação de incubadoras tecnológicas e empreendedorismo social. Com acesso a oportunidades adequadas, competências, mentores, redes sociais, tecnologia e finanças, têm enorme potencial para ser uma força motriz para o crescimento económico e o progresso social. Se os jovens empresários em África tivessem as mesmas ferramentas básicas que os seus homólogos na América do Norte, como o acesso aos serviços financeiros e mercados, relações empresariais, educação e formação, sistemas de orientação e apoio, que muitas vezes faltam, o continente poderia beneficiar totalmente do próximo dividendo demográfico. Essas oportunidades são actualmente escassas em África, por exemplo, as instituições financeiras são avessas à concessão de empréstimos às empresas dirigidas por jovens porque são considerados “de risco”. E embora a perspectiva de Silicon Valley de “falhar rápido, falhar barato” seja associada à aprendizagem e sustentada pelo apoio público e privado, o mesmo não acontece em muitos países africanos.⁷¹

Como o debate sobre empreendedorismo em África ganha ímpeto, é fundamental perguntar como o empreendedorismo jovem pode ser desenvolvido por todos os intervenientes como uma potencial via para estimular a criação de empregos. Para que isso aconteça, há necessidade de um ecossistema dinâmico de agentes e recursos que incubam empresas, facilitam o acesso ao capital e serviços de desenvolvimento empresarial, e prestam assistência na forma de orientação e apoio entre homólogos. Os governos africanos podem considerar a possibilidade de testar os modelos para compreender o que funciona e o que não funciona nos vários contextos. O empreendedorismo jovem é um poderoso mecanismo que utiliza a criatividade e motivação dos jovens para provocar mudanças, não apenas em suas vidas, mas também nas suas comunidades, bem. É uma área promissora a explorar no alargamento dos limites de como os jovens em África podem participar nas suas economias, nos seus próprios termos.

⁷⁰The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment; Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

⁷¹Roy, R. (2012, October 28). Youth Entrepreneurship in Africa - How do we promote bottom-up entrepreneurship in emerging economies? Stanford Social Innovation Review.

4.1 O impacto da população jovem na organização política africana

Jovens (de 15 a 24 anos de idade) constituem um pouco mais de 20 por cento da população da África. Prevê-se que em 2050, os jovens constituirão: 18,6 por cento da população na África Central; 18,5 por cento na África Oriental; 18,8 por cento na África Ocidental; 15,6 por cento na África Austral; 13,9 por cento na África do Norte. Esta é uma parte significativa da população que, se não for integrada nas deliberações políticas e integrada nos futuros planos de desenvolvimento, poderá ser explosiva. Com ensinamentos obtidos de recentes perturbações no continente orquestradas pelos jovens, a África deve planear como tornar essa elevada população jovem produtiva.

Os jovens podem facilmente considerar as oportunidades limitadas como uma negação de justiça, aumentando assim a possibilidade de instabilidade. Uma abordagem concertada pelo continente poderá ser muito mais eficaz do que a soma dos esforços de cada um dos países. Numa reacção causada pela primavera árabe liderada pelos jovens, os Chefes de Estado Africanos decidiram acelerar o Plano de Acção da Década da Juventude 2009-2018 na Cimeira da União Africana de 2011 realizada em Malabo, Guiné Equatorial. As deliberações na Cimeira salientaram que o desemprego juvenil é uma ameaça iminente à estabilidade na África. A aceleração da década deverá resultar no reforço da capacidade dos Estados Membros para elaborar e implementar políticas e planos abrangentes, integrados e inter-sectoriais de desenvolvimento da juventude; aumentar o investimento nos programas e actividades de desenvolvimento da juventude; assegurar que as necessidades e mobilização de recursos para o desenvolvimento dos jovens a todos os níveis sejam baseadas em evidências e resultados; e assegurar que o Plano de Acção da Década da Juventude seja adoptado como um quadro de financiamento e avaliação de políticas, programas e actividades de capacitação e desenvolvimento da juventude no continente. A julgar pela própria primavera árabe, alguns comentadores consideraram que a África ao Sul do Sahara será o próximo palco de rebeliões políticas: uma resposta lógica para o número cada vez maior de jovens com formação confrontados com o aumento do desemprego e a falta de espaço político. Embora essas rebeliões não se tenham espalhado para a África ao Sul do Sahara, os jovens desta região são um factor potencial de desestabilização. Uma grande parcela da população jovem permanece desempregada e a sua situação económica está a agravar com o aumento de combustível e custos da alimentação.⁷² Mesmo com a inexistência de revoltas em grande escala, o desemprego juvenil representa um custo enorme para a sociedade em termos de perda potencial de crescimento e aumento da criminalidade.

Trabalho e Emprego

Com quase 200 milhões de pessoas de idade compreendida entre 15 e 24 anos, a África tem a população mais jovem do mundo e está a crescer rapidamente. O número de jovens em África irá duplicar até 2045. Entre 2000 e 2008, a população em idade activa da África (15-64 anos) cresceu de 443 milhões para 550 milhões; um aumento de 25 por cento. Em termos anuais, trata-se de um crescimento de 13 milhões, ou 2,7 por cento por ano.⁷³ Se

⁷² Agbor, J., Taiwo, O. & Smith, J. (2012). Sub-Saharan Africa's Youth Bulge: A Demographic Dividend or Disaster? Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2012. The Brookings Institution: Africa Growth Initiative. 8-11.

⁷³ The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment. Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

esta tendência continuar, a mão-de-obra do continente terá 1 bilhão de pessoas em 2040, tornando-o maior do mundo, superando a China e a Índia.⁷⁴

A população jovem da África está a tornar-se mais bem instruída. Com base nas tendências actuais, 59 por cento dos jovens entre 20-24 anos de idade estarão habilitados com o ensino secundário em 2030, em comparação com a percentagem de 42 por cento hoje. Isso se traduzirá em 137 milhões de jovens de idade compreendida entre 20-24 anos com o ensino secundário e 12 milhões com ensino superior em 2030. Se este potencial for aproveitado, pode ser uma oportunidade para o grande crescimento económico. No entanto poderia também representar um risco significativo e ameaça à coesão social e estabilidade política se a África e os seus líderes não conseguissem criar oportunidades económicas e de emprego suficientes para apoiar as condições de vida dignas para este grupo.

A África não foi capaz de satisfazer as exigências de trabalho deste grupo etário, apesar dos esforços que estão a ser envidados pelos vários governos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que entre 2000 e 2008 a África criou 73 milhões de postos de trabalho, mas apenas 16 milhões para jovens com idade entre 15 e 24 anos. Assim, muitos jovens africanos encontram-se desempregados ou na sua maior parte sub-empregados em trabalhos informais com pouca produtividade e salários baixos. Dos desempregados da África, 60 por cento são jovens e as taxas de desemprego de jovens são o dobro das taxas de desemprego de adultos na maioria dos países africanos. O problema é particularmente crítico nos países de rendimento médio (PRM). Em 2009, na África do Norte o desemprego juvenil era 23,4 por cento, e a proporção das taxas de desemprego de jovens em relação às de adultos foi estimada em 3,8. Na África do Sul, o desemprego juvenil era de 48 por cento e a proporção das taxas de desemprego juvenil em relação às de adultos foi calculada em 2,5. Entre os jovens empregados, a proporção de trabalho no sector informal é muito maior do que a dos adultos.⁷⁵

Os custos do emprego inadequado são altos e a pobreza é a consequência mais conhecida com 72 por cento da população juvenil em África que vive com menos de 2 US dólares por dia. Alguns estudos mostram que a incidência da pobreza entre os jovens na Nigéria, Etiópia, Uganda, Burundi e Zâmbia é superior a 80 por cento. As taxas mais elevadas da pobreza podem ser observadas entre as mulheres jovens e os jovens que vivem nas zonas rurais. Os primeiros anos no mercado de trabalho, as competências desenvolvidas e a experiência acumulada afectam consideravelmente o futuro desenvolvimento profissional dos jovens. Longos períodos de desemprego ou sub-emprego no trabalho informal podem "prejudicar definitivamente o futuro potencial produtivo e, por conseguinte, as oportunidades de emprego". Para os poucos que conseguem obter um emprego do sector formal, que oferece salários cada vez maiores, o desemprego inicial pode ter efeitos negativos significativos nos rendimentos ao longo da vida. Acontece que nos Estados frágeis, a falta de emprego adequado está entre os principais riscos para a estabilidade e, por conseguinte, os líderes em todos os países devem abordar urgentemente esta questão.⁷⁶

Migração

Apesar do número crescente de jovens afectados pela migração internacional, a migração de jovens raramente é uma questão fundamental nos debates internacionais em comparação com outras questões como migração feminina. É emocionante, no entanto, ver

⁷⁴The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment. Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

⁷⁵The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment. Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

⁷⁶The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment. Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>

que a comunidade internacional deixou de ignorar a Migração de Crianças e Jovens num momento em que o desemprego juvenil, o principal motivo que leva muitos jovens a querer emigrar, desencadeou revoluções em alguns países africanos. Todo o continente africano pode estar à beira de uma revolução, se o desemprego juvenil for utilizado como um critério para destituir governos ou regimes. Ainda no âmbito da proclamação pelas NU do Ano Internacional da Juventude e pela segunda vez algumas organizações de desenvolvimento aconselharam os governos africanos a combater urgentemente o desemprego juvenil para evitar a perda de ganhos económicos no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2011.

Tradicionalmente, muitos políticos consideram os jovens como um grupo de problemas. Economistas e demógrafos apresentaram várias razões que explicam porque é que a actual explosão demográfica juvenil da África deve ser considerada como um catalisador para o desenvolvimento; se for proporcionado o investimento adequado de recursos, produzirão grandes dividendos económicos, sociais e políticos. Se tudo se mantiver, quando uma proporção maior da população total de um país estiver na fase intermédia da transição demográfica, o país disporá de maior crescimento de rendimentos, maiores taxas de poupança e maior poder económico, tal como aconteceu em cerca de um terço dos países da Ásia Oriental com suas taxas de crescimento do chamado “milagre” ao longo das últimas décadas. Esta fase intermédia ou explosão demográfica juvenil apresenta um dividendo ou potencial demográfico que pode contribuir para o aumento da produtividade, da poupança e dos investimentos, que são cruciais para o crescimento económico. Contudo, políticas económicas favoráveis são necessárias nesta fase para ajudar a impulsionar o crescimento económico.

Nos últimos anos, consta que a pressão migratória aumentou e deve intensificar ainda mais nas próximas décadas, devido às disparidades de salários entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento e seus diferentes futuros demográficos. Os jovens representam um grupo vulnerável, sujeito a diversas consequências de subdesenvolvimento. Por causa da sua idade e fragilidade, falta de recursos e experiência, podem ser mais facilmente sujeitos a pressões, actos de chantagem e tráfico. Ao mesmo tempo, podem também desempenhar um papel importante no desenvolvimento da sua região se recursos adequados lhes forem disponibilizados que possam afectar positivamente a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.⁷⁷

A migração pode não só ser um mecanismo de compensação para escapar da situação da pobreza, mas também pode ser uma oportunidade para os jovens das zonas rurais sentirem orgulho, auto-estima e serem vistos como líderes no seio da sua família e sua comunidade em geral, quando se deslocam para as zonas urbanas. Os jovens consideram a migração como uma via para melhorar a sua situação, adquirir competências, transitar para a idade adulta. Como consequência, a migração continua a servir como meio para a melhoria dos modos de vida rurais. Os jovens são uma componente integral da população migrante, tanto em termos de volume como dos efeitos que têm nos seus pontos de origem e de destino. Estima-se que 15 por cento (aproximadamente 26 milhões) da população migrante são jovens.⁷⁸ Os jovens rurais são particularmente desfavorecidos; com formação e conhecimentos inadequadamente desenvolvidos, muitos encontram oportunidades limitadas de emprego nas cidades. A maioria enfrenta um futuro de emprego de baixa remuneração, desemprego, sub-emprego, pobreza, drogas e crime. A chegada de migrantes rurais agrava a situação, com a expansão do grupo de jovens à procura de emprego urbano, o que reduz a pressão sobre os empregadores de oferecer rendimentos competitivos e normas de trabalho para os seus trabalhadores.

⁷⁷ Docquier, F. (2007). *Brain Drain and Inequality Across Nations*. Paris: Agence Française de Développement.

⁷⁸ United Nations DESA (2005). 'Young People Today and in 2015', World Youth Report.

Ainda que não possamos ignorar os limites do papel que a migração pode desempenhar no desenvolvimento, pois este processo deve ser baseado, acima de tudo, nas reformas económicas e sociais importantes, devemos realçar que, embora este papel seja limitado, pode ainda apoiar um processo de desenvolvimento através da juventude. Na verdade, o enorme potencial das comunidades migrantes deve ser salientado pelos jovens migrantes que contribuem para o desenvolvimento nos seus países de origem, em busca de alcançar os ODMs. Os investimentos feitos pelos migrantes, especialmente no sector imobiliário (por exemplo, Diáspora Senegalesa em Dakar), o dinamismo dos jovens migrantes instruídos, elevadas remessas da Diáspora Africana na Europa: todos estes factores incentivam os jovens a emigrar. Ter um ou mais membro(s) de família na Europa é um recurso importante, até mesmo crucial para muitas famílias.

Paz e Segurança

A exploração demográfica juvenil em África e em outros continentes apresenta inúmeras razões para preocupação. Jovens milícias em alguns países africanos, e a violência política liderada por jovens em outros países, e a exploração pelas elites políticas e militares de jovens ilustram de forma gritante o impacto negativo que as populações jovens muito numerosas podem ter nos países africanos. Por causa desses acontecimentos, jovens cidadãos são muitas vezes considerados como uma fonte de instabilidade e, por isso, muitas vezes podem ser marginalizados da sociedade dominante.

Há profundas ligações entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos, que por sua vez afectam todos os níveis da sociedade no mundo. O contexto dos direitos humanos tem implicações directas para a paz e segurança internacionais, com grandes bolsas de extrema pobreza, fome, pandemias, marginalização social, desemprego generalizado e ruptura social, violações graves dos direitos humanos e crimes em massa, e aumento das pressões ambientais. Como o Secretário Geral das NU afirmou no seu “Relatório Em Maior Liberdade”, “o mundo deve promover as causas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos em conjunto, caso contrário nenhum deles terá sucesso.” A humanidade não pode gozar a segurança sem desenvolvimento, nem o desenvolvimento sem segurança, e nenhum deles sem o respeito pelos direitos humanos. A história tem demonstrado que graves problemas humanos originam conflitos violentos, se não forem activamente corrigidos e encaminhados para canais não-violentos através de políticas proactivas e objectivas e liderança sensata’.

Como se tem testemunhado em África, o problema do desemprego e, em particular, o desemprego juvenil é premente. Vimos que o desemprego juvenil afecta as questões relacionadas com a paz, a segurança e a estabilidade regionais. Durante os últimos 15 anos, o aumento do número de desempregados entre os jovens e o consequente desespero desses jovens desempregados prejudicaram a paz, a segurança e o progresso económico em África. Se maiores esforços conjuntos fossem necessários para fazer uma diferença real, seria em África, onde o conflito e o deficiente tecido económico e social resultante constituem uma ameaça diária para as comunidades e jovens, o bem mais precioso do futuro.

4.2 A agenda política e jurídica internacional, regional e nacional sobre juventude e desenvolvimento

Deve-se realçar que a maioria dos países africanos têm políticas e programas relacionados com a juventude. O mesmo acontece com as Comunidades Económicas Regionais. A nível continental, entre outras coisas, os líderes africanos tomaram colectivamente as seguintes medidas:

- i. Adoptaram e aprovaram a Carta Africana da Juventude (2006) que na data 37 países assinaram e 21 também ratificaram. A Carta Africana da Juventude é um quadro abrangente que aborda os direitos e obrigações dos jovens. Foi adoptada pela União Africana por ocasião da sua Cimeira realizada em Banjul, em Julho de 2006. Serve como um quadro estratégico para a promoção da juventude a níveis regional, nacional e continental. Um ponto marcante da Carta é a sua definição ampla da juventude, que abrange jovens com idade compreendida entre 15 e 35 anos. A ampla faixa etária deve ser considerada no contexto de enormes dificuldades que os jovens africanos enfrentam na conclusão dos estudos e na procura de emprego, para se tornarem independentes financeiramente e começarem uma família. A Carta alarga muitos dos direitos contidos na Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança ao grupo etário de 15 a 35 anos. Isso inclui, por exemplo, o direito à livre expressão e associação, educação, participação, cuidados de saúde do melhor padrão possível e protecção contra a violência e a exploração. Enfatiza também o direito ao apoio na fase de qualificação para um emprego ou empreendedorismo, e o direito à segurança social. Um conceito central da Carta é o reforço da participação dos jovens a níveis local, nacional, regional e continental. Para atingir esse objectivo, o Artigo 13º formula o dever de aumentar a capacidade dos jovens para a participação na vida pública e proporcionar-lhes o acesso à informação sobre política, bem como instrumentos de participação. As organizações juvenis devem ser reforçadas e delegações de juventude incluídas nas importantes reuniões políticas. Em todos estes aspectos, as necessidades dos jovens marginalizados devem ser consideradas e especial apoio concedido.

A Carta adopta uma abordagem progressiva, em que exige a promulgação de uma política de juventude intersectorial, holística e coerente que visa a participação dos jovens em todos os níveis de governação. De acordo com o Artigo 12º, a política deve basear-se num vasto estudo, incluindo consultas com a juventude. Os jovens devem participar colectivamente em todas as suas fases, desde a sua concepção e implementação, ao acompanhamento. Para garantir que a Carta tenha um impacto real, é necessário um plano de acção detalhado, com dotações orçamentais concretas para a implementação das suas medidas. À semelhança da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, a Carta Africana da Juventude não só reconhece os direitos dos jovens, mas também seus deveres para com a família, a comunidade, o Estado e a sociedade internacional. Contudo, contrariamente à CDC e à Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, ela não requer signatários para a elaboração de relatórios de execução regulares. Também não possui um Comité responsável pelo seu acompanhamento. Para promover a adesão à Carta, e sua implementação, a União Africana instituiu a Conferência dos Ministros Africanos da Juventude, cujo mandato envolve também a revitalização da União da Juventude africana e integração desta no processo. A Conferência concebeu um plano de acção detalhado para o período 2007-2015 que se destina a superar os problemas que surgem da falta de apoio político, comunicação e financiamento sustentável. Deve igualmente acelerar o processo de adesão.

- ii. Os líderes africanos também adoptaram o Plano de Acção da Segunda Década da Educação (2006-2015) para enfatizar a necessidade de uma maior qualidade da Educação Africana em todos os níveis. Os anos 2009-2018 foram declarados como a Década para o Desenvolvimento da Juventude e um Plano de Acção foi aprovado para implementar as actividades prioritárias identificadas durante a Década. Isto está em conformidade com o consenso internacional no Ano Internacional da Juventude 2010 através da Resolução 34/134 II da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas.
- iii. 2010 - Ano Internacional da Juventude, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), oferece uma excelente oportunidade para a realização de actividades nacionais, regionais e internacionais a favor da promoção do diálogo e

- mútua compreensão, nomeadamente através da participação efectiva dos Governos e jovens africanos na Conferência das Nações Unidas sobre a Juventude.
- iv. Os anos 2009-2018 foram também declarados como a Década da Juventude Africana. Se a Visão e a Missão da União Africana devem ser concretizadas, a África deve envidar esforços deliberados para acelerar o desenvolvimento social que dão grande prioridade à capacitação e ao desenvolvimento da juventude. É também uma condição sine qua non para o crescimento económico sustentável e à realização dos objectivos da NEPAD. Um plano de acção foi aprovado pelos Ministros Africanos responsáveis pela Juventude e aprovado pelo Conselho Executivo da UA. Os Estados Membros são exortados a considerar o Plano de Acção da Década como um quadro que liga a capacitação e o desenvolvimento da juventude aos objectivos e prioridades do desenvolvimento nacional, e com os instrumentos utilizados para: avaliações continentais e regionais, definição de normas, critérios e indicadores. São igualmente exortados a incluir o Plano de Acção da Década (PdAD) nos seus quadros de responsabilização como Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP); e na avaliação dos progressos na realização dos ODMs. Os Estados Membros são ainda exortados a explorar formas inovadoras para a mobilização de recursos internos, nomeadamente do sector privado para a implementação do PdAD e a realização dos objectivos da Carta Africana da Juventude. O PdAD solicita as Comunidades Económicas Regionais a integrar os seus princípios nas suas estratégias e programas relacionados com a juventude, defender a implementação acelerada do PdAD e contribuir para os esforços de mobilização de recursos a níveis regional e nacional. As organizações bilaterais, agências multilaterais, incluindo o sistema das Nações Unidas, Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais, o sector privado, bem como a União Pan-Africana da Juventude e outras organizações juvenis são igualmente encorajados a harmonizar as suas actividades durante a próxima década com este Plano de Acção e a integrar a perspectiva da juventude nos seus programas e intervenções.
- v. Com a sua Estratégia sobre a Juventude Africana, a UNESCO, juntamente com parceiros globais e regionais, incluindo organizações juvenis, procura capacitar jovens mulheres e homens para impulsionarem a mudança nos seus países e comunidades. A Estratégia promove a participação cívica da juventude e inovação como uma forma de capacitar jovens a fim de contribuírem para a paz e o desenvolvimento em África, ajudá-los a fazer transições bem sucedidas desde a escola até ao local de trabalho e evitar a violência.

Apesar do ambiente político favorável criado a níveis nacional, regional e continental, grandes desafios ainda existem. Estes problemas resultam de vários factores, incluindo a fase de desenvolvimento da maioria dos países africanos e as disparidades entre as políticas, estratégias e sua implementação eficaz. Isso não é contemplado pela dotação orçamental adequada por parte dos governos para apoiar e intensificar programas de juventude eficazes e bem fundamentados.

4.3 Resposta Nacional para a Optimização da Produtividade

A importância da participação da juventude nos processos de desenvolvimento e de governação, bem como a necessidade de aproveitar o grande potencial dos jovens levou muitos países da África, a desenvolver políticas ou planos de acção nacionais da juventude. Muitos Estados Membros promulgaram políticas destinadas a gerar empregos através do reforço de capacidades da população economicamente activa. No quadro dos esforços para a promoção das oportunidades de emprego para os jovens, países como África do Sul, Quênia, Tanzânia e Tunísia elaboraram programas de empreendedorismo jovem e planos de lançamento de empresas apoiados por Organizações de Desenvolvimento de Pequenas Indústrias (SIDO), que proporcionam competências técnicas para novas empresas. Uma outra estratégia apresenta incentivos às empresas para a contratação de jovens.

Esses esforços produziram alguns resultados positivos; por exemplo, 1,27 milhões de empregos foram criados na Tanzânia nos últimos três anos como resultado desses programas.⁷⁹

Programas de obras públicas foram ainda implementados em vários países, incluindo Senegal, Gana, África do Sul e Nigéria. Proporcionam aos jovens não qualificados emprego de curto prazo que pode servir como experiência de trabalho em áreas como a construção de estradas, manutenção, infra-estrutura de irrigação, reflorestação, conservação do solo e programas de saneamento urbano. Os programas nacionais de prestação de serviços aos jovens adoptaram uma abordagem integrada para o serviço comunitário, desenvolvimento de competências e acesso às oportunidades de emprego e provaram ser eficazes nos países como a Nigéria e a África do Sul.

Tendo em conta a importância da agricultura, particularmente o desenvolvimento de agnegócios para fornecer oportunidades de emprego decente e transformar economias africanas, o PNUD, ONUDI, OIT, FAO e FIDA, em parceria com o Centro de Songhai, (Cotonou, Benin), estão a trabalhar em conjunto para elaborar um Programa de Desenvolvimento de Agro-empresas para incentivar as economias rurais em África. O programa incide no desenvolvimento de um sector privado dinâmico de agnegócios para estabelecer ligações rentáveis entre produtores e mercados. O programa baseia-se no funcionamento bem sucedido do modelo de Songhai e resultadas solicitações de vários países africanos. As operações do programa proposto inicialmente serão concentradas em alguns países seleccionados, i.e., Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Sierra Leone, Malawi e Togo. Outros países serão incluídos, com base nas solicitações directas dos governos dos países e critérios estabelecidos por acordo com as partes envolvidas. O programa terá quatro componentes interligados, visando:

- Reforçar a capacidade do Centro Songhai e instituições nacionais relevantes para desenvolver e apoiar o desenvolvimento do agro-empresariado.
- Desenvolver competências e capacidades agro-empresariais.
- Facilitar o acesso aos bens produtivos, serviços de apoio financeiros e empresariais.
- Apoiar a criação do desenvolvimento de agnegócios e actividades de emprego intensivo.
- Facilitar igualmente o acesso dos beneficiários jovens às tecnologias e serviços de apoio para desenvolver pequenas e médias empresas (PMEs) rentáveis nas zonas rurais.

Os governos nacionais em África devem proporcionar aos jovens um meio de permanecer nas suas comunidades, o que se pode conseguir através da incorporação da juventude nas estratégias nacionais de desenvolvimento que promovem a melhoria do padrão de vida em zonas rurais conjuntamente com as estratégias nacionais que diminuem a taxa actual de migração rural-urbana. A integração da juventude rural na agricultura e outras actividades económicas rurais irá aumentar o nível de produtividade do trabalho e desencorajar o êxodo das suas comunidades. Por exemplo, a juventude rural pode gerar aumento da produção agrícola através de um investimento em práticas de plantação inovadoras, ecológicas e métodos de pós-colheita, uma tecnologia que é amplamente desconhecida. Este tipo de apoio à infra-estrutura, incentivo, e reforma agrária ajudarão os jovens nas zonas rurais a promover o crescimento económico.

⁷⁹ UNECA (2011). Africa Youth Report: Addressing the Youth Education and Employment Nexus in the New Global Economy.

5 ESTRATÉGIAS PARA RECOLHER DIVIDENDOS DEMOGRÁFICOS EM ÁFRICA

Os dividendos demográficos que surgiram com as mudanças demográficas em África oferecem uma oportunidade importante para o reforço de outras iniciativas de desenvolvimento como emprego, educação e investimentos na saúde dos jovens. Devido a baixas taxas de fertilidade e uma redução do rácio de dependência no continente, há um número cada vez maior de adultos na idade activa. Com esta estrutura etária, o dividendo previsível pode aumentar o crescimento económico e a produtividade, aumentando os rendimentos a renda e levando as comunidades e governos a investir mais na saúde, educação e o bem-estar das futuras gerações. Para o continente beneficiar totalmente da transição demográfica de ter baixas taxas de mortalidade e de fertilidade, cada um dos governos e o continente em geral devem investir numa mão-de-obra saudável que maximiza completamente a sua população juvenil, promover a segurança alimentar e nutricional, proporcionar educação de qualidade e resolver a falta de coerência das políticas.

5.1 A dimensão do género no dividendo demográfico

Demonstrou-se que a transição demográfica chega mais cedo e avança mais rápido nas regiões e lugares que apresentam maior igualdade de género.⁸⁰ Como tal, defendeu-se que se a África deve otimizar os seus potenciais ganhos de capital do seu dividendo demográfico, então deve trabalhar para melhorar a educação das raparigas,⁸¹ e as subsequentes oportunidades de trabalho e as perspectivas de auferir rendimentos. Isso pelo facto de que os factores que contribuem para o aumento do dividendo demográfico, tais como as taxas de relações conjugais e de fertilidade são muito afectados pelas variáveis que concedem oportunidades às mulheres na mão-de-obra.^{82,83} Na realidade, foi demonstrado que as taxas de alfabetização das mulheres são o principal indicador do casamento tardio e baixa fertilidade.⁸⁴ Não é surpreendente, uma vez que o tempo das mulheres se torna-se cada vez mais valioso, o custo de oportunidade de ter filhos e constituir famílias torna-se maior, o que significa que têm menos incentivos para criar filhos e mais incentivos para contribuir produtivamente para o PIB.⁸⁵

Então, isso significa que se os líderes africanos demonstrarem uma maior responsabilidade em relação às mulheres do seu país, proporcionando políticas e precedentes para a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho, poderão controlar a conveniência do seu dividendo demográfico.^{86,87} No entanto, receia-se que haja barreiras políticas e culturais em grande parte da África, que a impedem de estar à altura dos progressos da Ásia de há 20 anos.⁸⁸ Se essas barreiras não forem ultrapassadas, todo o potencial do dividendo

⁸⁰Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in sub-Saharan Africa: How big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65(1), 9-35.

⁸¹Eastwood & Lipton, 2011, p. 29.

⁸²Becker, G. (1960). An economic analysis of fertility, in G. Becker (Ed.), *Demographic and Economic Change in Developed Countries*. Princeton, NJ: Princeton University Press and NBER.

⁸³Becker, G. (1981). *A Treatise on the Family*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

⁸⁴Eastwood & Lipton, 2011, p. 17.

⁸⁵Birdsall, N., Kelley, A. C. & Binding, S.W. (Eds.). (2001). *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*. Oxford: Oxford University Press.

⁸⁶Schultz, P. (1981). *Economics of Population*. Reading, MA: Addison Wesley.

⁸⁷Schultz, P. (2008). Population policies, fertility, women's human capital and child quality, in P. Schultz and J. Strauss (Eds.), *Handbook of Development Economics Volume 4. A* (pp.3249-3303). Amsterdam: Elsevier.

⁸⁸Eastwood & Lipton, 2011, p. 17.

demográfico não será concretizado. Sobretudo, as implicações da exploração demográfica juvenil poderão ser negativas, em vez de positivas, se não forem desenvolvidas políticas e práticas que contribuem para a promoção da igualdade de mulheres e raparigas.

Além de aumentar as taxas de educação e de alfabetização, e de melhorar a igualdade para as mulheres no local de trabalho, uma terceira dimensão de género que afecta o dividendo demográfico é a rescisão da lei de maternidade. Estima-se que nos países com a rescisão mais restritiva das leis de maternidade se constatarem taxas de fertilidade que são 0,4 filhos por mulher, superiores às dos países com leis menos restritivas.⁸⁹ Esta estatística é extremamente significativa para a produtividade da mão-de-obra, uma vez que o mesmo estudo constatou que cada nascimento reduz a oferta de trabalho produtivo da mulher em 2 anos.⁹⁰ Todos estes factores contribuem para o aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que varia muito em grande parte da África, de 88 por cento das mulheres que trabalham na Tanzânia, para 24 por cento das mulheres no Egipto (ver Quadro a seguir).

Taxa de Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho (percentagem da população feminina com idade igual ou superior a 15 anos)⁹¹

País	Taxa de Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho (percentagem da população feminina com idade igual ou superior a 15 anos)
Tanzânia	88
Ruanda	86
Moçambique	86
Etiópia	78
Gâmbia	72
Angola	63
Lesoto	59
Nigéria	48
Niger	40
Sudão	31

⁸⁹ Bloom, D., Canning, D., Fink, G. & Finlay, J. (2009). Fertility, female labour force participation, and the demographic dividend. *Journal of Economic Growth*, 14(2), 79–101

⁹⁰ Bloom et al., 2009, p. 81.

⁹¹ International Labour Organization. (2012). *Key Indicators of the Labour Market (KILM)*, Seventh Edition. Geneva, Switzerland.

Tunisia	25
Egipto	24

5.2 Educação Qualitativa

Como a pedra angular do desenvolvimento, a educação continua a estar no topo da agenda dos líderes de muitos países africanos que visam atingir as metas do ODM 2 que garantem até 2015, que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.⁹² Em 2010, 43 por cento da população da África ao Sul do Sahara tinha idade inferior a 15 anos e continua a ser a população regional de mais rápido crescimento. Estima-se que a África ao Sul do Sahara atingirá uma população de 1,3 milhões em 2030, o que constituiria 15,7 por cento da população mundial.⁹³ O grupo com idades entre 5 e 14 anos na região ao Sul do Sahara deve crescer de 226 milhões em 2010 para 303 milhões em 2030, um crescimento superior a 34 por cento.⁹⁴ Com este rápido crescimento da população juvenil, compete a cada um dos governos aderir aos compromissos globais de providenciar educação de qualidade para beneficiar plenamente dos dividendos demográficos. A África ao Sul do Sahara registou uma expansão bastante significativa nas matrículas no sistema de educação, no entanto, a região deve lidar com numerosos obstáculos, como a propagação desigual da qualidade das perspectivas de educação entre as regiões rurais e urbanas e entre rapazes e raparigas.⁹⁵

Há também necessidade de investir no desenvolvimento do ensino superior de qualidade, que desempenha um papel central no desenvolvimento económico e político, e é essencial para a competitividade num mundo de informações cada vez mais globalizado. Garantir que mais jovens tenham acesso ao ensino superior em África terá um papel fundamental na capacitação e desenvolvimento profissional, que, por sua vez, é ideal para a realização dos ODMs. Realça-se ainda que o ensino superior de qualidade promoverá um crescimento tecnológico mais rápido e melhorará a capacidade do continente de maximizar a sua produção económica.⁹⁶ Actualmente, a África ao Sul do Sahara tem cerca de 740 milhões de pessoas, com 200 universidades públicas, um rápido aumento do número de instituições privadas de ensino superior e a mais baixa taxa bruta de matrícula no ensino superior do mundo (cerca de 5 por cento).⁹⁷ É por esta razão que atenção deve ser dada à qualidade do ensino que é ministrado no continente, para que se possa beneficiar plenamente da transição demográfica.

5.3 Mão-de-obra Saudável

Apesar de difíceis condições financeiras globais, a produção económica na África ao Sul do Sahara cresceu 5 por cento em 2011.⁹⁸ Para o continente manter um crescimento significativo, deve aproveitar os dividendos demográficos, assegurando que os governos continuem a ser responsáveis pela manutenção de uma mão-de-obra saudável. Uma

⁹² United Nations (2010). The Millennium Development Goals Report. Published by the United Nations Department of Economic and Social Affairs. New York.

⁹³ UN Population Division (2010). World Population Prospects: The 2008 Revision

⁹⁴ UNESCO . (2011). Financing Education in Sub-Saharan Africa: Meeting the challenges of Expansion, Equity and Quality. Paris: UNESCO

⁹⁵ Johnson, D. (2008). The Changing Landscape of Education in Africa quality, equality an democracy. Oxford Publications.

⁹⁶ Materu, Peter. (2007). Higher education quality assurance in Sub-Saharan Africa : status, challenges, opportunities and promising practices. Washington DC.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ International Monetary Fund. (2012). Sub-Saharan Africa: Sustaining Growth amid Global Uncertainty. International Monetary Fund, Publication Services, Washington, DC

população saudável é uma população mais produtiva, uma vez que as pessoas vivem mais tempo e com mais saúde.⁹⁹ O potencial económico da África continua a ser prejudicado por elevados níveis de morbilidade e mortalidade dos seus grupos etários mais produtivos em relação às condições que se pode evitar ou controlar, nomeadamente lesões, numerosas doenças graves e crónicas transmissíveis e não transmissíveis.

Como crescimento real do PIB em África é importante que os governos garantam a manutenção de uma mão-de-obra saudável, através da redução dos encargos da doença e da violência para combater a pobreza. O crescimento real do PIB da África ao Sul do Sahara foi de 5,1 em 2011 e prevê-se que chegará a 5,3 em 2013.¹⁰⁰ Apesar deste crescimento, a mortalidade no continente continua a ser uma grande ameaça ao desenvolvimento. A probabilidade de morte entre as idades de 15 a 60 anos é a mais elevada em África em 338, em comparação com 87 para América do Norte (ver Quadro abaixo).¹⁰¹ Além disso, a esperança de vida em África de 54 baseia-se no grupo na idade produtiva de 15-60 anos. Como se observou no Quadro 1, a maioria do grupo na idade produtiva é afectada.

A África ao Sul do Sahara tinha uma taxa de desemprego juvenil de 11,5 por cento em 2011, que por sua vez reduz a saúde dos jovens, porque não conseguem adquirir competências, saúde, redes sociais e outros atributos que formam o capital social necessário para uma vida satisfatória.^{102, 103} O facto de que o capital humano formado durante a juventude também é um determinante importante do crescimento a longo prazo torna-se um argumento macroeconómico forte para apoiar a investir mais na saúde dos jovens.¹⁰⁴

Esperança de Vida e Probabilidade de Morte (15 a 60 anos) por região de 2005-2010¹⁰⁵

Região principal	Esperança de Vida (Ambos os sexos)	Probabilidade de morte entre 15 e 60 anos
Mundo	68	175
Regiões mais desenvolvidas	77	116
Regiões menos desenvolvidas	66	188
África	54	338
América Latina e Caraíbas	73	147
Ásia	69	160
Europa	75	139

⁹⁹ Health Workforce. (2010). An Essential Health Promotion Source for Employers, Large and Small. Partnership for Prevention, Washington, DC.

¹⁰⁰ International Monetary Fund. (2012). Sub-Saharan Africa: Sustaining Growth amid Global Uncertainty. International Monetary Fund, Publication Services, Washington, DC

¹⁰¹ United Nations. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. New York: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs

¹⁰² International Labour Organization. (2012). *Global Employment Trends: May 2012*/International Labour Office.

¹⁰³ UNFPA (2011). *The State of the World Population 2011*. A United Nations Population Fund Publication, New York.

¹⁰⁴ UNFPA (2011). *The State of the World Population 2011*. A United Nations Population Fund Publication, New York.

¹⁰⁵ United Nations. (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. New York: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs

América do Norte	79	87
Oceania	76	101

Com o surgimento de doenças infecciosas em todo o mundo como o VIH e tuberculose, a África continua, sem dúvida, a ser a mais afectada. A UNAIDS estima que 29,9 milhões dos 42 milhões de pessoas infectadas com VIH são da África ao Sul do Sahara.¹⁰⁶ Os países da África continuam a ter as taxas de prevalência mais elevadas do mundo, tendo o grupo etário entre 15 a 45 anos também taxas de prevalência mais elevadas estimadas pelo menos 2 por cento. A população adulta em idade activa de trabalhar foi mais afectada do que as populações mais jovens ou mais idosas. Por conseguinte, a perda dessas pessoas por morte ou doença por causa da SIDA tem um impacto na sua capacidade de gerar rendimentos que conduz à redução do rendimento familiar, da mão-de-obra, da produção alimentar e, finalmente, do bem-estar da sociedade. A pandemia da SIDA reduz o número de jovens dentro do seu grupo na idade activa através da morbilidade e mortalidade. A UNAIDS estima ainda que a SIDA poderia causar cerca de 19 milhões de mortes em África entre os períodos de 1995-2000 e 2020-2025.¹⁰⁷ Há evidências consideráveis que apontam que o aumento da cobertura da terapia anti-retroviral ajuda a reduzir os dias perdidos com a doença e, finalmente, a morte (Relatório sobre a Mortalidade no Mundo). É por esta razão que a responsabilização de cada um dos governos em torno da disposição e maior acesso aos medicamentos do VIH promoveria uma mão-de-obra saudável que contribui para o desenvolvimento económico do país e do continente em geral.

Embora a África continue a mostrar crescimento económico, continua a haver ameaças a este crescimento baseado em crescentes tensões geopolíticas.¹⁰⁸ Em comparação com as doenças transmissíveis e não transmissíveis, a violência tem sérias implicações para o bem-estar económico individual.¹⁰⁹ Como se indica no Quadro a seguir, um número significativo de africanos morre prematuramente ou perdeu parte dos seus anos produtivos em consequência de lesão. Estima-se que as perdas são de aproximadamente 5,6 biliões de US dólares, por causa de mortes e/ou incapacidade devido à violência. Além disso, as crises humanitárias e guerras continuam a provocar deslocações de milhões de africanos em todo o continente, que estão a ser sujeitos a factores de stress que reduzem a sua capacidade funcional de contribuir para o crescimento económico do continente.

Mortes devido à violência, estimativa do número de Anos de Vida ajustados em função da Incapacidade (DALYs), perdas devido à violência, e estimativa do valor económico de DALYs, perdas devido à violência por Região da OMS 2002.¹¹⁰

Região da OMS	Mortes devido à violência (em milhões)	Estimativa do número de DALYs, perdas devido à violência (em milhões)	Estimativa do valor económico de DALYs, perdas devido à violência (em biliões de US\$)
Região da África	0.253 (16 por cento)	9.259 (19 por cento)	5.600 (4 por cento)
Região das Américas	0.219 (14 por cento)	8.440 (17 por cento)	68.360 (45 por cento)
Região do Mediterrâneo	0.098 (6 por cento)	3.189 (7 por cento)	3.002 (2 por cento)

¹⁰⁶ United Nations (2004). The Impact of AIDS 2004. Economic and Social Affairs Department. New York, New York.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ International Monetary Fund. 2012. Sub-Saharan Africa: Sustaining Growth amid Global Uncertainty. International Monetary Fund, Publication Services, Washington, DC

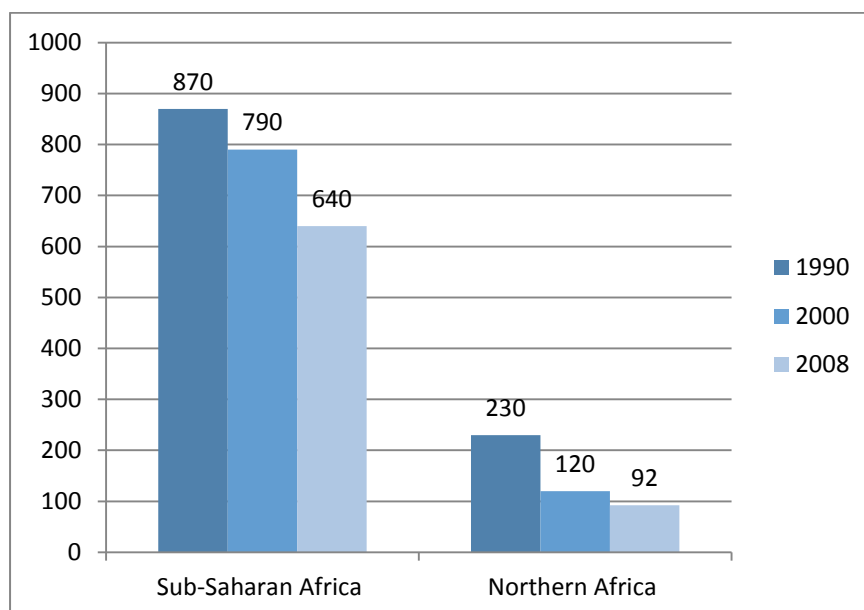
¹⁰⁹ Brown D.W. (2008). Economic value of disability-adjusted life years lost to violence: estimates for WHO Member States. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 24(3), 203–209.

¹¹⁰ Brown D.W. (2008). Economic value of disability-adjusted life years lost to violence: estimates for WHO Member States. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 24(3), 203–209.

Oriental			
Região da Europa	0.257 (16 por cento)	6.462 (13 por cento)	33.207 (22 por cento)
Região do Sudeste Asiático	0.386 (24 por cento)	11.809 (24 por cento)	6.604 (4 por cento)
Região do Pacífico Ocidental	0.402 (25 por cento)	9.270 (19 por cento)	34.297 (23 por cento)
Todas as regiões	1.615 (100 por cento)	48.429 (100 por cento)	151.070 (100 por cento)

A dimensão de género de uma mão-de-obra saudável deve ser também considerada para a garantia da realização dos dividendos demográficos. VIH, e a morbilidade e mortalidade materna continuam a afectar mais as mulheres apesar de serem uma população produtiva significativa para a realização completa dos dividendos demográficos.¹¹¹ Em 2008, a África ao Sul do Sahara teve uma das taxas de mortalidade materna mais elevadas em 640 mortes por 100.000 em 2008 no mundo (Quadro abaixo).¹¹² Isso por defeito reduz a quantidade da mão-de-obra saudável no continente. Há também grande necessidade de contraceptivos para chegar às mulheres, porque isso reduziria a morbilidade e mortalidade materna, através da redução do número de espaço de tempo entre os nascimentos, muitos nascimentos e nascimento demasiado tardio, finalmente, aumentando o tempo gasto para contribuir para o crescimento económico do continente. Além disso, a melhorada situação das mulheres também reforça a sua capacidade de tomada de decisões a todos os níveis, em todas as esferas da vida, especialmente na área da sexualidade e reprodução. Isso, por sua vez, é essencial para o sucesso a longo prazo dos programas da população de programas como os ganhos de dividendos demográficos.

Mortalidade Materna por 100.000 nados-vivos, 1990, 2000, 2008¹¹³



¹¹¹ UNFPA, The State of the World Population 2011. A United Nations Population Fund Publication, New York, 2011.

¹¹² United Nations. 2010. The Millennium Development Goals Report 2010. New York: Department of Economic and Social Affairs.

¹¹³ United Nations (2011). Millennium Development Goals Report. New York, New York.

5.4 Segurança Alimentar e Nutricional

A segurança alimentar e nutricional constitui uma oportunidade para o continente africano beneficiar totalmente dos dividendos demográficos existentes. No passado recente, o mundo foi atingido pela crise financeira e crise alimentar que inverteram os esforços para a redução da pobreza e da fome global. Em última análise, negligenciar os esforços para garantir a segurança alimentar e nutricional reduzirá a capacidade do continente de alcançar progressos em conformidade com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de reduzir pela metade o número de pessoas com fome até 2015.^{114,115} A Cimeira Alimentar Mundial em 1996 definiu a segurança alimentar como “quando todas as pessoas em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável”.¹¹⁶

Prevê-se que África vai continuar a passar por um elevado crescimento da população, que pode levar a uma população mais jovem. Considerando os possíveis dividendos demográficos que o continente pode aproveitar dessa mudança demográfica, é importante assegurar que a vulnerabilidade de jovens em relação à insegurança alimentar não seja ignorada. Isso ocorre porque a presença de insegurança alimentar tem impacto a longo prazo sobre a capacidade das famílias, comunidades e países de se desenvolverem. Evidências sugerem que a subnutrição prolongada leva ao crescimento atrofiado, retarda o desenvolvimento cognitivo e aumenta a susceptibilidade às doenças.¹¹⁷

Em vários países africanos, a segurança alimentar e nutricional a níveis nacional e das famílias continuam ainda a ser um enorme problema. Como um continente, a África tem uma das maiores prevalências da subnutrição. Estima-se que a subnutrição é o principal factor de risco que representa mais de 28 por cento das mortes em África (cerca de 2,9 milhões de mortes anualmente).¹¹⁸ Os custos humanos duradouros da alimentação e nutrição inadequadas são enormes, e os custos agregados da insegurança alimentar e nutricional a nível nacional impõem um fardo pesado sobre os esforços para encorajar o crescimento económico sustentado e melhor bem-estar geral.

Os jovens em África enfrentam uma série de barreiras para a realização da segurança alimentar, devido à ausência da capacidade de produção e de geração de rendimentos. É muito difícil para os jovens terem acesso à terra para a agricultura, e adquirir conhecimentos sobre a forma como usar tecnologias para a produção de alimentos. Além dessas barreiras, os jovens não têm instrução nem formação para gerar rendimentos significativos para a aquisição de terras e que proporcionam melhor acesso ao mercado.¹¹⁹ Nos últimos anos, a capacidade dos jovens de contribuir para a segurança alimentar tem sido dificultada por conflitos políticos e crise financeira mundial, o que reduz significativamente o acesso aos mercados, crédito e tecnologia.^{120,121}

¹¹⁴ United Nations (2000). Millennium Development Goals. New York, New York.

¹¹⁵ United Nations (2005). The State of food Insecurity in the World. Food and Agriculture Organization of the United Nations Viale delle Terme di Caracalla, 00100 Rome, Italy.

¹¹⁶ United States Agency for International Development. (2010). *Feed the Future Guide*.

¹¹⁷ Feighery, J. (2011). Intersections of Youth & Food Security. United States Agency for International Development. Washington DC.

¹¹⁸ Benson, T.D. (2004). Africa's Food and Nutrition Situation. *International Food Policy Research Institute. 2020 Discussion Paper No 37*. Washington DC.

¹¹⁹ Feighery, J. (2011). Intersections of Youth & Food Security. United States Agency for International Development. Washington DC.

¹²⁰ Chilonda, P., Machethe, C. and Minde, I. (2007). Poverty, food security and agricultural trends in Southern Africa. ReSAKSS Working Paper 1. International Crops Research Institute for the Semi-arid

Além disso, há necessidade de maior investimento público e privado no sector da agricultura. Este investimento deve ser incluído nas áreas de prioridade, se o crescimento agrícola deve ser acelerado. Isto é particularmente importante dado que alguns países em África se tinham comprometido a aumentar a dotação orçamental da agricultura para pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais em 2008 no âmbito da Declaração de Maputo. A figura abaixo mostra que os países africanos devem ser mais responsáveis em relação aos compromissos acordados, uma vez que a maioria deles gasta menos do que 10 por cento.¹²²

5.5 Coerência das Políticas

Demonstrou-se que as questões políticas podem afectar significativamente o crescimento económico previsto.¹²³ Como tal, é importante que os líderes africanos analisem as opções de políticas para maximizar e otimizar os efeitos do dividendo demográfico no continente. De acordo com isso, foi também bem demonstrado que existe uma grande diversidade entre várias respostas de políticas a nível dos países.¹²⁴ No entanto, embora as abordagens políticas possam variar dependendo de uma multiplicidade de outras variáveis, convém desenvolver uma posição comum sobre o que as estratégias políticas da África que optimizam o dividendo demográfico podem ser.

Algumas pesquisas são bastante amplas em termos de recomendações que formulam para a política demográfica. Ezeg, Bongaarts e Mberu sugerem que para cenários de elevada fertilidade, uma abordagem unificada que proporciona o planeamento familiar voluntário é o melhor método.¹²⁵ Eles também defendem várias medidas políticas para os países a níveis de substituição ou que abordam a substituição. Em África, inclui países como Tunísia e Maurícias, onde as taxas de fertilidade em 2010 foram 2,0 e 1,5, respectivamente.¹²⁶ As escolhas políticas para estes países poderão incluir subsídio por nascimento, subsídio de apoio à criança, e reduções de impostos para famílias com filhos e licença de maternidade/paternidade remunerada. Contudo, para a grande parte do continente africano, são necessárias medidas políticas adaptadas às taxas de fertilidade elevadas. Essas políticas, que para a maior parte incluem a divulgação de informações e acesso a contraceptivos, demonstraram ser eficazes. Por exemplo no Quênia e na Uganda a taxa de fertilidade foi mais baixa nos locais onde os programas de planeamento familiar voluntário são relativamente mais rigorosos. No entanto, outros resultados indicam que os contextos sociais favoráveis são realmente um forte indicador de taxas de fertilidade mais baixas do que o potencial do programa de planeamento familiar.¹²⁷

Tropics (ICRISAT), International Food policy Research Institute (IFPRI) and International Water Management Institute (IWMI).

¹²¹ Salami, A., Kamara, A. & Brixiova, Z. (2010). Smallholder Agriculture in East Africa: Trends, Constraints and Opportunities, Working Papers Series No. 105. African Development Bank, Tunis, Tunisia.

¹²² Shaggen, F. (2009). Public Spending for Agriculture in Africa: Trends and Composition. International Food Policy Research Institute. Washington DC.

¹²³ Ndulu, B. J. & O'Connell, S. A. (2009). Policy plus: African growth performance 1960-2000. In B. J. Ndulu, S. A. O'Connell, R. H. Bates, P. Collier & C. C. Soludo (Eds.). *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960-2000, Vol. 1*. United Kingdom: Cambridge University Press.

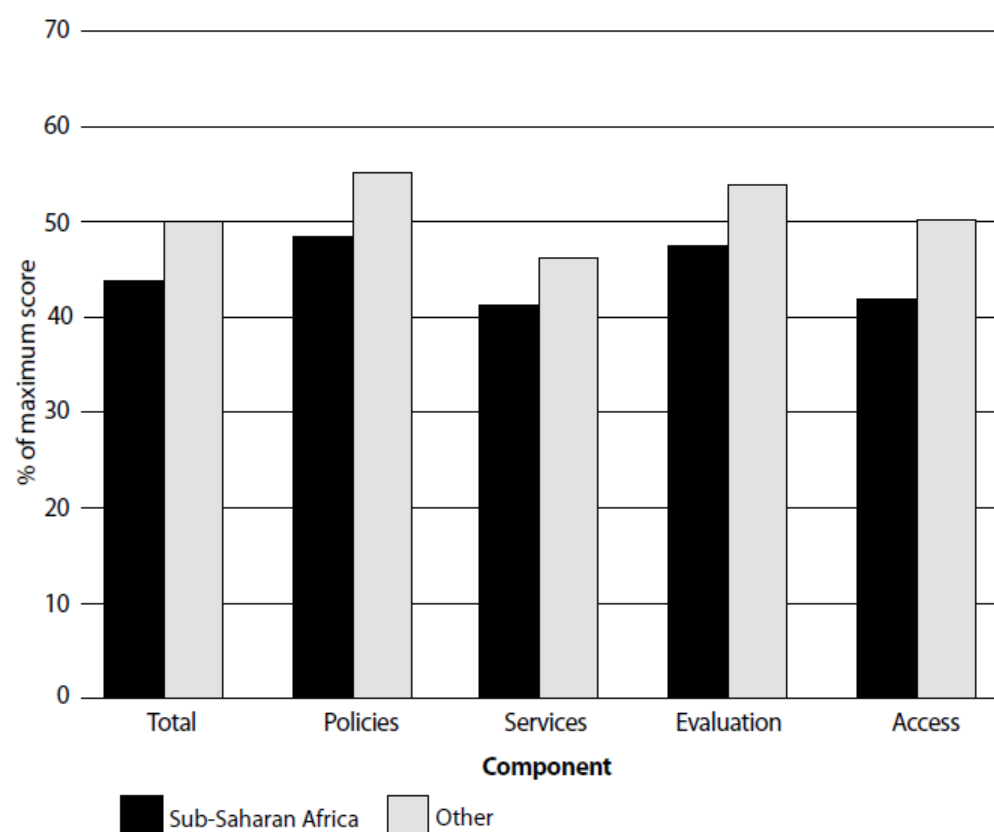
¹²⁴ Ndulu & O'Connell, 2009, p.39.

¹²⁵ Ezeg, Bongaarts & Mberu, 2012, p. 145.

¹²⁶ World Bank. (2012). World Bank Data Sets. Washington DC, USA.

¹²⁷ Jain & Ross. (2012). Fertility Differences among Developing Countries: Are They Still Related to Family Planning Programme Efforts and Social Settings? *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 38(1), 15–22.

A coerência nas políticas, sobretudo na África Central, é necessária para a redução das taxas de fertilidade. Demonstrou-se que o ritmo lento de diminuição das últimas taxas de fertilidade nesta região torna as projecções de dependência médias das NU particularmente vulneráveis.¹²⁸ Eastwood e Lipton chamaram a atenção para o facto de que grandes mudanças nas políticas ou normas institucionais são necessárias nesta região, se for para beneficiar o dividendo demográfico. Outros são mais optimistas, e defendem que a variante baixa das projecções de fertilidade das NU pode ser alcançada na África ao Sul do Sahara, considerando a quantidade substancialmente elevada de investimentos recentes no planeamento familiar na região.¹²⁹



Classificação Média das Iniciativas de Planeamento Familiar, por Componente, de acordo com a Região¹³⁰

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

Melhoria da Educação:Constata-se que a promoção da educação de qualidade para as raparigas é importante para garantir os níveis mais baixos de fertilidade. Se o continente pretende beneficiar do dividendo demográfico, os líderes da África devem reconhecer que vale a pena investir muito na educação das raparigas. O aumento das taxas de inscrição e conclusão do ensino primário, secundário e superior pode ser conseguido através da criação de incentivos como bolsas de estudo. As intervenções que visam aumentar o nível de formação das mulheres podem aumentar o rendimento familiar, garantindo que as

¹²⁸ Eastwood & Lipton, 2011, p. 17.

¹²⁹ Ezeg, Bongaarts & Mberu, 2012, p. 147.

¹³⁰ Jain & Ross, 2012, p. 19.

mulheres entrem no mercado de trabalho mais cedo, uma vez que nessa altura têm menos filhos. Os benefícios adicionais para a educação das mulheres são os que investem na saúde das suas famílias e educação dos seus filhos. Isso apresenta a plataforma ideal para o aproveitamento total dos potenciais benefícios económicos proporcionados pelos dividendos demográficos. Contudo, além de educação das raparigas, demonstrou-se também que a educação dos pobres é uma outra opção política importante na redução da fertilidade.¹³¹ Além disso, num estudo realizado em 14 países da África ao Sul do Sahara, revelou-se que, enquanto o ensino secundário está associado à fertilidade significativamente mais baixa em todos os países, o ensino primário foi apenas associado aos níveis mais baixos de fertilidade em metade da amostra, justificando assim a necessidade de ir além de apenas o ensino primário como uma meta. Providenciar uma educação de qualidade por professores devidamente qualificados, e escolas acessíveis também melhora a frequência escolar, embora ainda existam barreiras como gravidezes indesejadas e a contribuição financeira do trabalho infantil que requerem resolução urgente.

Prestação de Melhores Serviços de Saúde: Para beneficiar do dividendo demográfico e assegurar a prática da boa governação, os governos devem priorizar a eliminação de insuficiências no acesso à saúde. Está provado que a prestação de melhores serviços de saúde torna mais fácil o acesso dos jovens aos benefícios da saúde em termos de promoção, prevenção e tratamento. Enfatizar a importância da saúde para os jovens melhora os resultados económicos dos países. A prestação dos serviços de saúde para ter uma mão-de-obra saudável deve incidir nas principais populações que são mais severamente atingidas pela pandemia do VIH/SIDA, mortalidade materna e outros indicadores de saúde. A dotação, política e programação adequadas do orçamento e sobretudo a execução orçamental correcta são fundamentais para alcançar este objectivo, se os governos pretendem demonstrar qualquer responsabilidade. Profissionais dos serviços médicos ou de saúde pública estão a ser recrutados pelos países desenvolvidos depois que foram formados em África à custa dos governos africanos. “A estimativa da perda global de retornos de investimento em relação a todos os médicos que actualmente trabalham nos países de destino (ver abaixo) foi 2,17 biliões de US dólares, com os custos de cada país variando de 2,16 milhões de US dólares para o Malawi a 1, 41 biliões de US dólares para a África do Sul. O benefício para os países de destino de recrutamento dos médicos formados foi maior para o Reino Unido (\$2,7 biliões) e Estados Unidos (\$846 milhões). Os países em desenvolvimento da Commonwealth são particularmente mais afectados porque os seus profissionais de saúde falam inglês e são, por conseguinte, uma mercadoria valiosa para suprir a falta de mão-de-obra nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália.”¹³²

Migração Internacional: A migração está relacionada com o ponto acima mencionado. A questão da migração tem estado na agenda da União Africana há algum tempo, mas há necessidade de melhor responsabilização por parte de cada um dos governos e organismos regionais na abordagem das consequências negativas da migração, o que se pode fazer através da análise dos principais factores de incentivo e de desincentivo da migração internacional. Convém registar que os jovens têm maior probabilidade de viajar por razões de emancipação económica; Portanto, a criação de empregos contribui para o benefício da África no início do processo de redução da fertilidade no continente. Além disso, há maior necessidade de envolver os africanos na diáspora, tal como estipulado em 2002 pela 1ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UA realizada em Durban, África do Sul, para o intercâmbio de conhecimentos e investimento económico nos seus próprios países. Devem ser implementadas estas iniciativas e outras, como a aplicação adequada das políticas

¹³¹ Knodel, J. & Jones, G.W. (1996). Post-Cairo Population Policy: Does Promoting Girls' Schooling Miss the Mark? *Population and Development Review*, 22(4), 683-702.

¹³² Mills, E.J. et al. The financial cost of doctors emigrating from sub-Saharan Africa: human capital analysis. *BMJ* 2011; 343:d7031

adoptadas no âmbito da Declaração de Abuja. Isso implica o reforço e estabelecimento de intercâmbios de mão-de-obra destinados a facilitar o emprego de mão-de-obra especializada disponível onde há escassez.

Investimento na Segurança Alimentar e Nutricional: A promoção da segurança alimentar e nutricional é fundamental na realização de objectivos globais e nacionais como os ODMs. Como a fome continua a ser generalizada e em alguns casos se agravou em todo o continente africano, é importante que os governos adoptem estratégias de longa duração que reduzem a insegurança alimentar e nutricional. O continente africano continua a ser uma sociedade predominantemente agrária que é caracterizada principalmente por pessoas mais velhas que se dedicam à exploração agrícola de pequena escala. Mas, estima-se que as colheitas de cereais em África serão muito mais baixas em 2050 do que actualmente, levando à situação preocupante demais de 10 milhões de crianças subnutridas, no futuro.¹³³ Prevê-se igualmente que em 2050, os africanos em média vão ingerir menos 21 por cento de calorias do que hoje. Para fazer face a este problema, os governos devem assegurar o desenvolvimento de estratégias sobre a segurança alimentar e nutricional.

Desenvolvimento Económico dos Jovens: O dividendo demográfico ocorre quando a transição demográfica chega a um ponto em que as taxas de fertilidade diminuem. As actuais taxas elevadas de fertilidade em África implicam que o número de jovens que entram no mercado de trabalho aumente anualmente, paralelamente ao número de filhos dependentes. Por conseguinte, há maior número de pessoas em cada fase que exigem empregos para suprir as suas próprias necessidades e contribuir para o desenvolvimento nacional. Com o início da redução da fertilidade durante a transição, os jovens tornam-se a força motriz para o desenvolvimento da indústria e da tecnologia no continente, não obstante a disposição actual da educação e entrada no mercado de trabalho.

6.2 Recomendações

Priorizar a conclusão do ensino secundário acessível e de qualidade, especialmente de raparigas e eliminar as barreiras à realização da conclusão. É evidente que uma das principais componentes de uma estratégia eficaz para o aproveitamento do dividendo demográfico da África é a educação universal. Com base nas conclusões deste relatório, há uma série de recomendações políticas que são disponibilizadas. Primeiro, Conceder bolsas de estudo para raparigas é considerado como uma boa medida política para melhorar os níveis de ensino entre as mulheres. No entanto, este documento recomenda que essas bolsas sejam atribuídas a nível do ensino secundário, uma vez que se constatou que a conclusão do ensino primário e secundário reduziu as taxas de fertilidade mais do que o ensino primário apenas.¹³⁴ Além disso, as barreiras como a distância para as escolas são comuns, bem como a educação de baixa qualidade e professores sem qualificação. Reduzir as gravidezes indesejadas através de políticas sexuais e reprodutivas e eliminar os custos de oportunidade do trabalho infantil, e a luta contra a pobreza são fundamentais. Um meio para reduzir a pobreza nas zonas rurais e aumentar a frequência escolar é o aumento da distribuição de pensões entre os homens mais velhos nas zonas rurais como uma boa estratégia política, porque se constatou que contribuiu para o aumento da frequência escolar de rapazes e raparigas nos ambientes

¹³³ Bongjoh, F., Diallo, A.B., Dougna, P., Elaheebocus, N., Guedegbe, M., Kgosidintsi, N., Kiruneri, P., Lannes, L., Murara, J., Muvawala, J., Nzau, G., Sarr, B., Savadogo, B., Schweitzer, J. & Sergent, F. (2011). *AfDB's Human Capital Development Strategy (2012-2016). One Billion Opportunities: Building Human Capital for Inclusive Growth in Africa*. Tunis, Tunisia: African Development Bank

¹³⁴ Ainsworth, M., Beegle, K. & Nyamete, A. (1996). The Impact of Women's Schooling on Fertility and Contraceptive Use: A Study of Fourteen Sub-Saharan African Countries. *The World Bank Economic Review*, 10(1), 85-122.

mais pobres.¹³⁵ Abordar estas questões básicas é fundamental para o aproveitamento do dividendo demográfico.

Disponibilidade de uma Variedade de Escolhas de Contraceptivos e Intervenções Sócio-culturais para SSR. A prestação de serviços de saúde, especialmente de saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), é essencial para a redução das taxas de fertilidade e subsequentemente para a capitalização dos potenciais ganhos do dividendo demográfico. Para esse efeito, este relatório tem duas recomendações. A primeira é melhorar a aquisição e distribuição de uma vasta gama de opções de contraceptivos e informações para as mulheres. Aumenta o acesso a uma série de métodos contraceptivos como a pílula do dia seguinte e métodos mecânicos de contracepção como dispositivos intra-uterinos são necessários para assegurar que as mulheres tenham o direito de escolher uma opção segura e aplicável, de acordo com as suas necessidades individuais. No entanto, demonstrou-se que só a disponibilidade de contraceptivos não é necessariamente tão eficaz como uma orientação no sentido da mudança de mentalidade sobre o número desejado de filhos.¹³⁶ Por esta razão, é necessário implementar programas que estabelecem intervenções sócio-culturais sobre a conveniência de ter menos filhos.

Prevenção e Reversão da Fuga de Cérebros Africanos. Devido à migração internacional, estima-se que a África necessita de mais quatro milhões de professores e de mais um a dois milhões de profissionais de saúde. Para combater a fuga de cérebros africanos, devem ser estabelecidas estratégias para tornar o trabalho no país de origem mais lucrativo. Políticas que melhoram os salários, proporcionam melhores pensões e dão opções para aquisição de carros e subsídios de alojamento são algumas opções, porque são planos que perdoam empréstimos educacionais.¹³⁷ Mais importante, contudo, é o reconhecimento pelos países desenvolvidos do impacto sobre os países em desenvolvimento na obtenção do seu pessoal de saúde. “O novo código de conduta sobre o recrutamento do pessoal de saúde internacional sugere que os países de origem e de destino podem beneficiar da elaboração de acordos bilaterais que reconhecem a transferência de funcionários dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, e prestar assistência técnica e outro apoio aos países que estão a perder a profissionais de saúde qualificados”.¹³⁸

Microfinanças para Promover Operações Agrícolas. Para o aproveitamento dos dividendos demográficos, o envolvimento dos jovens deve ser mantido como uma prioridade através da concessão de linhas de crédito e maior acesso às terras agrícolas. Os investimentos em microfinanças e empreendedorismo social para a segurança alimentar são uma parte essencial da agenda de protecção social de algumas organizações de desenvolvimento africanas, e estas políticas devem ser promovidas e expandidas a nível comunitário.

Programas de Apoio e Orientação ao Rendimento para os Jovens. Especialmente durante um período de crise económica, os programas de apoio ao desenvolvimento dos jovens são fundamentais para garantir os benefícios do dividendo demográfico da África. Este documento recomenda sistemas de apoio ao rendimento, tais como transferências de dinheiro e obras públicas, bem como programas de orientação para

¹³⁵ Edmonds, E.V. (2006). Child Labour and Schooling Responses to Anticipated Income in South Africa.). *Journal of Development Economics*, 81(2), 386-414.

¹³⁶ Pritchett, L.H. (1994). Desired Fertility and the Impact of Population Policies. *Population and Development Review*, 20(1), 1-55.

¹³⁷ Johnson, J. (2005). Stopping Africa's medical brain drain. *British Medical Journal*, 331(7507), 2-3.

¹³⁸ Mills, E.J. et al. The financial cost of doctors emigrating from sub-Saharan Africa: human capital analysis. *BMJ* 2011; 343:d7031

a juventude, como acampamentos desportivos ou programas de verão.¹³⁹ Em segundo lugar, uma outra política que pode ajudar no desenvolvimento económico dos jovens, particularmente para as mulheres, é implementar os sistemas de quotas de oportunidades, que muitos países já fazem para cargos de liderança política.¹⁴⁰

ANEXO: Perfil Demográfico dos Países Africanos

Quadro: Dados e Estimativas de 2012 sobre População, Saúde e Ambiente da África¹⁴¹

Dados e Estimativas de 2012 sobre População, Saúde e Ambiente da África									
	População em meados de 2012 (milhões)	Nascimentos por 1,000 Pessoas	Mortes por 1,000 Pessoas	Taxa de Crescimento Natural percentagem	Taxa de Migração Líquida por 1,000	Projeção da População em meados de 2025 (milhões)	Projeção da População em meados de 2050 (milhões)	População de 2050 como um Múltiplo de 2012	Taxa de Mortalidade Infantil
África Oriental									
Burundi	10.6	42	10	3.2	4	15.5	27.1	2.6	63
Comores	0.8	37	9	2.9	-3	1	1.7	2.2	68
Djibouti	0.9	29	10	1.9	0	1.2	1.6	1.8	79
Eritreia	5.6	36	8	2.8	2	7.6	11.6	2.1	61
Etiópia	87	34	10	1.4	-1	115	166.5	1.9	59
Quênia	3	35	8	2.7	0	53.2	70.8	1.6	47
Madagascar	21.9	35	7	2.9	0	31.2	53.6	2.4	43
Malawi	15.9	43	15	2.8	0	24.2	49.7	3.1	66
Maurícias	1.3	11	7	0.4	0	1.4	1.3	1	12.9
Mayotte	0.2	41	3	3.8	0	0.3	0.6	1.6	6
Moçambique	23.7	42	14	2.8	0	36.5	67.5	2.8	86
Reunião	0.9	17	5	1.2	0	1	1.1	1.2	8
Ruanda	10.8	33	10	2.2	0	14.3	20.6	1.9	50
Seychelles	0.1	18	8	1	2	0.1	0.1	1.1	12.6
Somália	10.1	44	16	2.8	-12	13.3	22.6	2.2	107
Uganda	35.6	45	12	3.3	-1	52.3	94.3	2.6	54
República Unida da Tanzânia	47.7	41	11	3	-1	70.9	138.3	2.9	51
Zâmbia	13.7	46	15	3	-1	20.7	44.5	3.2	88
Zimbábue	12.6	34	15	1.9	-9	17.7	25.6	2	57
África Central									
Angola	20.9	44	12	3.2	1	32.2	63.2	3	64

¹³⁹ Vuermlí, A., Hempel, K., Aer, L. & Lundberg, M. (2012). Policies to Protect and Promote Young People's Development during Crisis. In M. Lundberg & A. Vuermlí (Eds.) *Children and Youth in Crisis: Protecting and Promoting Human Development in Times of Economic Shocks*. Washington DC: World Bank.

¹⁴⁰ Duflo, E. (2005). Gender Equality in Development. BREAD Policy Paper No. 11.

¹⁴¹ Population Reference Bureau (2012). *2010 World Population Data Sheet*. Washington DC.

Camarões	20.9	41	14	2.7	0	28	44.6	2.1	62
Rep. Centro Africana	4.6	35	16	1.9	0	5.9	8.4	1.8	101
Chade	11.8	45	16	2.8	-2	16.4	27.3	2.3	128
Congo	4.2	40	11	2.8	0	5.9	10.2	2.4	70
Rep. Democrática do Congo	69.1	45	17	2.8	-1	101	194.2	2.8	115
Guiné Equatorial	0.7	37	15	2.2	2	1	1.5	2	98
Gabão	1.6	27	9	1.8	1	2	2.8	1.8	47
Sao Tomé e Príncipe	0.2	37	8	2.8	-10	0.2	0.3	1.7	38
África do Norte									
Argélia	37.4	25	4	2	-1	42	46.5	1.2	24
Egipto	82.3	25	5	2	-1	102	135.6	1.6	24
Jamahiriya Árabe Líbia	6.5	23	4	1.9	-5	7.5	8.8	1.4	14
Marrocos	32.6	19	6	1.4	-4	36.9	41.4	1.3	30
Sudão	33.5	34	9	2.4	-2	46.8	74.1	2.2	67
Tunísia	10.8	19	6	1.3	0	12.1	13.7	1.3	20
Sahara Ocidental	0.6	22	6	1.7	18	0.8	0.9	1.6	40
África Austral									
Botswana	1.9	26	14	1.2	0	2.2	2.4	1.3	44
Lesoto	2.2	28	16	1.2	-2	2.5	2.7	1.2	80
Namíbia	2.4	26	8	1.8	0	2.9	3.6	1.5	34
África do Sul	51.1	21	12	0.9	2	54.2	57.2	1.1	38
Swazilândia	1.2	30	15	1.6	-1	1.5	2	1.6	70
África Ocidental									
Benin	9.4	40	12	2.9	-1	13.5	23.3	2.5	81
Burkina Faso	17.5	43	12	3.1	-1	25.5	46.7	2.7	65
Cabo Verde	0.5	26	6	2	-2	0.6	0.6	1.4	24
Côte d'Ivoire	20.5	35	12	2.4	-2	28.1	46.1	2.2	73
Gâmbia	1.8	38	9	2.9	-2	2.5	4	2.2	70
Gana	25.5	32	8	2.4	0	33.4	49.1	1.9	47
Guiné	11.5	39	13	2.6	-3	14.3	23	2	89
Guiné-Bissau	1.6	38	17	2.2	-1	2.1	3.3	2	103
Libéria	4.1	40	11	2.9	-1	6	10.8	2.6	83
Mali	16	46	15	3.2	-2	23.7	45.3	2.8	97
Mauritânia	3.6	34	10	2.4	-1	4.7	7.1	2	74
Niger	16.3	46	11	3.5	-1	25.6	54.2	3.3	81
Nigéria	170.1	40	14	2.6	0	234.4	402.4	2.4	77

Senegal	13.1	38	9	2.9	-2	18.6	32.3	2.5	47
Sierra Leone	6.1	39	16	2.3	1	7.8	11.1	1.8	109
Togo	6	36	8	2.8	0	9.4	14.3	2.4	78

Referências

- Adetunji, J and Bos, E.R (2006). Levels and Trends in Mortality in Sub-Saharan Africa: An Overview, in *Disease and Mortality in Sub-Saharan Africa*, Second Edition, Jamison, D.T. (Ed), USA, The World Bank.
- Agbor, J., Taiwo, O. & Smith, J. (2012). Sub-Saharan Africa's Youth Bulge: A Demographic Dividend or Disaster? Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2012. The Brookings Institution: Africa Growth Initiative. 8-11.
- Ainsworth, M., Beegle, K. & Nyamete, A. (1996). The Impact of Women's Schooling on Fertility and Contraceptive Use: A Study of Fourteen Sub-Saharan African Countries. *The World Bank Economic Review*, 10(1), 85-122.
- Becker, G. (1960). An economic analysis of fertility, in G. Becker (Ed.), Demographic and Economic Change in Developed Countries. Princeton, NJ: Princeton University Press and NBER.
- Becker, G. (1981). A Treatise on the Family. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Benson, T.D. (2004). Africa's Food and Nutrition Situation. *International Food Policy Research Institute. 2020 Discussion Paper No 37*. Washington DC.
- Birdsall, N., Allen, K. & Sinding, S. (Eds.). (2001). *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*. Oxford: Oxford University Press.
- Bloom, D., Canning, D., Fink, G. & Finlay, J. (2009). Fertility, female labour force participation, and the demographic dividend. *Journal of Economic Growth*, 14(2), 79–101
- Bloom, D., Canning, D. & Malaney, P. (2000). Population dynamics and economic growth in Asia. *Population and Development Review* 26(Suppl), 257-290.
- Bloom, D.E., Canning, D. & Sevilla, J. (2003). *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Santa Monica, California: RAND.
- Bloom, D. & Williamson, J. (1998). Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. *World Bank Economic Review*, 12(3), 419-456.
- Bongaats, J. (1982). The Fertility- Inhibiting Effects of the Intermediate Fertility Variables. *Studies in Family Planning*, 13(6/7), 179-189.
- Bongaarts J. (2001). Can family planning programmes affect high desired family size in sub-Saharan Africa? *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 37, 209–216.
- Bongaarts, J. & Sinding, S. (2011). Population Policy in Transition in the Developing World. *Science*, 333(6042), 574-576.

- Bongjoh, F., Diallo, A.B., Dougna, P., Elaheebocus, N., Guedegbe, M., Kgosidintsi, N, Kiruneri, P., Lannes, L., Murara, J., Muvawala, J., Nzau, G., Sarr, B., Savadogo, B., Schweitzer, J. & Sergent, F. (2011). *AfDB's Human Capital Development Strategy (2012-2016). One Billion Opportunities: Building Human Capital for Inclusive Growth in Africa*. Tunis, Tunisia: African Development Bank
- Brown D.W. (2008). Economic value of disability-adjusted life years lost to violence: estimates for WHO Member States. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 24(3), 203–209.
- Byerlee, D. (1974). Rural-Urban Migration in Africa: Thoery, Policy and Research Implications. *International Migration Review*, , pp. 543 -566 .
- Caldwell, J. C, & Caldwell. (2002). Africa: The new family planning frontiers. Family Programmes in the Twenty-First Century, special issue, *Studies in Family Planning*, 33(1), 76-86.
- Chilonda, P., Machethe, C. and Minde, I. (2007). Poverty, food security and agricultural trends in Southern Africa. ReSAKSS Working Paper 1. International Crops Research Institute for the Semiarid Tropics (ICRISAT), International Food policy Research Institute (IFPRI) and International Water Management Institute (IWMI).
- Department of Economic and Social Affairs Population Division (2009). *International Migration 2009*, United Nations, New York.
- Docquier, F. (2007). *Brain Drain and Inequality Across Nations*. Paris: Agence Française de Développement.
- Duflo, E. (2005). Gender Equality in Development. BREAD Policy Paper No. 11.
- Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in sub-Saharan Africa: How big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65(1), 9-35.
- Edmonds, E.V. (2006). Child Labour and Schooling Responses to Anticipated Income in South Africa. *Journal of Development Economics*, 81(2), 386-414.
- Feighery, J. (2011). Intersections of Youth & Food Security. United States Agency for International Development. Washington DC.
- Health Workforce. (2010). An Essential Health Promotion Source for Employers, Large and Small. Partnership for Prevention, Washington, DC.
- Heller, P. (2011). Connecting the dots of a Global Economic Crisis and Coming Demographic Change: Implications for development policy. In N. Birdsall & F. Fukuyama (Eds.). *New Ideas in Development after the Financial Crisis* (pp. 288-310). Baltimore, Maryland: John's Hopkins University Press.
- International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank (2011). *African Development Indicators*, New York, The World Bank.
- International Labour Organization. (2012). *Key Indicators of the Labour Market (KILM), Seventh Edition*. Geneva, Switzerland.

- International Labour Organization (2012): Global Employment Trends: May 2012/International Labour Office: ILO, 2012
- International Monetary Fund. (2012). Sub-Saharan Africa: Sustaining Growth amid Global Uncertainty. International Monetary Fund, Publication Services, Washington, DC
- Jacobstein, R., Ndong, I., Betamariam, W., & Pile, J. (2012). Fragile, Threatened, and in Great Need: Family Planning Programmes in Sub-Saharan Africa. Retrieved from <http://uaps2007.princeton.edu/download.aspx?submissionId=70868>
- Jain & Ross. (2012). Fertility Differences among Developing Countries: Are They Still Related to Family Planning Programme Efforts and Social Settings? *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, 38(1), 15–22.
- Johnson, D. (2008). The Changing Landscape of Education in Africa quality, equality and democracy. Oxford Publications.
- Johnson, J. (2005). Stopping Africa's medical brain drain. *British Medical Journal*, 331(7507), 2-3.
- Knodel, J. & Jones, G.W. (1996). Post-Cairo Population Policy: Does Promoting Girls' Schooling Miss the Mark? *Population and Development Review*, 22(4), 683-702.
- Leahy et al. (2011). *The Shape of Things To Come: Why Age Structure Matters to a Safer, More Equitable World*. Population Action International, 2007, updated 2011.
- Lee, R. (2003). The demographic transition: three centuries of fundamental change. *Journal of Economic Perspectives*, 17(4), 167-190.
- Lee, R.D. & Reher, D.S. (2011) Introduction: The Landscape of Demographic Transition and Its Aftermath. *Population and Development Review*, 37(Suppl 1), 1–7.
- Massey, D.S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. & Taylor, E. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19, 431-466.
- McDevitt, T. (2012). The Impact of AIDS Mortality on Indirect Estimates of Fertility. U.S. Census Bureau. 30 April, 2012. Retrieved from <http://paa2012.princeton.edu/download.aspx?submissionId=120979>
- Mubila, M, (2012). *Briefing Note 4: Africa's Demographic Trends* - Briefing Notes for AfDB's Long-Term Strategy, African Development Bank.
- Mutume, G. (2006). *African migration from tension to solutions*, Africa Renewal. 19, United Nations, New York, January 2006, pp. 7-9.
- Ndulu, B. J. & O'Connell, S. A. (2009). Policy plus: African growth performance 1960-2000. In B. J. Ndulu, S. A. O'Connell, R. H. Bates, P. Collier & C. C. Soludo (Eds.). *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960-2000, Vol. 1*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Population Reference Bureau, (2010). *2010 World Population Data Sheet*, Washington, DC.
- Population Reference Bureau (2012). *2010 World Population Data Sheet*. Washington DC.

- Pritchett, L.H. (1994). Desired Fertility and the Impact of Population Policies. *Population and Development Review*, 20(1), 1-55.
- Roy, R. (2012, October 28). Youth Entrepreneurship in Africa - How do we promote bottom-up entrepreneurship in emerging economies? Stanford Social Innovation Review.
- Salami, A., Kamara, A. & Brixiova, Z. (2010). Smallholder Agriculture in East Africa: Trends, Constraints and Opportunities, Working Papers Series No. 105. African Development Bank, Tunis, Tunisia.
- Serbessa, D.,D. (2008). Differential Impact of Women's Educational Level on Fertility in Africa: The Case of Ethiopia.
- Shaggen, F. (2009). Public Spending for Agriculture in Africa: Trends and Composition. International Food Policy Research Institute. Washington DC.
- Schultz, P. (1981). Economics of Population. Reading, MA: Addison Wesley.
- Schultz, P. (2008). Population policies, fertility, women's human capital and child quality, in P. Schultz and J. Strauss (Eds.), Handbook of Development Economics Volume 4. A (pp.3249-3303). Amsterdam: Elsevier.
- The African Economic Outlook (2012). Promoting Youth Employment. Retrieved from <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>
- UNESCO (2011). Financing Education in Sub-Saharan Africa: Meeting the challenges of Expansion, Equity and Quality. Paris: UNESCO
- UNFPA (2011). The State of the World Population 2011. A United Nations Population Fund Publication, New York.
- UNECA (2011): Africa Youth Report: *Addressing the Youth Education and Employment Nexus in the New Global Economy*.
- United Nations (2000). Millennium Development Goals. New York, New York.
- United Nations. (2001). *The State of Demographic Transition in Africa*. United Nations Economic Commission for Africa, Food Security and Sustainable Development Department. Addis Ababa, Ethiopia.
- United Nations (2004). The Impact of AIDS 2004. Economic and Social Affairs Department. New York, New York.
- United Nations (2005). The State of food Insecurity in the World. Food and Agriculture Organization of the United Nations Viale delle Terme di Caracalla, 00100 Rome, Italy.
- United Nations (2009). International Migration Chat, Department of Economic and Social Affairs Division.
- United Nations. (2010). The Millennium Development Goals Report 2010. New York: Department of Economic and Social Affairs.
- United Nations (2010). The Millennium Development Goals Report. Published by the United Nations Department of Economic and Social Affairs. New York.

- United Nations, (2010). *World Population Ageing 1950-2050*. New York, United Nations.
- United Nations (2011). *Millennium Development Goals Report*. New York, New York
- United Nations Children's Fund. (2011). *Levels & Trends in Child Mortality Report (2011)*, developed by the UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation. Page 1.
- United Nations DESA, '*Young People Today and in 2015*', World Youth Report 2005
- UN Population Division (2009). *International Migration, 2009*. Wall chart. New York: UN Population Division, Department of Economic and Social Affairs.
- UN Population Division (2009). What would it take to accelerate fertility decline in the least developed countries? Policy Brief No. 2009/1 by the Department of Economic and Social Affairs. New York, New York: United Nations
- UN Population Division (2010). *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations
- UN Population Division (2011). *World Population Prospects: The 2010 Revision*. Department of Social Affairs, Population Division. New York, New York: United Nations
- UN Population Division (2012). *United Nations Department of Economic and Social Affairs: Population Division, Population Estimates and Projections Section*. New York, New York: United Nations.
- United States Agency for International Development. (2010). *Feed the Future Guide*.
- Vimard, P. (2008). Africa and its demographic challenges: An uncertain future. AFD (Agence Francaise de Development). Working Paper No. 62. Retrieved from <http://www.afd.fr/jahia/Jahia/lang/en/home/publications/documentsdetraavail>.
- Vuermli, A., Hempel, K., Aer, L. & Lundberg, M. (2012). Policies to Protect and Promote Young People's Development during Crisis. In M. Lundberg & A. Vuermli (Eds.) *Children and Youth in Crisis: Protecting and Promoting Human Development in Times of Economic Shocks*. Washington DC: World Bank.
- World Bank. (2012). World Bank Data Sets. Washington DC, USA.
- World Health Organization, (2012). *Trends in maternal mortality: 1990 to 2010* by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank. Geneva, World Health Organization.
- World Health Organization. (2012) *World Health Statistics Report of 2012*, World Health Organization, Switzerland.

2014

Relatório da Conferência Regional Sobre População E Desenvolvimento e da 9ª Sessão Ordinária da Comissão Africana de População (APC), Adis Abeba, Etiópia, 30 de Setembro - 4 de Outubro De 2013

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/4074>

Downloaded from African Union Common Repository